




# filantropia<sup>®</sup>

Responsabilidade Social & Terceiro Setor

## Renovando Energias para o Futuro

Ações buscam elevar a capacidade  
de sustentabilidade do planeta

### Auditoria

Ferramenta auxilia na gestão e agrega transparência e confiabilidade aos processos administrativos de entidades do Terceiro Setor

### Responsabilidade social

Os benefícios de um balanço social são muito maiores em relação à melhoria da gestão que em termos de imagem

### Legislação

A contabilidade é um fator essencial dentro de uma entidade e merece muito mais atenção dos diretores do que vem recebendo

Entrevista

Presidente da Workability International diz que é preciso capacitar pessoas com deficiência, não apenas empregá-las

## Frank Flannery







# Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social

2007

Inscrições até 15 de junho no site  
[www.fundacaobancodobrasil.org.br](http://www.fundacaobancodobrasil.org.br)

## R\$ 400 mil em prêmios

**Sua iniciativa já  
melhorou a vida de  
sua comunidade?  
Compartilhe  
com o País.**

Instituições sem fins lucrativos que implementaram soluções para problemas referentes a água, alimentação, educação, energia, habitação, meio ambiente, renda e saúde podem concorrer a oito prêmios de R\$ 50 mil cada.

Serão concedidos cinco prêmios regionais e três prêmios para tecnologias sociais voltadas para os direitos da criança e do adolescente, gestão de recursos hídricos e aproveitamento/tratamento de resíduos de processos produtivos. Participe!

*Eu participo  
Tu participas  
Ele participa  
Juntos transformamos  
realidades*

Apoio institucional



Realização



# Um dia para se pensar na Família ou ir à praia?

**N**a semana de fechamento desta edição da **Revista Filantropia**, foi aprovada pelo Senado e seguiu para sanção do presidente Lula a criação de mais um feriado nacional – o dia 11 de maio, dia de Frei Galvão, primeiro Santo brasileiro.

A canonização de Frei Galvão, aprovada pelo Papa Bento XVI em dezembro último e prevista para ocorrer oficialmente na missa a ser realizada no Campo de Marte, em São Paulo, vem de encontro à religiosidade brasileira, alavancada pelo peso de, até então, não termos efetivamente nenhum Santo brasileiro.

Frei Galvão, antes de sua morte, em 1822, teve uma imensa relação de graças alcançadas no Mosteiro da Luz, geralmente relacionadas à cura do câncer, a problemas por cálculos renais, gravidez e parto, e, em especial, solucionando problemas de casais que não conseguiam ter filhos. Um de seus princípios fundamentais era o de auxiliar à fertilização, ofertando valor à Família e incentivando a procriação.

Nos dias atuais, com o ritmo alucinante impregnado das grandes cidades, alicerçado pelo acúmulo de trabalho gerado pela intensificação da economia brasileira e conseqüente crescimento do PIB, até que é bastante justo criar um feriado santo, especialmente por ser um beato conterrâneo - nascido no Vale do Paraíba (interior de São Paulo) e famoso por seus casos de bilocação.

Então, a criação de um feriado nacional estaria bastante condizente à necessidade de integralização e interlocução da Família, preocupação com a educação e dedicação aos filhos, prática da espiritualidade e, enfim, dedicar este dia à saúde e bem-estar de cada uma das quase 50 milhões de famílias brasileiras.

Não que ir à praia, se divertir no cinema ou ficar o dia todo assistindo à TV não contribua com o lazer da Família, mas a criação de mais um feriado nacional, somando-se aos outros 11 já consolidados e mais aos regionais que empacam a produtividade brasileira, soa estranho ao ritmo de crescimento socioeconômico e de longe fará com que a população vá a igreja. Só em São Paulo, cidade com maior expressão econômica da América do Sul, terá, em 2007, exatos 22 dias úteis banidos do calendário, somando feriados e suas devidas “pontes” (já enraizada prática brasileira).

Dia Santo sim. Sem dúvida devemos celebrar a data de canonização de Frei Galvão e, mais que isso, condecorar a Família brasileira. No entanto, irresponsabilidade política a de se criar, de última hora, um feriado notadamente populista em que o Brasil estava agendado para trabalhar mas, repentinamente, poderá ir à praia.

Governistas pedem apoio de empresários, sindicalistas pedem melhores condições salariais, opositores pedem maior crescimento econômico. Como conquistar tudo isso com um mês inteiro, sem contar os merecidos finais de semana, de praia, TV, sombra e água fresca?

Marcio Zeppelini  
editor@revistafilantropia.com.br

**“A ambição universal dos homens é viver colhendo o que nunca plantaram”**

Adam Smith  
(economista e filósofo escocês)



**Zeppelini Editorial Ltda.**  
Rua Doutor César, 530, cj. 1.308, Santana  
CEP 02013-002 – São Paulo/SP – Brasil  
PABX (11) 6978-6686

Editor-chefe  
Marcio Zeppelini

Coordenação editorial  
Paula Martins Viveiros

Administração  
Mauro Zeppelini

Revisão  
Viviane Rodrigues

Coordenação  
Priscila Centin Thuller

Diagramação  
Adriano Aguiar  
Maurício Esquiavoi  
Renata Ariane Rosa

Assistente  
Taís Fraile

Comercial  
Hilton Rocha da Justa

Atendimento  
Stefany Herrán Martins

Jornalista responsável  
Elaine Cristina Iorio (MTB 43.306/SP)

Assistente Editorial  
Paula Craveiro (MTB 39.316/SP)

**Redação:** imprensa@revistafilantropia.com.br

**Publicidade:** filantropia@revistafilantropia.com.br

**Assinaturas:** assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 6824-3005 / Fax (11) 3151-4500

Conselho editorial deliberativo

Marcelo Monello

Marcio Zeppelini

Marcos Biasoli

Mauro Zeppelini

Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta

Anísia Sukadolnik

Antonio Brito

Custódio Pereira

Felipe Mello

Fernando Credidio

Milú Villela

Ricardo Falcão

Roberto Ravagnani

**Idealizadores**



www.economica.com.br



www.sergiomonello.com.br



www.zeppelini.com.br

**Organizações parceiras**



www.acaovoluntaria.org.br



www.apaebrazil.org.br



www.cantocidadeo.org.br



www.voluntariado.org.br



www.facaparte.org.br



www.sp.senac.br



mcvolunt@terra.com.br

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.

[www.revistafilantropia.com.br](http://www.revistafilantropia.com.br)



# 12 Entrevista

Frank Flannery

Presidente da Workability International fala sobre inclusão de portadores de deficiências no mercado de trabalho

# 20 Legislação

## Receita bruta e gratuidades

Inclusão de toda receita na receita bruta da base de cálculo das gratuidades é erro comum



# 30 Capa

## Renovando energias para o futuro

Situações como falta de água e poluição obrigam a busca por alternativas sustentáveis e não prejudiciais ao ambiente

# 56 Eficiência

## Mais fontes de educação e cultura

Publicações e mídias alternativas proporcionam diferentes opções culturais às pessoas portadoras de deficiência



Mão dupla	04	
	06	Acontece
Notícias do Planalto	10	
	16	Gestão
Legislação	24	
	36	Responsabilidade social
Reflexão	44	
	47	Assistência social
Entidade representativa	50	
	51	Voluntariado
Eficiência	55	
	60	Serviços
Vitrine social	64	





## Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



Soluções Inteligentes na  
Gestão de Informações

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil  
Fone: +55 11 3305-6500 / FAX +55 11 3305-6505

Organizações que utilizam Asplan:  
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • instituto HP • Fundação Diaconia

[www.asplan.com.br](http://www.asplan.com.br)

[comercial.sp@asplan.com.br](mailto:comercial.sp@asplan.com.br)

# Mão dupla

## Organizações que VOCÊ pode ajudar

Por meio de doações, você pode auxiliar essas instituições a seguir sua trajetória de cidadania. Em alguma delas sua solidariedade irá se encaixar!

### Centro de Amparo e Proteção à Infância (Capi - São Francisco de Assis)



Fundada em 1981, o Capi é uma entidade assistencial formada por pais de pacientes portadores de lesões craniofaciais e orofaciais (lábio leporino, fenda palatina, fissura labial e palatal).

O atendimento é totalmente gratuito e tem o objetivo de orientar e auxiliar no tratamento do fissurado, com idade entre 0 e 17 anos. A assistência começa a partir do comunicado do hospital/maternidade, no momento do nascimento, e acompanha todas as necessidades exigidas pelo tratamento.

Em 1993, foi criado o Projeto Integração Musicarte, que visava à integração da criança fissurada com a criança considerada comum. Assim, dava-se início ao aprendizado de arte, teatro, dança e desenvolvimento de criatividade, ao mesmo tempo em que proporcionava ao menor a oportunidade de se expor sem preconceitos na sociedade. No ano passado, foi fundado o Ballet Folclórico Brasileiro, que conta com a participação de 50 casais de adolescentes entre 12 e 16 anos. Atualmente, o Capi está fazendo uma campanha para conseguir um novo espaço para ensaiar as crianças e adolescentes.

A missão da entidade é prover o menor portador de anomalias craniofaciais e auditivas de um atendimento de excelência, para reabilitação e tratamento, bem como o acesso às artes em geral e à inclusão social.

#### Necessidades:

- Brinquedos
- Calçados e agasalhos
- Toalhas brancas
- Cartuchos e tonners de impressoras vazios
- Escovas de dente (infantil e adulto)
- Instrumentos musicais
- Livros infantis de recreação e entretenimento
- Material de informática
- Material escolar e de artes (papel, retalhos de tecidos)

#### Doações:

A entidade não recebe doações em dinheiro.  
CNPJ: 51.653.236/0001-68

**i** Rua Mendes Nunes, 451  
São Paulo/SP  
CEP 04330-110  
capifrancisco@yahoo.com.br  
(11) 5565-2107  
(11) 5562-1833

### Associação Viva a Vida



A Associação Viva a Vida é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 2003 para atender a carência de um centro de tratamento residencial voltado para meninos em situação de rua e adolescentes de baixa renda com quadro de dependência química na região metropolitana de Salvador. Em 2005, foi inaugurado o Centro Viva a Vida, com capacidade para atendimento de 20 meninos em situação de risco pessoal e social, com idades entre 10 e 16 anos.

A entidade é o único centro de tratamento para adolescentes da localidade e, por isso, a procura é alta e sempre há uma fila de espera. Desde que iniciou suas atividades, 78 pessoas já foram atendidas.

A meta agora é ampliar o projeto para receber mais 10 crianças, entre 8 e 11 anos de idade, chegando ao total de 30 meninos em regime de internação. Além de oferecer tratamento, a associação também tem o propósito de estabelecer, por meio de pesquisas e divulgação dos resultados, parâmetros de sucesso no atendimento a adolescentes e promover pesquisas sobre o consumo de drogas no estado da Bahia.

Para dar conta de todo o atendimento e serviços em geral, o Viva a Vida conta com 15 funcionários e 4 voluntários.

#### Necessidades:

- Aparelho de fax
- Computadores e impressoras
- Fogão industrial
- Freezer
- Terreno para ampliação do serviço
- Veículo (Kombi) para transporte dos pacientes
- Verba para contratação de profissionais da área de saúde

#### Doações:

Banco Bradesco  
Agência: 3646-3  
Conta corrente: 7467-5  
CNPJ: 05.953.397/0001-50

**i** Sítio Florilar, Estrada de Buraquinho, Lote 01  
Lauro de Freitas/BA  
CEP 42700-000  
www.vivaavida.org  
centrovivaavida@yahoo.com.br  
(71) 3289-5764



## Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma (AFASC)



Em atividade desde 1973 e com uma equipe composta por 1.281 funcionários, a Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma (AFASC) acolhe atualmente uma média de 16 mil pessoas por mês, distribuídas em seus diversos programas.

Na área de Educação, a entidade dispõe de 31 centros de educação infantil que presta atendimento a 3.208 crianças com faixa etária de 0 a 5 anos, em período integral. O espaço educativo proporciona uma relação de efetividade e integração entre funcionários, crianças e familiares, favorecendo a construção de sua aprendizagem e seu desenvolvimento. Neste mesmo contexto, encontram-se ainda os Clubes de Mães, com 1.598 mães participantes divididas em 117 clubes, e 1.250 idosos em 40 grupos espalhados em vários bairros da cidade, totalizando 2.848 pessoas. Além disso, a AFASC desenvolve projetos voltados ao trabalho voluntário (Casa da Solidariedade) e assiste adolescentes infratores com o objetivo de reintegrá-los a sociedade (CIP – Centro de Internamento Provisório)

### Necessidades:

- 2 máquinas fotográficas digitais
- 27 computadores e impressoras

### Doações:

Caixa Econômica Federal  
Agência: 0415  
Conta-corrente: 1680-3  
CNPJ: 75.565.572/001-17

**i** Rua São José s/n – Centro  
Criciúma/SC  
CEP 88801-520  
www.afasc.com.br  
inf@afasc.com.br  
(48) 3445-8950

## Instituto da Criança



O Instituto da Criança começou suas atividades em 1994, de maneira informal, pela união de um grupo de amigos com a proposta de dar apoio financeiro e consultivo a projetos que atendessem crianças e suas famílias em situação de risco social. Quando a linha simplesmente assistencialista dos projetos já não alcançava os objetivos propostos, decidiu-se por realizar ações mais amplas, que provesses os assistidos não apenas com bens materiais.

Em 2002, o instituto montou, então, uma nova estratégia, visando oportunizar às famílias proteção e oportunidades de desenvolvimento humano, social e econômico, além de ações socioeducativas e terapêuticas, com objetivo de atender às necessidades específicas de cada indivíduo. Atualmente, a entidade oferece apoio administrativo, financeiro e encaminhamento jurídico a seis obras: Família Flordelis, Lar Santa Catarina, Projeto Recicla Vida, Lar São José, Abrigo Reviver e Vida Real, além de um programa de orientação aos pais, o Espaço Cidadão.

### Necessidades:

- Alimentos
- Computador
- Produtos de higiene

### Doações:

Banco Bradesco  
Agência: 551-7  
Conta-corrente: 79943-2  
CNPJ: 02.744.697/0001-30

**i** Rua João de Barros, 18  
Rio de Janeiro/RJ  
CEP 22441-100  
www.institutodacrianca.org.br  
contato@institutodacrianca.org.br  
(21) 2239-9555

## Centro de Reabilitação Jundiá (CRJ)



### Doações:

Banco Itaú  
Agência: 0796  
Conta-corrente: 63401-2  
CNPJ: 51.864.619/0001-85

**i** Rua Barão de Teffé, 493  
Jundiá/SP  
CEP 13208-760  
www.crj.org.br  
crj@crj.org.br  
(11) 4521-4225

Fundado em 1980 por um grupo de terapeutas, o CRJ é uma instituição sem fins lucrativos, com o objetivo de reabilitar e integrar socialmente crianças portadoras de deficiência física e mental leve.

Seu atendimento começou com apenas 10 crianças. Conforme a procura pelo serviço foi aumentando, a instituição precisou ser transferida para um prédio maior, ampliando seu número de atendimento.

Com a concessão de uso do terreno por 50 anos, realizada pela prefeitura municipal, o Centro construiu sua sede própria em 1999, disponibilizando uma área de 1.004 m<sup>2</sup> para o atendimento de suas especialidades.

Contando com 31 funcionários, a instituição oferece serviços de fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia, fonoaudiologia e serviço social, a entidade atinge cerca de 1.500 pacientes por mês e 100 mil procedimentos ao ano, reabilitando deficientes físicos, mentais leves, distúrbios de fala e linguagem, problemas específicos de aprendizagem, múltiplos e de exclusão social.

O CRJ se mantém principalmente por doações sociais e convênios com o Sistema Único de Saúde e empresas.

### Necessidades:

- Aparelho de DVD
- Computador
- Material de escritório e escolar
- Produtos de higiene

## São Paulo tem 1ª jornada em defesa da moradia digna

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Uninove, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Caicó, Pastoral da Moradia da Região Sudeste, União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, AnoregSP e Instituto Polis, realizaram em 24 de fevereiro a I Jornada em Defesa da Moradia Digna. O evento reuniu organizações comprometidas com a busca de soluções para a questão habitacional. No local foram realizados atendimentos e orientações jurídicas referentes a assuntos como reintegração de posse, financiamento e regularização fundiária, além de oficinas sobre moradia digna, direito à cidade e oficina de inclusão digital para idosos.



Mesa de abertura da jornada

## Aluno da Poli-USP apresenta trabalho social no Japão

Durante o Encontro de Estudantes sobre Desenvolvimento Sustentável, organizado pela World Student Community for Sustainable Development, em março, no Japão, Rafael Laurindo, aluno de Engenharia Civil da Poli-USP, apresentou um projeto de inserção social desenvolvido por ele e outros 8 alunos da Poli e do Massachusetts Institute of Technology (MIT), dos Estados Unidos. Realizado em Bangu (RJ), o trabalho visa oferecer à comunidade uma leitura dos seus problemas sob uma nova ótica, além de mostrar a gravidade e a urgência de solucioná-los. Além disso, pretende capacitar lideranças comunitárias para reivindicar do poder público as providências necessárias.

[www.poli.usp.br](http://www.poli.usp.br)  
<http://web.mit.edu>

## Fundação CDL Recife realiza pesquisa sobre responsabilidade social nas câmaras

Um diagnóstico inédito sobre as intervenções do varejo na área social foi realizado pela Fundação CDL Recife nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. A pesquisa CDLs e suas Ações de Responsabilidade Social Empresarial entrevistou 98 câmaras de dirigentes lojistas durante cinco meses, detectando que 60% dessas entidades já participaram de intervenções nas comunidades. Para contribuir com essa tendência, a instituição lançará uma publicação com dados acerca do terceiro setor, de investimento social privado e orientações para formalização de projetos. O levantamento faz parte do projeto CDL Brasil Social Nordeste, da Fundação CDL Recife, que pretende orientar e articular iniciativas de responsabilidade social do segmento do comércio. A pesquisa, analisada em parceria com a Fecomércio/PE, aponta que muitas das ações apuradas passam por doações de alimentos e contribuições financeiras a entidades beneficentes. Mas, apesar do caráter filantrópico, a visão que as entidades possuem sobre esse tipo de ação está mais focada em um processo contínuo de atuação do que em atividades pontuais junto à comunidade.

[www.fundacaocdlrecife.org.br](http://www.fundacaocdlrecife.org.br)



O médico Leônicio Queiroz Neto, diretor da Fundação Penido Burnier, entrega óculos para criança participante do programa Mais Visão

## Crianças da pré-escola recebem óculos

O programa Mais Visão, parceria da Fundação Penido Burnier e Prefeitura Municipal de Campinas (SP), entregou em 20 de março 244 óculos para crianças de pré-escola atendidas pelo projeto. Nesta edição já foram distribuídos 489 óculos e estima-se que até o final do atendimento esse número chegue a mil óculos. O objetivo do programa é reduzir a evasão escolar, que tem como maior causa a deficiência visual e prevenir a cegueira monocular ocasionada pela ambliopia (olho preguiçoso). Apenas nesse grupo, 10% das crianças são portadoras de ambliopia, 40% têm miopia, 25% hipermetropia, 13% miopia associada a astigmatismo e 22% astigmatismo.

[www.penidoburnier.com.br](http://www.penidoburnier.com.br)

## Market Analysis e Instituto Akatu lançam pesquisa sobre consumo consciente

O Instituto Akatu revela os resultados da pesquisa "Como e por que os brasileiros praticam o consumo consciente", patrocinada pela Faber-Castell e executada pela Market Analysis. Realizada entre setembro e outubro de 2006, a sétima análise sobre o segmento elaborada pelo Instituto entrevistou 1.275 adultos de todas as classes sociais residentes nas 11 principais cidades do país. Os dados revelam a evolução na assimilação de valores e na adesão a condutas relacionadas ao gasto consciente, com destaque para dados importantes como os percentuais de absorção dos valores do consumo responsável (67% dos entrevistados) e de real apoio a estes comportamentos (35%, em média). Um dos resultados de maior relevância atesta que o reconhecimento de selos de certificação de produtos e instituições cresceu 69% entre 2003 e 2006, passando de 19% para 32%. O trabalho pelo Akatu também rende frutos positivos: 13% da população têm conhecimento das atividades do instituto, com informações sobre o consumo consciente.

[www.akatu.org.br](http://www.akatu.org.br)  
[www.marketanalysis.com.br](http://www.marketanalysis.com.br)



## Projeto Guri participa de show no Morumbi

Quinze integrantes da Associação Amigos do Projeto Guri (PG) tiveram oportunidade de cantar com uma das maiores lendas do rock mundial. Eles foram convidados para participar do show de Roger Waters, ex-líder da banda Pink Floyd, em sua passagem por São Paulo, em 24 de março, no Estádio do Morumbi. Vestindo camisetas com a frase "O medo constrói muralhas", os jovens cantaram Another Brick in the Wall. Essa é a primeira apresentação do PG com um astro internacional. No entanto, já se apresentou com renomados músicos do cenário nacional como o maestro John Neschling, Yamandú Costa, Mônica Salmaso, Toquinho, entre outros.

[www.projetoguri.com.br](http://www.projetoguri.com.br)

## MP realiza I Congresso de Fundações de São Paulo

No dia 9 de março, o Ministério Público promoveu o I Congresso Brasileiro de Fundações em São Paulo. Entre os temas abordados estava a importância das ONGs na educação e das fundações de apoio às instituições de ensino superior, e o papel das fundações segundo a Receita Federal. Destinado a colaboradores de fundações, estudiosos e formadores de opinião, o evento contou com autoridades, educadores e representantes do setor, como Ruth Cardoso, Ives Gandra Martins e Aírton Grazioli. O encerramento contou com a apresentação da Fundação Bachiana Filarmônica, com a regência do Maestro João Carlos Martins.

## Associação reúne escolas para discutir intercâmbio cultural

A Associação Vaga Lume, pelo Programa Rede dos Vaga Lumes, está promovendo experiências educativas baseadas no intercâmbio cultural entre comunidades escolares das regiões Norte e Sudeste. Por meio da troca de conhecimentos, crianças e adultos inseridos em diferentes realidades descobrem mais sobre si e sobre a complexa realidade brasileira. Participam do programa 26 escolas rurais de três municípios do Pará (Castanhal, Soure e Portel) que se comunicam com outras três escolas de São Paulo (Escola Estadual Jardim Iguatemi, Escola Oswald de Andrade Caravelas e Escola Vera Cruz).

[www.expedicaovagalume.org.br](http://www.expedicaovagalume.org.br)



Grupo participante do Comitê Educacional da Rede dos Vaga Lumes



CEU São Rafael sedia palestra sobre prevenção do câncer de mama, DST/AIDS e gravidez precoce

## Se Toque inicia programa de prevenção nas escolas municipais

Começou em 29 de março o programa de educação para o câncer de mama, DST/AIDS e gravidez precoce, do Instituto Se Toque de Desenvolvimento Social, no Centro Educacional Unificado (CEU) São Rafael, na Zona Leste de São Paulo. O programa é realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo desde o ano passado e tem como meta, em 2007, conscientizar 4 mil educadores, 45 mil alunos da rede municipal de ensino, além das famílias e comunidades, sobre a luta contra essas doenças. A meta principal é tornar os alunos (a partir de 13 anos) agentes de transformação dentro das famílias, levando a informação necessária para a prevenção e cuidados com as doenças e com a gravidez precoce. Além disso, é formar desde já nas adolescentes a rotina do auto-exame num futuro bem próximo.

<http://educacao.prefeitura.sp.gov.br/www.setoque.com>

## ESPN Brasil traz novidades para a Caravana do Esporte 2007

A Caravana do Esporte entra em seu terceiro ano de trabalho. Depois de percorrer diversas cidades remotas no interior do país, a iniciativa chega às periferias dos grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Em cada região serão desenvolvidas atividades esportivas como basquete, vôlei, futebol, atletismo e tênis, adaptadas a cada realidade. A Caravana do Esporte atende a crianças e adolescentes de 7 a 14 anos e também contribui para a formação de professores da rede pública de ensino. Outra novidade é a participação da Caravana durante os Jogos Pan-Americanos, em julho, no Rio de Janeiro. Alguns atletas que participarão da competição visitarão o projeto. Desde 2005, já foram atendidas mais de 21 mil crianças e jovens e mais de 3.300 professores da rede pública de ensino foram capacitados.

<http://espnbrasil.uol.com.br>



A atriz Leticia Birkheuer participou da cerimônia de inauguração e falou sobre a importância da instituição e sua atuação

## Instituto da Criança chega a São Paulo

Foi inaugurado em 20 de março o Instituto da Criança em São Paulo. O primeiro projeto apoiado na capital paulista foi o Abrigo Reviver, que atende 47 crianças e adolescentes cujos direitos básicos tenham sido violados ou ameaçados, proporcionando assistência, proteção e cuidados com a saúde. Com 12 anos de atuação no Rio de Janeiro, o Instituto da Criança promove a sustentabilidade de projetos e obras sociais, oferecendo suporte administrativo, financeiro e jurídico. Em Nova York (EUA), a entidade mantém a campanha Children's Call to Action (CCTA), um programa internacional para arrecadar fundos para os projetos apoiados. O programa funciona em parceria com a Brazil Foundation.

[www.brazilfoundation.org](http://www.brazilfoundation.org)  
[www.institutodacrianca.org.br](http://www.institutodacrianca.org.br)

## Em favor da Amazônia

Promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Campanha da Fraternidade 2007, sob tema "Fraternidade e Amazônia" e lema "Vida e missão neste chão", foi lançada em fevereiro, com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre a necessidade de preservar a Amazônia. Os recursos obtidos serão destinados a projetos de formação, articulação e construção de alternativas para os problemas sociais da região que beneficiem povos ribeirinhos, migrantes, indígenas e mulheres na linha de geração de renda. Desse total, 60% serão revertidos ao Fundo Diocesano de Solidariedade, para iniciativas locais ligadas ao tema da CF, e os outros 40% para o Fundo Nacional de Solidariedade.

[www.cnbb.org.br](http://www.cnbb.org.br)

## Tecnologia e arte no combate à desigualdade social

Inaugurado em 10 de março em Guarulhos (SP), o projeto Casa Brasil visa aliar formação e capacitação em tecnologia com cultura, arte, entretenimento e participação popular, de modo a reduzir a desigualdade social. A iniciativa é uma parceria do governo federal com as secretarias de Educação, Cultura e Relações de Trabalho do município. O espaço terá biblioteca com mais de 1,7 mil livros, telecentro com 18 computadores, laboratório de ciências, salas de exposição e auditório para exibição de filmes. Além disso, a Casa Brasil também promoverá oficinas de arte digital, rádio, computação e histórias coletivas, e cursos à distância de jornalismo comunitário, multimídia, economia solidária e educação ambiental.

[www.casabrasil.gov.br](http://www.casabrasil.gov.br)

## 40 casas em 40 dias de solidariedade para famílias em necessidade

A cidade de São Leopoldo (RS) é sede da primeira edição do projeto 40 dias de Solidariedade, criada pela Habitat para a Humanidade Brasil. O projeto foi realizado entre 25 de fevereiro e 8 de abril, e ajudou 40 famílias a conquistarem um lugar digno para viver. As casas foram construídas no bairro Vila Progresso, na periferia da cidade, e cada uma possui 42 m<sup>2</sup> (dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro, área de serviço). Parte do investimento foi subsidiado pela Caixa e o restante foi financiado pela organização às famílias, em até 72 meses. O custo médio de uma casa é de R\$ 12 mil. A meta é atender mais 200 famílias na região de Porto Alegre até o final de 2007.

[www.habitatbrasil.org.br](http://www.habitatbrasil.org.br)



## Bovespa cria Bolsa de Valores Sociais e Ambientais

O presidente da Bovespa, Raymundo Magliano Filho, anunciou no início de março que, a partir de abril, a Bolsa de Valores Sociais também abrigará projetos ambientais. Com a mudança, ela passará a se chamar Bolsa de Valores Sociais & Ambientais (BVS&A). Ao incorporar o novo tema, a Bolsa elevará de 30 para 35 o número de projetos permanentemente listados. Segundo Magliano, a meta é integrar o principal programa de responsabilidade social da Bovespa ao conceito de políticas sustentáveis, alinhado aos princípios do Pacto Global. A BVS&A atuará do mesmo modo que a BVS, servindo de local de encontro para investidores sociais e ambientais e projetos que necessitem de recursos financeiros para serem implantados ou ampliados.

[www.bovespasocial.org.br](http://www.bovespasocial.org.br)

## São Paulo ganha primeira Casa Ronald McDonald

Foi inaugurada em 12 de abril a primeira Casa Ronald McDonald de São Paulo. Mantida pelo Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (Graac) e pelo Instituto Ronald McDonald, a casa tem capacidade para atender 30 crianças e adolescentes acompanhados de seus pais e está situada no Planalto Paulista. O custo para construir e equipar a casa foi de R\$ 3 milhões. A entidade oferece gratuitamente estadia, alimentação e transporte para as crianças em tratamento fora de suas cidades e também para seus acompanhantes. O objetivo é garantir a continuidade do tratamento, já que sem essa opção muitas crianças o abandonariam por não ter como se manter fora de suas cidades de origem. A rede de Casas Ronald McDonald está presente em 28 países, com 6 mil quartos disponíveis e 30 mil voluntários.

[www.casaronald.org.br](http://www.casaronald.org.br)





Rodrigo Collaço, presidente da Associação Brasileira dos Magistrados (AMB), e Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no lançamento da campanha Mude um Destino

## AMB lança campanha para estimular a prática da adoção no país

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) lançou na primeira quinzena de março a campanha *Mude um Destino – em favor das crianças que vivem em abrigos*. Com a participação de integrantes dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, do Ministério Público, de profissionais da imprensa e da sociedade em geral, a campanha pretende sensibilizar e mostrar à população a realidade das crianças e jovens que vivem em abrigos. A intenção é incentivar o retorno desses jovens à família biológica, além de estimular a prática da adoção em todo o país. Também busca orientar os dirigentes de abrigos sobre a legislação que trata do assunto.

[www.amb.com.br/mudeumdestino](http://www.amb.com.br/mudeumdestino)

## Empreendedorismo Solidário em Limoeiro do Norte

Nos dias 9 e 10 de fevereiro foi realizada a 1ª Feira de Socioeconomia Solidária, em Limoeiro do Norte, a 194 quilômetros de Fortaleza. Promovido pela Associação Projeto Paz e União, o evento é resultado dos trabalhos realizados pela comunidade com projetos de socioeconomia solidária. Por meio da parceria entre o SINE/IDT (Sistema Nacional de Emprego / Instituto de Desenvolvimento do Trabalho), Caritás e Fundo Cristão para Crianças, jovens e famílias recebem apoio com ajuda material e organizacional sobre empreendedorismo. Foram desenvolvidas palestras e oficinas para 75 pessoas da comunidade. A feira contou com apresentações culturais de artistas locais. Além disso, expôs produtos típicos da região e ofereceu serviços diversos para a população, como corte de cabelo, limpeza de pele, manicure e outros.

[www.fundocristao.org.br](http://www.fundocristao.org.br)  
[www.idt.org.br](http://www.idt.org.br)

## 1ª Feira de Inovações Sociedade Solidária

A Legião da Boa Vontade promoveu nos dias 22, 23 e 24 de março a 1ª Feira de Inovações Sociedade Solidária. O evento ocorreu em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro e reuniu lideranças de vários setores. O tema Parcerias Globais para o Desenvolvimento foi orientado pelo Conselho Econômico e Social da ONU (Ecosoc), no intuito de avaliar os avanços de governos e sociedade no cumprimento dos Objetivos do Milênio. Os esforços dessa mobilização resultarão em um documento que será assinado por todas as entidades participantes e enviado ao *High Level Segment* (Reunião de Alto Segmento), que ocorrerá em julho, em Genebra (Suíça), e contará com chefes de Estado e o Alto Comissariado de mais de 100 países.

[www.lbv.org](http://www.lbv.org)  
[www.sociedadesolidaria.com.br](http://www.sociedadesolidaria.com.br)

## Teleton lança campanha “Minha cidade é solidária”

Lançada em março, a campanha do Teleton, “Minha Cidade é Solidária”, foi inspirada na iniciativa do município de Barueri (SP) que, em 2006, com ações organizadas, arrecadou R\$ 413 mil, provenientes de doações. O objetivo é reproduzir a ação em outras cidades e motivar municípios de todo o país a seguirem o modelo. Nas escolas de Barueri foram distribuídos malotinhos, que as crianças levaram para casa, incentivando pais e amigos a doar moedinhas. O resultado dessas contribuições somou-se à renda de um jogo de futebol, de uma luta de boxe e a um percentual do valor dos ingressos de um show de Ivete Sangalo. Além disso, um cofre gigante na entrada da cidade recebia doativos de pessoas que por ali passavam. O resultado das ações foi um sucesso.

[www.teleton.org.br](http://www.teleton.org.br)

## Edição 2006 do Programa Parceria Responsável

A Área de Negócio do Abastecimento da Petrobras promoveu em 2 de abril, no Rio de Janeiro, a premiação das empresas que foram destaques e vencedoras da edição 2006 do Programa Parceria Responsável. Na ocasião também foi lançada a edição 2007. O programa tem o objetivo de integrar as empresas clientes e fornecedoras da Petrobras comprometidas com a Responsabilidade Socioambiental. Em 2007, a Petrobras amplia o escopo do programa, lançando a nova vertente para os 62 maiores clientes de combustível e ampliando o convite à participação para 153 fornecedores. Para a avaliação foram considerados os melhores resultados dos fornecedores participantes em 2006.

[www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br)

## Escreve Beleza Brasil leva beleza e alegria ao centro de São Paulo

O Instituto Escreve Beleza Brasil realizou em 19 de março o Dia da Beleza e da Auto-Estima no Albergue São Francisco, no centro de São Paulo. O evento fez parte do programa Cidadania em Ação, realizado a cada dois meses com o objetivo de levar beleza, alegria e valorização da auto-estima aos mais de 100 moradores de rua e catadores de papel. Quinze profissionais voluntários da área da beleza realizaram serviços como cortes de cabelo, esmaltação e aplicação da tatuagem natural temporária. O projeto Escreve Beleza Brasil beneficia anualmente cerca de 10 mil pessoas, desenvolvendo programas e atividades gratuitas de orientação e informação nas áreas de beleza e de desenvolvimento social e pessoal para a população nas escolas públicas e instituições sociais parceiras.

[www.escrevebeleza.org.br](http://www.escrevebeleza.org.br)

# Planalto

## Notícias do Planalto

### Secretários estaduais em defesa da segurança alimentar

Assumir compromissos e reafirmar parcerias foram os principais itens da reunião realizada em 28 de fevereiro, em Brasília, entre o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e os secretários estaduais envolvidos em ações de segurança alimentar e nutricional. A meta do encontro foi discutir propostas que pudessem ser incorporadas ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), destinado a integrar as ações e esforços de prefeituras, governos estaduais e federal, sociedade civil e iniciativa privada no combate às situações de carência alimentar.

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)



O presidente do Consea, Chico Menezes, o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, e o secretário de Segurança Alimentar e Nutricional, Onaur Ruano, durante reunião com secretários estaduais envolvidos em ações de segurança alimentar

### MDS prestigia seminário sobre assistência humanitária em SP

O Ministério das Relações Exteriores promoveu em 19 de março, em São Paulo, o Seminário sobre Assistência Humanitária Internacional. Foram convidados vários especialistas no tema, entre eles, a secretária-geral adjunta para assuntos humanitários das Nações Unidas, Margareta Wahlström, e a assessora internacional do MDS, Thaís Bassinello. O objetivo do encontro foi colocar em debate a questão da assistência humanitária na pauta brasileira. O seminário apresentou experiências de diversas instituições relacionadas ao tema, contribuindo para que o Ministério aprofunde seus conhecimentos.

[www.assistenciahumanitaria.mre.gov.br](http://www.assistenciahumanitaria.mre.gov.br)  
[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (IISD)



A secretária-adjunta para assuntos humanitários da ONU, Margareta Wahlström, foi uma das participantes do seminário

### Patrus Ananias abre seminário sobre Enfrentamento ao Trabalho Infantil

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias, participou da abertura do Seminário sobre Enfrentamento ao Trabalho Infantil na Região Metropolitana, no dia 13 de março, em Belo Horizonte (MG). O evento foi organizado pelo Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente e contou com a participação de prefeitos, promotores, juizes, gestores, técnicos da área social e conselheiros dos 34 municípios da Grande Belo Horizonte. Na ocasião, foi assinado um termo de compromisso de erradicação do trabalho infantil na região.

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

### Bolsa Família tem novo sistema de frequência escolar

A frequência escolar de crianças do Programa Bolsa Família, entre outubro e novembro de 2006, está sendo coletada por um novo sistema. Para ter acesso, o secretário municipal de Educação deve indicar um Operador Municipal Master, responsável pelo acompanhamento da frequência escolar da região. Ao final do período de monitoramento, as alterações ocorrerão no Cadastro Único, e contribuirão para a atualização dos dados dos beneficiários do programa. A parceria com o gestor municipal do BF é essencial para localizar crianças de escolas que não estão identificadas no Cadastro Único e também aquelas que não foram localizadas pelo gestor nas escolas. A presença às aulas é considerada fundamental para melhorar as condições de vida da população de baixa renda; já as constantes faltas poderão bloquear ou até cancelar o benefício.



Márcia Lopes, secretária-executiva do MDS, participa da 21ª Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)

### Consea avalia impactos do PAC na segurança alimentar

O Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) foi o assunto discutido na 21ª Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em 7 de março. O objetivo foi avaliar como o programa integra as propostas de crescimento econômico e as ações sociais. Outro tema da plenária foi o Plano Plurianual (PPA 2008-2011) e os investimentos na área de segurança alimentar e nutricional. Para este debate, foram convidados o secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Ariel Garcia Pares, e a secretária-executiva do MDS, Márcia Lopes.

[www.planalto.gov.br/consea](http://www.planalto.gov.br/consea)



## Política Nacional para a População de Rua é tema de encontro em Brasília

Discutir a construção de uma política pública para pessoas que vivem nas ruas em condição de pobreza absoluta foi o objetivo do Grupo de Trabalho Interministerial, que se reuniu em 1º de março, em Brasília, com representantes do Movimento Nacional de População em Situação de Rua. Além do Ministério do Desenvolvimento Social, outros cinco ministérios e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos integram o GTI. A secretária nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ana Lúcia Gomes, também participou do encontro.

**i** [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)  
[www.presidencia.gov.br/sedh](http://www.presidencia.gov.br/sedh)

## Programa do Governo capacita técnicos e gerentes da área social

O ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, lançou em fevereiro o programa Gestão Social com Qualidade, que capacitará, durante este ano, 15,6 mil técnicos e gerentes de estados e municípios que atuam nos projetos desta área. O programa visa aprimorar a gestão dos programas sociais públicos, por meio de qualificação de profissionais em novas práticas e tecnologias para atender com eficiência a população e promover a integração de diversas ações. O investimento é de R\$ 15 milhões. Cada estado poderá indicar 20 técnicos, em um total de 629 municípios. Serão atendidos, em 2007, estados, capitais, cidades integrantes das regiões metropolitanas ou com população de 100 mil ou mais habitantes e também aquelas enquadradas na Gestão Plena do Suas até março de 2006.

**i** [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)



Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no seminário A Nova Ordem Mundial e os Problemas do Desenvolvimento

## Pobreza será tema de palestra no Itamaraty

Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foi um dos convidados do seminário italo-latino-americano A Nova Ordem Mundial e os Problemas do Desenvolvimento, realizado em Brasília no dia 15 de março. A palestra foi um dos eventos previstos na programação da mesa redonda A globalização e o desenvolvimento, que debateu temas como política de desenvolvimento nacional, regional e transfronteiriço. O seminário foi organizado pela Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Instituto Rio Branco, Fundação Getúlio Vargas, Instituto Diplomático Mario Toscano e Instituto Italo-Latino Americano, e contou ainda com as presenças do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e do embaixador da Itália no Brasil, Michele Valensise.

**i** [www.fgv.br](http://www.fgv.br)  
[www.funag.gov.br](http://www.funag.gov.br)  
[www.iila.org](http://www.iila.org)  
[www.irbr.mre.gov.br](http://www.irbr.mre.gov.br)  
[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

BRUNO SPADA/MDS



Grupo de participantes do curso de Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Solidário

## Responsabilidade Social: aprendizado de líderes comunitários em Brasília

Um grupo de 331 líderes comunitários concluiu, na primeira quinzena de março, em Brasília, um curso de capacitação em economia solidária. Eles agora integram o Projeto de Desenvolvimento Social e Economia Solidária desenvolvido em parceria pelo MDS, Ministérios do Trabalho e Emprego e do Meio Ambiente, além da Universidade de Brasília. De volta às suas cidades, os agentes de desenvolvimento solidário trabalharão no apoio aos projetos de geração de renda, principalmente dos beneficiários do Bolsa Família. Eles também serão um importante elo entre suas comunidades e governos, fortalecendo as iniciativas já existentes, estimulando a emancipação econômica das famílias e o cuidado com o meio ambiente.

**i** [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)  
[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)  
[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)  
[www.unb.br](http://www.unb.br)

## Conselho Nacional de Juventude elege nova presidente

O Conselho Nacional de Juventude elegeu em 16 de março sua nova presidente, Elen Linth Marques Dantas, membro da Pastoral da Juventude. Essa é a primeira vez que um representante da sociedade civil assume a presidência do Conselho, antes comandado pela secretária-adjunta da Secretaria Nacional de Juventude, Regina Novaes. De acordo com Elen, o desafio da nova gestão será consolidar o tema "juventude" dentro da agenda pública como uma política de Estado. A intenção é estreitar a relação do conselho com os movimentos de juventude, diferentes fóruns e redes que buscam a intervenção política e o controle social.

## Terra urbana garante alimento no coração das grandes cidades

Em 5 de março, um grupo de representantes de associações, instituições, organizações não-governamentais e Governo Federal reuniu-se em São Paulo para discutir resultados e trocar experiências em Agricultura Urbana e Periurbana. Esse foi o primeiro encontro de uma série de oito, promovidos pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com as ONGs Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, Ipes Promoción Del Desarrollo Sostenible e Instituto Kairós. A intenção foi divulgar o resultado de uma pesquisa realizada, a pedido do MDS, em 11 regiões metropolitanas do país, além de apresentar as 61 experiências de agricultura urbana e periurbana de São Paulo – entre atividades de produção, venda, transformação e serviços.

**i** [www.institutokairos.org](http://www.institutokairos.org)  
[www.ipes.org](http://www.ipes.org)  
[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)  
[www.rede-mg.org.br](http://www.rede-mg.org.br)

# Frank Flannery

Frank Flannery, presidente da Workability International, maior organização sem fins lucrativos que luta pela empregabilidade dos deficientes, defende que é preciso realizar programas de qualificação profissional e treinamentos educativos para inserir cada vez mais pessoas com deficiência no mercado de trabalho

Por Valeuska de Vassimon

---

Não basta apenas empregar pessoas com deficiência. É preciso prepará-las para o mercado de trabalho assim como incentivar as empresas a recebê-las. Essa é a opinião de Frank Flannery, presidente da Workability International e ex-presidente do *The Rehab Group*, na Irlanda.

A Workability International é uma ONG de atuação global que cria e implementa programas de trabalho para pessoas com deficiência. A organização luta contra o desemprego dos deficientes e trabalha constantemente em sua qualificação profissional, por meio do auxílio de empresas de todo o mundo, para que compreendam esse processo.

Fundada na Suécia em 1987 por 11 países, a ONG possui atualmente mais de 110 membros no mundo todo, que incluem os maiores grupos de representantes de fornecedores de emprego e serviços de trabalho para deficientes. Mais de 3 milhões de pessoas com deficiência estão envolvidas nos programas de trabalho da organização realizados por membros em mais de 30 países.

Um desses membros é o The Rehab Group, uma ONG que possui mais de 200 centros de atendimento para pessoas com deficiência na Irlanda e na Inglaterra. A cada ano, mais de 60 mil pessoas acessam seus treinamentos e serviços de inclusão social e econômica das pessoas com deficiência.

Por aqui, o representante da Workability International é o Instituto Paradigma, sendo o Brasil o primeiro país da América do Sul a integrar a rede. E foi justamente em um evento promovido em São Paulo (SP) pelo instituto em conjunto com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) – o Fórum Permanente de Empresas para a Inclusão Econômica de Pessoas com Deficiência – que Frank Flannery falou à *Revista Filantropia* sobre a empregabilidade de pessoas deficientes no mercado de trabalho mundial.





## Atualmente, não queremos apenas procurar oportunidades de trabalho para os deficientes, mas, sim, nos certificar de que eles possuem acesso ao mercado e de que há uma boa legislação nos países ao que tange esse tema

**Revista Filantropia:** *Como o senhor começou a trabalhar com pessoas deficientes?*

**Frank Flannery:** Inicialmente, o The Rehab Group era uma organização na Irlanda que fazia caridades em geral, entre elas a criação de oportunidades de emprego para pessoas com deficiência. Nosso foco era o treinamento dessas pessoas a fim de colocá-las no mercado de trabalho.

Em 1980, tornei-me diretor-geral da instituição. Há dois meses estou aposentado, mas continuo como o representante internacional da organização, que, atualmente, ainda concentra suas atividades em programas de capacitação, além de serviços sociais, de saúde e de apoio às pessoas com deficiência. No entanto, nosso foco principal é aumentar as chances de emprego para essas pessoas.

A partir desse trabalho, fundamos a Workability International, em 1987, da qual sou presidente há seis anos. Trabalhamos muito para seu crescimento, e agora já são 110 membros na organização. Atualmente, temos desenvolvido nossas idéias e nossas funções ao redor do mundo.

**Filantropia:** *Há alguma razão especial para o senhor trabalhar com pessoas deficientes?*

**FF:** Apesar de sempre ter me interessado muito pelo assunto, não há nenhum motivo especial, pois antes de trabalhar nessa área, estava envolvido com algo totalmente diferente. No entanto, sempre me interessei por trabalhos sem fins lucrativos. Quando entrei no The Rehab Group, havia cerca de 50 pessoas. Foi prazeroso ajudar no crescimento e desenvolvimento da organização, assim como levá-la a nível nacional.

Dessa forma, cada vez mais me envolvi na tentativa de criar oportunidades para pessoas com deficiência na Irlanda, Inglaterra e, posteriormente, na Europa e em outros países ao redor do mundo.

**Filantropia:** *A Workability International foi fundada em 1987, há 20 anos. Como o senhor vê a organização atualmente?*

**FF:** Hoje em dia está muito diferente. Para se ter uma idéia, até o nome mudou. Antes ela era chamada de IPWG, que apesar de ser um nome difícil, designava uma organização dedicada a providenciar trabalho para deficientes mentais e físicos. Em 2002, na tentativa de passar um conceito mais moderno, mudamos o nome para Workability International.

Antigamente, por conta das guerras em 1939 e 1945, além da Guerra da Coréia, vários Estados criaram suas democracias sociais. Fundaram-se fábricas especiais para empregar pessoas com deficiência. Embora os empregadores oferecessem bons trabalhos e segurança, começaram a observar situações complicadas.

Assim, iniciou-se uma tendência para colocar tais pessoas em empregos normais, não apenas em vagas específicas. As pequenas organizações ficaram preocupadas com essa situação e tentaram se proteger, muitas vezes apresentando uma atitude defensiva. Mas com o decorrer do tempo, e principalmente nos últimos cinco ou seis anos, conseguimos mudar essa visão.

Atualmente, não queremos apenas procurar oportunidades de trabalho para os deficientes, mas, sim, nos certificar de que eles possuem acesso ao mercado e de que há uma boa legislação nos países ao que tange esse tema. Além disso, é preciso que haja apoio e treinamento em vez de discriminação, assim como um bom sistema empresarial que garanta a acessibilidade dos deficientes a todas as suas necessidades especiais.

**Filantropia:** *Qual aspecto o senhor acha mais importante para ser trabalhado nas empresas que empregam os deficientes?*

**FF:** O mais importante é que as empresas compreendam o universo dos deficientes e suas necessidades, e saibam que essas pessoas realmente podem ser bons funcionários.

Hoje em dia, há vários deficientes que preferem trabalhar período integral. Outros podem trabalhar apenas meio período, pois não são todos que conseguem trabalhar 40 horas por semana. Nota-se que alguns trabalham 20 horas por semana justamente por conta do



Escritório do Instituto Paradigma, parceiro no Brasil da Workability International

seu estilo de vida. Por isso, queremos tornar o sistema das empresas mais flexível. Desejamos que essas pessoas possam ter escolhas, não apenas oportunidades.

**Filantropia:** *Por ser um mercado de trabalho competitivo, como o senhor vê o ingresso dos deficientes nas grandes empresas?*

**FF:** Ultimamente, nota-se certa necessidade das empresas em contratarem funcionários especializados por conta da competitividade do mercado. Em alguns países, há uma tendência de substituição das funções que poderiam ser exercidas por pessoas com deficiência por funções mais exigentes, as quais requerem formação superior, habilidades técnicas, conhecimento de TI etc. Por isso, o treinamento dos deficientes precisa ser cada vez melhor. É necessária uma análise real e contínua, além de muito estudo de casos.

Acredito que a flexibilidade, a oportunidade de fazer escolhas e a inovação são os pontos mais importantes nessa jornada. Todos os envolvidos nesse trabalho precisam estudar continuamente, estar em contato com os empregadores e compreender como o trabalho está em constante mudança.

**Filantropia:** *Na prática, como a Workability International entra em contato com as empresas?*

**FF:** Na verdade, são os membros da organização que realizam essa função. Mas a própria WI tem tentado conversar mais

detalhadamente com empresas multinacionais. Como o mundo está cada vez mais globalizado, atualmente temos negociado com empresas grandes, como a IBM, Microsoft, Dell Corporation etc. Ao comprarmos seus produtos com desconto, é possível abrir as portas para um diálogo sobre suas políticas de trabalho, já que são empresas que estão muito interessadas na questão da responsabilidade social. Assim, podemos ajudá-las a alcançar seus objetivos.

Esse tipo de convênio tem apresentado um duplo efeito: além de criarmos um ambiente de oportunidades de trabalho e apoio aos deficientes, fazemos com que as empresas reflitam mais sobre a própria questão da responsabilidade social. E isso tem apresentado bons resultados.

Já dentro das empresas, a questão é muito mais detalhada. Temos trabalhado com o setor de recursos humanos com programas que ensinam aos funcionários o universo da deficiência. Porque, se um deficiente começa a trabalhar em uma empresa, seus colegas precisam conhecê-lo, a fim de que seja visto como um colega de trabalho, não como uma pessoa qualquer. Essa prática tem funcionado muito bem.

**Filantropia:** *E como os deficientes entram em contato com as empresas?*

**FF:** Já com os deficientes, nosso contato com as empresas é feito de uma forma indireta. Auxiliamos na elaboração dos contratos,

mas é o empregador quem negocia com o candidato. O maior problema, na maioria das vezes, é que as pessoas com deficiência têm medo, pois são muito vulneráveis. Além disso, muitas vezes são pessoas pobres. Por isso, é preciso ser muito cuidadoso.

Um exemplo disso é a questão dos benefícios que o governo dá a essas pessoas. Às vezes, quando um deficiente consegue um trabalho em uma empresa, ele perde esses benefícios. Isso é um risco muito grande, pois sabemos que empregos não duram para sempre. É uma decisão muito complicada.

No governo irlandês, temos defendido que as pessoas com deficiência não podem sofrer esse risco, pois não é justo, tampouco realista. É necessário permitir que eles possam manter seus benefícios pelo menos até estarem seguros no novo emprego. Ou ainda, caso percam seus benefícios, que seja fácil voltar a tê-los se saírem do emprego.

Em qualquer país, para conseguirmos avançar nesse tema, é preciso analisar as leis de emprego e de discriminação, além do sistema social como um todo, a fim de se certificar de que tudo está de acordo.

**Filantropia:** *Como o senhor vê o Brasil nesse cenário, já que temos a Lei de Cotas, que obriga grandes empresas a empregarem de 2% a 5% de deficientes?*

**FF:** Isso só acontece se a empresa tiver mais de 100 funcionários. O problema é que 90% das empresas não atingem esse número! Acho um número alto, embora seja uma possibilidade de criar muitas oportunidades de trabalho.

Essa lei existe há 14 anos, mas nos primeiros oito ou nove anos não empregava quase ninguém. Nota-se, no entanto, que nos últimos cinco anos há mais de 50 mil deficientes empregados sob esse sistema. Se a lei fosse praticada por todos, seriam mais 100 mil empregos. Portanto, acredito ser uma boa ação.

Mas para ser totalmente eficaz, é necessário haver os programas de capacitação. Não sei se são bons aqui no Brasil, mas acredito que não sejam suficientes. É preciso mais informação, mais treinamento, mais preparo das pessoas, mais conhecimento por parte dos empregadores. O departamento de recursos humanos das empresas precisa conhecer melhor as questões práticas que envolvem a empregabilidade de deficientes. Também é importante que todos os funcionários saibam mais sobre o assunto.

KÊNIA HERNANDES (FIESP)



Plenária do Fórum Permanente das Empresas, que teve a participação de Frank Flannery



De qualquer maneira, acredito que a Lei de Cotas seja uma boa ação, pois há alto nível de desemprego no Brasil. Por ser muito difícil para várias pessoas, torna-se ainda mais difícil para os deficientes. Pode até ser que as empresas não consigam preencher as vagas porque não querem, mas é bem provável que também seja por não conseguirem encontrar bons funcionários com deficiência para as vagas disponíveis, muitas vezes específicas.

**Filantropia:** *O senhor acredita que haja alguma solução para melhorar a Lei de Cotas?*

**FF:** Uma boa idéia é criar um sistema que possibilite às empresas depositarem uma certa quantia em um fundo especial para programas de treinamento educativos para deficientes. Assim, os empregadores estariam ajudando a gerar fundos, a fim de criar mais conhecimento e informação, o que os auxiliaria a atingir a taxa das cotas.

Isso já acontece na Alemanha, onde há uma alta taxa de cotas desde a 2ª Guerra Mundial. Muitas empresas não precisam preenchê-las, já que colocam dinheiro em um fundo que fornece vários programas de apoio e treinamento para os deficientes. É uma boa iniciativa, embora precise ser desenvolvida um pouco melhor.

**Filantropia:** *Nota-se que é preciso haver uma ação conjunta do governo, da sociedade e das empresas em relação a esse tema. Como o senhor acha que isso pode ser feito?*

**FF:** O Brasil está começando ainda. O sistema social na Europa foi desenvolvido nos anos de 1950 e 1960, portanto, muita coisa já foi feita. Uma boa alternativa é trabalhar com organizações sem fins lucrativos. Mesmo que o governo não ajude muito, sempre é possível ajudar as pessoas por outros meios.

Apesar de que eu acho que o Brasil tenha um governo bastante envolvido nessa questão. Sei de programas de emprego desenvolvidos no país, além de uma política anti-discriminação bem disseminada. O sistema é complicado, é um longo caminho. Mas com uma base legal, é possível criar um desenvolvimento.

O mais importante é integrar os deficientes ao mercado de trabalho da melhor maneira possível. Para isso, é necessário haver leis e bom treinamento para que essas pessoas estejam preparadas no momento de serem empregadas. Mesmo que o governo não faça isso, alguém

DIVULGAÇÃO



Para Flannery: "É preciso criar cada vez mais programas de qualificação profissional e treinamentos educativos nas empresas para inserir os deficientes no mercado de trabalho"

precisa fazer. Acredito que o Brasil possa fazer com que a sociedade toda trabalhe em uma só direção.

**Filantropia:** *Como o senhor vê o papel do Instituto Paradigma, no Brasil, enquanto membro da Workability International?*

**FF:** O Instituto Paradigma é bem relacionado e moderno, possui muitas idéias boas. Por trabalharem com a Workability International, há a possibilidade de aprenderem de forma mais rápida sobre a questão da empregabilidade de pessoas com deficiência. Porque o Brasil está tentando trazer uma mudança significativa em relação a esse assunto, é possível aprender muito pelas experiências de outros países.


**Filantropia:** *Sabe-se que certas vezes as empresas têm preconceito em relação a funcionários com deficiência. O senhor acredita que essas pessoas são empregadas apenas por conta da legislação?*

**FF:** Eu entendo essa atitude, porque todos nós somos assim. É uma postura familiar, uma postura de medo. Há a sensação de que o governo está impondo isso às empresas. É como se as empresas pensassem:

"Já é difícil ter um negócio no mercado, e o governo ainda quer que demos emprego a essas pessoas?"

É por isso que afirmo ser possível realizar um trabalho melhor com os empregadores pessoalmente, a fim de estender essa realidade do trabalho com deficientes. Mostrar-lhes que uma nova pessoa irá chegar ao ambiente de trabalho, e que ela possui necessidades especiais. Uma vez que isso acontece, o medo vai embora.

É muito importante realizar um trabalho nesse sentido, pois evita maiores problemas posteriormente. Os empregadores precisam chegar a um estágio em que percebam que o deficiente pode ser um bom funcionário, muitas vezes o melhor do setor. Mas eles não entram na empresa assim. Em um primeiro momento, eles chegam com medo de não saberem o suficiente. Daí a necessidade de desenvolver a idéia de conhecimento sobre o tema, para que todos na empresa aceitem essa situação. Em todos os países acontece isso; é a natureza humana.

Acredito que esse trabalho da empresa em relação ao deficiente não possui apenas o objetivo de criar uma oportunidade de trabalho para alguém com deficiência, mas, sim, uma oportunidade de desenvolvimento de carreira para um ser humano. 

# O processo da criação

Criatividade nem sempre é um dom.

Ela pode ser incentivada com ingredientes de fácil aplicação

Marcio Zeppelini  
marcio@zeppelini.com.br



**E**stamos nos comunicando a todo o momento. Seja falando, escrevendo ou gesticulando, ao telefone, escrevendo um e-mail ou criando alguma peça publicitária, o processo de comunicação é realizado a todo momento. Entretanto, para que a informação chegue da melhor forma possível e para que a comunicação tenha efeito e seja eficiente, são necessários alguns ingredientes básicos: clareza, transparência, concisão, objetividade e criatividade.

Talvez, todos estes elementos sejam de fácil compreensão. Porém, especificamente a criatividade é um fator determinante para que a comunicação seja mais ou menos efetiva. Assim como em qualquer atitude ou decisão que se tome no dia-a-dia da administração de uma organização do Terceiro Setor, fazer o que sempre foi feito, atingirá os resultados que sempre foram obtidos. Se quiser algo diferente, desejar que o efeito desta comunicação seja mais eficiente que outras informações transmitidas por sua entidade ou por outra organização, aja de maneira criativa, ou seja, elabore o texto, o layout, o e-mail ou seja qual for a comunicação desejada de modo inovador.

Como para a criatividade não existe uma fórmula ou segredo, pois é uma atividade abstrata, não há como “ensinar a ser criativo” ou aplicar exercícios de criatividade na comunicação para que possamos executar ou produzir peças mais ou menos criativas.

Mas há como estabelecer fundamentos que propiciem o início do processo de criação e, para isso, devemos, antes de qualquer coisa, conceituar que a maioria das obras criativas são compostas por uma ou mais idéias misturadas. Então, trabalhar a criatividade necessariamente pressupõe que haja um histórico cognitivo em nossa mente para que flua nossa imaginação e consigamos trazer algo novo, algo realmente criativo.

No processo de criação de uma peça de comunicação – desde um simples folheto a um complexo catálogo – três fatores são determinantes para o êxito do trabalho:

## REGRAS

Existem regras estéticas evidenciadas por tendências de mercado e estas devem ser seguidas para que o mercado absorva tal comunicação. Até para ser *out of the box*, ou seja, para obstruir as regras, é necessário que saibamos de antemão quais são elas e saber onde e porquê elas estão sendo infringidas.

As regras estéticas, as linhas e cores mais utilizadas são mudadas conforme o desenvolvimento humano. São tendências seguidas na publicidade, no design de carros e móveis, cores do mundo da moda e até traços das artes plásticas e da arquitetura. Assim, seguem as tendências artísticas, musicais, culturais, paisagísticas e em toda atividade da qual seja necessária criatividade.

Aliam-se a essas regras, códigos de ética que normatizam a comunicação e o marketing de diversas categorias profissionais como é o caso da saúde, direito e contabilidade, entre outras.

Também é necessário saber o que se pode fazer para não infringir alguma lei e ser sancionado a alguma pena mais dura. É o caso da consciência com valores éticos e morais, respeito aos direitos autorais e saber qual o limite que se pode utilizar algum texto ou imagem.

Utilizar-se da imagem de assistidos, por exemplo, deve ser munido de uma autorização de uso de imagem e, mais que isso, verificar junto aos órgãos públicos o que pode ou não ser usado. Crianças em situação de abrigo temporário, por exemplo, não podem ter sua identidade revelada, mas é permitido que se faça uma foto de perfil ou de costas, desde que não seja possível sua identificação.



Analisando a publicidade do eletrodoméstico veiculada há algumas décadas, identificamos diversas regras daquela época que hoje não funcionam mais. Cores, nomenclaturas (refrigerador?) e até o vestuário dos modelos não venderiam uma geladeira nos dias de hoje.



## HISTÓRICO

Sempre que é necessário criar algo – seja uma peça publicitária ou até mesmo encontrar a solução para algum problema cotidiano – é importante termos um compêndio de tudo que já foi feito a respeito.

- Como foram as demais peças de comunicação elaboradas para aquele fim?
- Quais eram as respostas geradas às mesmas perguntas?
- O que foi feito e deu certo? Ao contrário, o que foi feito que não tenha surtido efeito?
- Quais as ações realizadas por organizações similares à sua?

Com esse acervo histórico refrescado na memória, é possível criar novas definições utilizando recursos que deram certo no passado e não repetir erros que já foram experimentados.

Lavoisier, em 1799, a fim de explicar a Lei da Conservação da Massa, disse sabiamente: “Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. Assim como no ciclo natural da vida, a frase se encaixa perfeitamente à criatividade na comunicação. Nada é absolutamente novo que jamais tenha sido usado por alguém, assim como nenhuma comunicação é perfeitamente igual à outra. A miscigenação de diversas formas de se comunicar do passado trarão subsídios para você criar o hoje.


Uma boa dica é elaborar e fomentar constantemente um “banco de idéias”, uma pasta, gaveta ou arquivo (físicos ou digitais) em que se guarde anúncios, folders, cartazes, recortes de jornais, revistas, textos, sites e outras peças separadas em duas categorias: “vi e gostei”, isto é, peças que agradem (mostrando o que pode ser copiado); e “vi e odiei”, para peças que não agradem (mostrando o que jamais deve ser feito). Assim, quando se surpreender precisando criar algo e lhe faltar inspiração, recorra ao banco de idéias. Vasculhe primeiramente o que não se deseja e depois parta para as boas peças arquivadas. Certamente alguma luz aparecerá ao final de seu túnel.

## PERSONALIDADE

Este quesito é, sem dúvida, o mais difícil de criar regras, porém o mais fácil de se identificar em um processo criativo.

Pessoas que não gostem da cor preta, por exemplo, dificilmente aprovariam um anúncio que tenha todo seu fundo escuro. Outros adorariam pela simples preferência por aquela tonalidade. Alguém que esteja em seu processo criativo pode executar uma obra que, aos seus olhos, esteja perfeita. Para outrem, o desagrado se deu somente pelo uso de uma cor, uma fonte ou estilo de escrita que não esteja em conformidade com seu léxico coercitivo.

No entanto, a personalidade pode não ser de uma pessoa física, mas da organização em si. Desde que haja uma identidade visual já estudada, aprovada e implantada, as peças de comunicação devem sempre seguir essa “personalidade”, utilizar cores, traços e formas que definem o logotipo e demais apoios da comunicação. Assim, é possível que seja imposta a identidade visual da organização e não se deixe levar por gosto de uma ou outra pessoa que também esteja apta a aprovar aquela obra criativa.

Com estes três ingredientes em mãos, a criatividade será o “misturar do bolo”. Algumas receitas ficarão prontas em cinco minutos. Outras levarão horas ou dias para amadurecer. Quem irá misturar a massa – seja o jornalista criando um press-release, o webdesigner desenvolvendo o site, o diagramador elaborando um layout –, todos que estiverem envolvidos na criação das peças de comunicação de uma organização devem se utilizar dos três ingredientes acima a fim de que a criatividade apareça. 

### Dica de literatura

**Design para quem não é designer, Robin Williams.** O livro introduz ao design e à diagramação, por meio dos quatro princípios básicos do design: proximidade, alinhamento, repetição e contraste. Usando exemplos de “antes e depois”, estimula o leitor a fazer suas próprias experiências. Traz também noções básicas sobre tipografia, serifa, estilo, peso e tamanho.



**Marcio Zeppelini.** Consultor em comunicação para o Terceiro Setor, editor da Revista Filantropia, produtor editorial pela Universidade Anhembi Morumbi e diretor-executivo da Zeppelini Editorial & Comunicação.



# A internet e a mobilização de recursos

Para atrair possíveis doadores ao site da organização, é indispensável definir uma estratégia de comunicação integrada com ferramentas

Ader Alves de Assis Jr.  
aderjr@fundocristao.org.br



**Não é desejável ter um visitante que, após acessar o site, saia pensando que já sabe tudo o que poderia a respeito da organização. Se isso acontece, você não está deixando oportunidade para um retorno no futuro**

Mobilizar recursos on-line é, basicamente, alcançar e construir relações com pessoas. Com a internet, o universo de doadores potenciais expandiu-se exponencialmente, assim como a habilidade de construir relações duradouras com indivíduos. Mas, em termos práticos, como podemos alcançar novos doadores on-line?

A essência da questão está em trazê-los até o seu site, tornando esta visita uma experiência significativa e positiva em suas vidas. A partir deste momento, começa, então, a construção do relacionamento. Portanto, atrair novos visitantes e encorajá-los a retornar ao seu *website* é o primeiro passo para aumentar o número de pessoas que irão contribuir para sua organização.

Enquanto algumas pessoas chegam ao seu site porque estão procurando por informações específicas sobre a sua organização, outras precisam tomar conhecimento da existência dela – qual o trabalho e a causa a que se dedica. É preciso, portanto, de uma estratégia de comunicação integrada com ferramentas on-line e off-line. Um exemplo de comunicação integrada está na utilização da propaganda ao ar livre para aumentar o tráfego de seus sites.

Mesmo que *outdoors* e *busdoors* sejam mídias passivas e não proporcionem a oportunidade de colocar informações detalhadas da organização, com a estratégia adequada eles podem despertar o interesse das pessoas e trazer vários *prospects* até o seu *website*. Pense apenas na oportunidade de alcançar mais doadores se o número de pessoas que visitam seu site mensalmente passasse de 5.000 para 15 mil, depois da utilização de uma estratégia integrada de comunicação.

Mas não basta apenas gerar tráfego e direcionar a comunicação. Para tornar este

visitante um doador, você não deverá apenas ter como objetivo uma boa experiência no seu site. É preciso conquistar a confiança e oferecer oportunidades para que o *prospect* seja cativado e se envolva com sua organização. Com a internet, o acesso à sua organização foi facilitado de forma que, pessoas que você nunca localizaria ou que nunca pensou que existissem, agora podem visitar o seu site.

## Construindo o relacionamento

Assim que o acesso é iniciado, o processo de construção do relacionamento também nasce, e precisamos lembrar que as regras básicas de *fundraising* não são diferentes on-line – pessoas que estão envolvidas possuem uma probabilidade maior de contribuir. Portanto, o seu *website* é mais que um folder e deve ser utilizado como tal.

Algumas dicas para desenvolver e cuidar do relacionamento com seus apoiadores nasce da pesquisa antes de abordá-los, e da manutenção desta pesquisa sempre atualizada. Informe-se sobre seus interesses e desinteresses para se orientar na personalização do seu site e de comunicações futuras. Mantenha um arquivo com todas as comunicações feitas com o doador, incluindo as datas de ligações por telefone e pessoas envolvidas no processo. Assim, é possível estar mais preparado e municiado de informações que o auxiliarão a cativar o doador.

Outra importante estratégia para construir e desenvolver o relacionamento com os doadores é deixá-los informados com relatórios de progresso da organização. Pode-se, ainda, pensar em desenvolver uma área exclusiva no *website* para doadores, personalizando os “relatórios de progresso” de acordo com seus interesses. Com





ERKIN SAHIN

mais informações positivas, a confiança dos doadores se fortalecerá e facilitará o seu apoio futuro. Se possível, convide-os a visitar seus projetos e demonstre como sua doação está sendo utilizada e administrada positivamente.

Agradecer também é uma parte importante no desenvolvimento de um relacionamento. As ferramentas tradicionais utilizadas para agradecer aos doadores são as cartas e ligações. Se você utiliza eventos como uma das estratégias de *fundraising* ou se sua organização possui publicações, pode-se aproveitar esta oportunidade para dizer obrigado.

É possível ainda separar um tempo para visitar os doadores e lhes agradecer pessoalmente. Mas por que não aproveitar a oportunidade e introduzir o uso de ferramentas on-line para fazer isso? Agradecer e reconhecer pessoas talvez seja uma das estratégias mais importantes e eficientes do seu programa de relacionamento com doadores.

## Conquistar doadores

Se alguém acessou o seu site, os primeiros passos para a construção de um relacionamento já foram dados. Entretanto, tráfego não é tudo! Uma preocupação que devemos ter é que, quanto mais direcionado o seu esforço em atrair pessoas que tenham um real interesse e afinidade com a sua organização, mais sucesso terá na sua estratégia de mobilização de recursos.


Não é desejável ter um visitante que, após acessar o site, saia pensando que já sabe tudo o que poderia a respeito da organização. Se isso acontece, você não está deixando oportunidade para um retorno no futuro. Portanto, é importante a construção de estratégias que envolvam os *prospects*, encorajando-os a retornar.

O site e o e-mail são as “pedras fundamentais” do programa de *fundraising* on-line. Um *website* que fornece informação valiosa e que envolve visitantes garante o retorno, além de garantir também que ele compartilhe e fale com amigos sobre a organização, encorajando-os a também participar e contribuir.

Assim, o conteúdo do site deve ser elaborado estrategicamente, de forma que incorpore solicitações de doações e esteja sempre aberto a contribuições e relações novas.

No final de uma informação sobre as necessidades e desafios das comunidades que participam do seu projeto social, demonstre como sua organização está fazendo a diferença e convide o *prospect* a participar ou contribuir com seu programa de *fundraising*. Seja o mais assertivo possível, quando alguém clicar no ícone de doação, este deverá ir imediatamente para uma página em que o visitante poderá colocar seus dados e fazer a doação.

Uma estratégia de *fundraising* de sucesso pesquisa e identifica quais as expectativas e interesses dos possíveis doadores e associa projetos sociais de acordo com seus objetivos mútuos. O desafio muitas vezes encontrado é que a maioria das organizações tem vários públicos. Portanto, o conteúdo do *site* deve ser desenvolvido de acordo com cada um dos públicos e seus respectivos objetivos. Ao desenvolver o conteúdo do site, é muito importante fazer uma lista de quem são seus públicos e qual são as expectativa e necessidades de cada um.

A internet abre um mundo novo de oportunidades. Portanto, utilizá-la de maneira efetiva significa, muitas vezes, repensar e reinventar sua organização. Após a construção do seu *website* ou *newsletter* eletrônica, as organizações atraem uma grande e diversificada audiência e começam a repensar e reexaminar seu funcionamento. Nunca é tarde para repensar como sua estratégia on-line pode integrar-se às outras estratégias de sua organização. 

**Ader Alves de Assis Jr.** Gerente de marketing e mobilização de recursos do Fundo Cristão para Crianças, mestre em Administração e professor de Marketing do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH).

## O que as organizações podem fazer para garantir um site mais amigável:

**1. Uma versão assertiva de sua missão:** Passe a mensagem claramente na sua homepage do que, como, e por que sua organização faz. Seja direto, incluindo um *link* para informações mais detalhadas para aqueles que se interessarem.

**2. Transparência, credibilidade e segurança:** Pessoas só vão doar se confiarem na sua organização. O termo *accountability*, que ainda não possui uma tradução para o português, vem ganhando muita força ultimamente porque os *prospects* querem saber se sua organização é financeiramente responsável e se o recurso doado vai ser utilizado de forma eficiente. O mínimo de informação que você deverá disponibilizar é o relatório anual com indicadores de impacto e informações financeiras. Alguns visitantes querem ainda ter a segurança de que seu *website* está em um servidor seguro e que toda informação ali disponibilizada será criptografada antes de ser transmitida pela internet.

**3. Sucesso e progresso efetivo do seu trabalho:** Forneça casos de sucesso, mostrando como seus projetos sociais fazem a diferença na vida das pessoas. Isso fortalecerá a confiança e o respeito por sua organização, mas lembre-se que igualmente importante é deixar o recado que existe uma pessoa ou causa que precisa de ajuda e que se alguém não fizer algo logo, amanhã pode ser muito tarde.

**4. Fale conosco:** Tornar-se acessível para seus doadores, particularmente para aqueles que não estão totalmente confortáveis em fazer sua contribuição on-line, é muito importante. Colocar no seu menu instruções de como as pessoas podem receber informações ou falar com alguém da organização é uma solução efetiva.

**5. Regra básica:** Peça! Algumas vezes você terá de solicitar a doação mais de uma vez. A maioria das organizações bem sucedidas coloca ofertas atrativas de associação ou comprometidos apelos com um *link* que solicita a doação ou associação. Seus apelos devem dar as razões para que as pessoas contribuam para sua organização.

# Receita bruta e gratuidades

Estudo mostra que, entre os erros mais comuns, está a inclusão de toda a receita na base de cálculo das gratuidades e, assim, adicionam-se valores de natureza meramente econômica

Sergio Roberto Monello  
atendimento@sergiomonello.com.br



Por exemplo, as bolsas de estudos contabilizadas e inseridas no valor das receitas de serviços, por força do princípio contábil da competência e da oportunidade, não se constituem em venda de serviços, razão pela qual devem ser excluídas da base de cálculo para determinação do valor das gratuidades

O inciso VI do art. 3º do decreto nº 2.536/98 provoca por parte das entidades beneficentes de assistência social erros em sua interpretação quanto à apuração e determinação do valor das ações de assistência social designadas por gratuidades. Contudo, neste artigo, não será analisada a questão das receitas e gratuidades das entidades beneficentes de assistência social da área da saúde e daquelas que optaram pelo Prouni.

Antes de iniciar a interpretação do referido inciso, é necessária a leitura de alguns artigos do Código Tributário Nacional<sup>1</sup>, visto a natureza jurídica fiscal das gratuidades:

**Art.111:** Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre: suspensão ou exclusão do crédito tributário; outorga de isenção; e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Art.109:** Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.

Portanto, o inciso VI do art. 3º do decreto nº 2.536/98 determina, de forma incisiva e taxativa que, a partir de julho de 1998, as entidades beneficentes de assistência social devem “aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos 20% da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação


de bens, de venda de bens não-integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuições social usufruída”.

Não podemos de maneira alguma afirmar que toda receita da entidade beneficente de assistência social está inclusa na receita bruta – base para aplicação do cálculo das gratuidades, em vista da redação dada ao inciso VI do art. 3º do decreto nº 2.536/98. Se toda a receita fosse inclusa na receita bruta da base de cálculo das gratuidades, estaríamos adicionando nela valores que não devem ser agregados, bem como receita de natureza meramente econômica.

Ao fazer a hermenêutica jurídica do mencionado inciso VI, chega-se às seguintes conclusões:

- 1- A entidade deve comprovar o montante das gratuidades concedidas, tendo como suporte o valor determinado como receita bruta a base de cálculo das gratuidades, em caráter anual, muito embora as receitas sejam, obrigatoriamente, contabilizadas diariamente ou mensalmente:
  - a) Isto quer dizer que é a “pessoa jurídica” (matriz ou sede, filiais, departamento etc.) como um todo, e não suas unidades administrativas (filiais, departamentos e núcleos de atividades), que deve comprovar as gratuidades com a aplicação do percentual de 20%;
  - b) Para fins de prestação de contas, a norma não determina que a gratuidade deva atender ao percentual de 20% sobre sua base de





cálculo mensalmente, mas, sim, anualmente. Devendo, entretanto, contabilizar, como já mencionado, diária ou mensalmente.

2- Diz a norma: aplicar 20% sobre a receita bruta. Por receita bruta não devemos entender toda a receita auferida pela entidade, mas, sim, aquelas que compõem e constituem a base de cálculo das gratuidades, conforme definição legal descrita no inciso VI do art. 3º do decreto nº. 2.536/98.

3- As receitas que compõem e constituem a receita bruta da base de cálculo das gratuidades são: venda de serviços; receita decorrente de aplicações financeiras; locação de bens; venda de bens não integrantes do ativo imobilizado; e doações particulares.

Assim, somente esses tipos de receitas compõem e se constituem como base de cálculo para fins de concessão de gratuidades. A receita bruta para o cálculo das gratuidades não é um termo genérico de receita bruta, mas sim a definição legal que o decreto nº 2.536/98 constituiu.

**Art. 110:** A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos

Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos municípios, para definir ou limitar competências tributárias.

Segundo nossa opinião, como exemplo, não integra a receita bruta da base de cálculo, para aplicação do percentual de 20% e determinação do valor das gratuidades, os valores concernentes a auxílios e subvenções, convênios e/ou parcerias beneficentes filantrópicas, receitas pastorais e religiosas (entidades confessionais), bolsas de estudos (quando inseridas no valor da receita) e outras que não se tipificam ao dispositivo legal do decreto nº 2.536/98.


Assim, se determinada receita se qualifica e se tipifica ao inciso VI do art. 3º do decreto nº 2.536/98, embora classificada e contabilizada com outra nomenclatura contábil, integrará a composição da receita bruta da base de cálculo. Como exemplo: cursos extracurriculares, aulas-extracurriculares, pensionistas etc. Se não houver a tipificação do fato como venda de serviços, receita decorrente de aplicações financeiras, locação de bens, venda de bens não-integrantes do ativo imobilizado e doações particulares, não se constituirão em receita para integrarem a base de cálculo das gratuidades concedidas ou a serem concedidas.

Por exemplo, as bolsas de estudos contabilizadas e inseridas no valor das receitas de serviços, por força do princípio contábil da competência e da oportunidade, não se constituem em venda de serviços, razão pela qual devem ser excluídas da base de cálculo para determinação do valor das gratuidades. Outro exemplo, o

custo da isenção usufruída da quota patronal de previdência social, quando contabilizado como receita também não se tipifica e não se enquadra como venda de serviços.

O montante das gratuidades concedidas e calculadas de conformidade com o inciso VI do art. 3º do decreto nº 2.536/98 nunca poderá ser inferior à isenção de contribuições sociais – quota patronal de previdência social usufruída.

Devemos ainda ficar atentos que não podem ser deduzidas as despesas financeiras e tributárias do valor das receitas financeiras que integram a receita bruta da base de cálculo das gratuidades. Portanto, a entidade beneficente de assistência social está obrigada, por força do decreto nº 2.536/98, a conceder gratuidades em valor igual e/ou superior à isenção da quota patronal de previdência social usufruída e, ainda, em valor, no mínimo, correspondente a 20% da receita bruta da base de cálculo.

Em conclusão, podemos afirmar que a concessão de gratuidades como determina o decreto nº 2.536/98, pelas entidades beneficentes de assistência social, imunes de contribuições sociais por força do parágrafo 7º do art. 195 da Constituição Federal, se constitui no imposto da gratuidade. 

<sup>1</sup> Lei nº. 5.172, de 25/10/1966.

**Sergio Roberto Monello.** Professor, advogado e contabilista. Sócio-diretor do Escritório Contábil Dom Bosco.



## Fernando Credidio fala sobre Terceiro Setor, Sustentabilidade e Responsabilidade Social

Faça como milhares de gestores sociais em todo o Brasil! Assista às palestras de Fernando Credidio sobre os temas que estão forjando as organizações do futuro!

### PARA ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR:

1. Comunicação, Relacionamento com a Mídia e Marketing na Área Social
2. Como Elaborar Projetos Sociais
3. Sustentabilidade e Mobilização de Recursos

### PARA EMPRESAS:

1. Responsabilidade Social Empresarial - Definindo Conceitos e Papéis
2. Gestão dos Primeiros Passos em Responsabilidade Social Empresarial
3. Ação e Responsabilidade Social como Estratégia de Marca
4. Marketing Relacionado a Causas Sociais
5. Como Estruturar Programas de Investimento Social e de Voluntariado Corporativo

Para conhecer um pouco mais do trabalho de Fernando Credidio, acesse o blog Cidadania.corp: <http://rsempresarial.spaces.live.com>

palestras  
in company

# Auditoria: ferramenta de transparência e gestão

Tendência do mundo empresarial incorpora-se cada vez mais ao cotidiano dos poderes públicos e das entidades do Terceiro Setor, quebrando amarras culturais centenárias

Por Luciano Guimarães

Quem não deve, não teme! Nunca esta velha máxima se encaixou tão bem nas relações entre as organizações do Terceiro Setor, poder público e iniciativa privada, quando nos referimos à prestação de contas à sociedade e aos doadores que investem recursos e desejam ver o retorno social de suas “aplicações”.

Hoje, qualquer empresário ou dirigente de entidade sabe que não pode mais se esquivar de mostrar como utiliza o dinheiro que entra em seus cofres. Essa atitude, bastante comum entre os administradores públicos desde a época da colonização, é algo que veio arraigado no modo de vida do brasileiro. É um problema cultural que vem, gradualmente, sendo resolvido. Bom para todos.

No caso das entidades do Terceiro Setor, que lidam com recursos públicos e não têm fins lucrativos, a auditoria das contas é imprescindível. A auditoria é um processo que certifica a veracidade dos procedimentos de controles internos de uma organização, buscando observar se os mesmos estão presentes na gestão dos ativos dessa entidade. Até mesmo a situação trabalhista das pessoas envolvidas é levada em consideração. Se é voluntário, por exemplo, não pode ser remunerado, e assim por diante.

Antes, porém, precisa estar em consonância com a lei. Deve buscar a concessão do Certificado de Entidade de Assistência Social (Ceas). Segundo o decreto-lei nº 2.536/98, as entidades precisam apresentar ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) relatório de execução de plano de trabalho aprovado com, pelo menos, as demonstrações contábeis e financeiras, relativas aos três últimos exercícios e contratar uma empresa de auditoria externa independente.


“É muito comum que o resultado do trabalho do auditor revele que a gestão dos recursos recebidos pela entidade foi adequadamente bem feita, não tendo ocorrido desvio financeiro, nem distorção de objetivos dos recursos que a mesma geriu”, explica Marcelo Antonio Garuti Mauricio, diretor da RM Auditoria Contábil.

Segundo ele, podem surgir circunstâncias que levem o auditor a apontar, em seu relatório, no qual consta uma análise dos procedimentos internos da entidade, sugestões e recomendações para que haja um aprimoramento nos controles da mesma, visando preservar os seus ativos, documentar transações realizadas, enfim, tudo o que envolve administrar uma organização.

De acordo com a legislação, as notas explicativas dos balanços contábeis deverão evidenciar o resumo das principais práticas contábeis e os critérios de apuração do total das receitas, das despesas, das gratuidades, das doações, das subvenções e das aplicações de recursos, bem como da mensuração dos gastos e despesas relacionados com a atividade assistencial e demonstradas as contribuições previdenciárias devidas, como se a entidade não gozasse da isenção.

De acordo com o artigo 5º do decreto-lei nº 2.536/98, o CNAS somente apreciará as demonstrações contábeis e financeiras se tiverem sido devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado pelos Conselhos Regionais de Contabilidade. Estão desobrigadas da auditoria as entidades que tenham auferido em cada um dos três exercícios a que se refere o artigo anterior receita bruta igual ou inferior a R\$ 1,2 milhão, conforme o decreto nº 3.504/00.

O mesmo decreto, entretanto, exige a realização de auditoria por auditores independentes



“Quando se trabalha com dinheiro público ou privado, o mínimo de quem o recebe é prestar contas. Hoje, os doadores estão cada vez mais exigentes, querendo saber como seu dinheiro é usado e se chega ao seu verdadeiro destino”

Waldir Mafra, da Care Brasil





Marcelo Garuti acredita que o auditor pode dar recomendações quanto aos balanços



Para Francisco Bernal, do Isama, a auditoria mostra à sociedade que a entidade não foi criada exclusivamente como fachada para manipular recursos públicos



Segundo Márcia Hirota, a Fundação SOS Mata Atlântica trabalha com parcela ínfima do poder público

registrados na Comissão de Valores Mobiliários quando a receita bruta auferida em qualquer um dos três exercícios referidos no artigo anterior for superior a R\$ 2,4 milhões.

Garuti lembra que as orientações surgidas durante o trabalho de auditoria – não tendo prazo estabelecido – são muito importantes para que a entidade passe a ser mais eficiente. Se a entidade está sujeita a ser auditada, recomenda-se que a contratação ocorra no início do ano-calendário envolvido nas operações.

### Tendência se espalha e facilita acesso a recursos

Ferramenta de transparência da gestão, a auditoria vem sendo cada vez mais aplicada nas entidades do Terceiro Setor. Não há números sobre a quantidade de organizações que a utilizam, mas o fato é que cresce a cada dia. Rigidez nas exigências e correção de possíveis distorções são procedimentos obrigatórios. A auditoria funciona mais ou menos com um selo de garantia, como o do Inmetro ou ISO.

Com as organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), por exemplo, a lei nº 9.790/99, que as rege, afirma que “a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Oscips será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal”. Entre as obrigações a serem respeitadas, uma no âmbito das parcerias chama a atenção: para se ter acesso a verbas, é preciso a contratação de auditoria independente quando há a celebração de Termo de Parceria, com algum órgão público, que ultrapasse R\$ 600 mil.

Para o médico e sociólogo Francisco Bernal, presidente do Instituto de Saúde e Meio Ambiente (Isama), a auditoria mostra à sociedade que a entidade fiscalizada não foi criada exclusivamente como fachada para manipular recursos públicos. O Isama é uma Oscip sediada em Santos, no litoral paulista, que presta serviços a municípios

nas áreas de saúde, meio ambiente e desenvolvimento humano e socioeconômico.

“A tendência é que o uso do dinheiro público seja fiscalizado ainda mais de perto, o que é muito positivo. No Brasil, as organizações do Terceiro Setor chegam aonde os braços dos governos não alcançam”, reflete Bernal.

Waldir Mafra, diretor-financeiro e administrativo da Care Brasil, Oscip internacional que está no Brasil desde 2001, e cujo objetivo é combater a pobreza, salienta que a entidade passa pelo crivo de uma auditoria independente do Brasil e por um profissional norte-americano, mandado pela sede da entidade, em Atlanta.

“Quando se trabalha com dinheiro público ou privado, o mínimo de quem o recebe é prestar contas. Hoje, os doadores estão cada vez mais exigentes, querendo saber como seu dinheiro é usado e se chega ao seu verdadeiro destino”, diz Mafra. A entidade possui cinco escritórios no país e tem orçamento previsto para o ano-fiscal (junho de 2006 a junho de 2007) de R\$ 6 milhões.

Se com as Oscips a fiscalização já é rígida, ela é muito mais com as fundações, que devem prestar contas a um conselho voluntário, ao Ministério da Justiça e ao Ministério Público. Essas entidades devem obrigatoriamente ter suas contas auditadas, e até suas atas de reunião devem ser registradas em cartório.

A Fundação SOS Mata Atlântica, por exemplo, que tem orçamento de R\$ 12 milhões previstos para 2007, envia seus balanços, auditados, para cerca de 200 mil pessoas, entre parceiros, doadores (pessoa física e jurídica), Ministério da Justiça e Ministério Público, além de disponibilizá-los no site da entidade. “Do orçamento global, uma parcela quase insignificante é verba pública e 5% vêm do exterior. O restante advém da iniciativa privada”, afirma Márcia Hirota, diretora de gestão do conhecimento da entidade.

### Mesmo sem auditoria, Oscip expõe contas

Existem instituições que recebem tratamento legal diferenciado que lhes permite, até certos valores limitados, receber doações para a realização de projetos, não estando obrigadas à realização de auditorias. Isso não significa que não há interesse em prestar contas por parte das donatárias e dos doadores. Na verdade, isso acaba fazendo parte do contexto de uma boa parte das Oscips, uma vez que o caminho para se chegar a grandes projetos é lento e passa pelo grau de confiança que as mesmas adquirem ao logo do tempo.

É o caso da Caá-Oby (Folha Verde em tupi-guarani), Oscip fundada em 2003 e que atua na Baixada Santista por meio de programas que visam a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente.

“Por sermos Oscip, quando recebemos verbas relacionadas a doações, não precisamos necessariamente passar por auditoria, pois temos liberdade para trabalhar. Entretanto, fazemos questão de expor nossas contas, participando os patrocinadores, já que este é um dos caminhos da credibilidade. Sempre entregamos nossos posicionamentos aos parceiros para fins de transparência e afinidade”, explica o advogado Fábio Dib Ribeiro, presidente da Caá-Oby.

### Links

- www.caaoby.org.br
- www.care.org.br
- www.cfc.org.br
- www.ibracon.com.br
- www.isama.org.br
- www.mds.gov.br
- www.mj.gov.br
- www.planalto.gov.br
- www.rmauditoria.com.br
- www.sosmataatlantica.org.br
- www.tcu.gov.br

# Aspectos legais da contabilidade do Terceiro Setor

Diretores de entidades que não se envolvem com os assuntos contábeis, deixando-os totalmente a cargo do contador, podem enfrentar problemas fiscalizatórios

Marcos Biasioli  
marcos@mbiasioli.com.br



O maior problema são os vícios contábeis, cometidos não pela ausência de tecnicidade, mas, em grande parte, pela falha de comunicação entre os agentes sociais que militam em prol da instituição e o setor contábil

A contabilidade surgiu na antiga Babilônia, por advento do reinado do imperador Nabucodonosor, que após reconstruir e cercar com muralhas e portas de bronze, passou a incentivar o desenvolvimento do comércio, o que levou sua cidade a ser considerada a mais rica da Ásia. E, para controlar e registrar sua riqueza, Nabucodonosor idealizou táboas pequenas de barro. Essa prática foi copiada e aprimorada pelos reis e comerciantes da época, tendo um grande impulso nos séculos 15 e 16, quando o mundo passou por consistentes modificações científicas, entre outras, dando azo à atual ciência contábil que tem a função primitiva de manter um controle permanente do patrimônio da empresa.

Protraindo a função da contabilidade desde seu surgimento, 520 a.C., identificamos, então, que ela visa a preservação do patrimônio e, assim sendo, deveria ser eleita pela direção das empresas e entidades sociais e religiosas como o cérebro da instituição, e não como uma autora meramente coadjuvante.

O saudoso jornalista e colunista social Ibrahim Sued dizia nos seus comentários esportivos: “o pênalti é tão importante que o presidente do clube é quem deveria cobrá-lo”. A contabilidade é o pênalti da entidade social e cabe ao dirigente convertê-lo.

Neste diapasão, destacamos que muitas entidades reconhecidas como beneficentes de assistência social e educação – em face de possuírem a prerrogativa de não recolherem aos cofres públicos tributos relacionados com seu patrimônio, renda e atividade, ante ao fato de estarem albergadas pelo benefício tributário da imunidade<sup>1</sup> – acabam, em regra,

se refestelando em tal condição e, por consequência, não se envolvem com os assuntos contábeis, sob manto que cabe a tão somente ao contador tal árdua tarefa. A inércia pode resultar em amargas seqüelas, não por falta de tecnicidade do profissional, mas por ausência de envolvimento, comprometimento e comunicação, que poderiam ser evitadas caso houvesse uma maior interação da direção.

Diante de tal cenário, sentimo-nos desafiados a desenvolver o tema para uma conjunta e proativa reflexão.

## Seqüelas contábeis

É notório que muitas entidades beneficentes estão deixando de ser reconhecidas como tal, ou seja, estão perdendo o Ceas (mais conhecido como certificado de filantropia), seja por não terem comprovado que realizam ações gratuitas na proporção mínima exigida por lei; ou por atenderem com recursos derivados da renúncia fiscal pessoas que não estão sob vulneração de risco social, em outras palavras, pessoas não-carentes; ou, ainda, por distribuírem resultados a associados; e outras tantas anomalias.

Em verdade, o que leva a instituição a sofrer repúdio de entes fiscalizatórios nem sempre é a prática de atos disformes da lei. O maior problema são os vícios contábeis, cometidos, na maioria das vezes, não pela ausência de tecnicidade, como já enfatizamos, mas, em grande parte, pela falha de comunicação entre os agentes sociais que militam em prol da instituição e o setor contábil.

É cediço que cabe à contabilidade, entre outras funções, promover a classificação



contábil das receitas e despesas. Porém, nem sempre a contabilidade poderá identificar com amplitude a verdadeira origem da receita/despesa, o que leva a uma classificação viçada, que pode impactar de forma negativa nos resultados obtidos.

Eis, então, a premência do envolvimento da direção na interface dos agentes com o setor contábil.

## Contabilidade de custos

Nos tempos atuais, é impossível administrar sem a instalação de uma contabilidade de custo, em especial em uma instituição que não possui finalidade econômica e que possui áridas fontes de rendas, além do fato de que muitas sobrevivem de recursos públicos, cuja prestação de contas é determinante para a continuidade do programa.

### Grupo das despesas

Assim, recomendamos que as entidades sociais e religiosas adotem a política de custos, segregando as despesas por meio de centro de custos. Cada programa deve ter um centro de custos e, ali, devem ser lançadas as despesas oriundas daquele programa. É importante não haver contaminações com despesas de diversa natureza que não estejam relacionadas com os programas, tais como serviços de contabilidade, auditoria, jurídico, reformas, despesas financeiras etc.

Os programas desenvolvidos com recursos públicos devem possuir um centro de custos segregado dos demais. Eventuais despesas tidas como “comuns” também devem ser rateadas na proporção de cada programa, evitando-se, por exemplo, que a contabilização de alimentos que são direcionados aos assistidos do programa e aos funcionários seja lançada na nota fiscal dos fornecedores, no caso de centro de custos de programas realizados com recursos públicos. É obrigatória a separação, pois, do contrário, recursos do convênio estarão sendo utilizados para fins distintos daquele contratado, o que caracteriza violação a lei.


As despesas derivadas de compra de equipamentos, reformas, consertos de veículos, sistema de refrigeração da instituição e investimentos em parque tecnológico não são despesas, mas, sim, custos de investimento. Assim, não podem, salvo melhor juízo, serem classificados no centro de custo dos programas, uma vez que eles possuem apenas o objetivo de avaliar o custo per capita do assistido e não da instituição, que possui outras ferramentas para tal.

Para as entidades imunes e compreendidas a comprovar gratuidade aos órgãos públicos, defendemos que os custos acima enaltecidos sejam levados à conta de patrimônio, cuja depreciação defendemos que recaia no cômputo de tal gratuidade. Enfim, a adoção de tais centros de custos facilitará a contabilidade na correta classificação, corroborando com a manutenção dos benefícios fiscais.

### Grupo das receitas

Nem tudo o que a entidade recebe deve ser recepcionado no grupo de receitas, e um erro classificatório pode levar a aumentar a base tributária e, por consequência, aumentar a incidência fiscal. Ainda que a instituição tenha imunidade, há tributos que são cobrados pelo Fisco Federal, não obstante à indignação e ao atual combate judicial, como é o caso da Cofins sobre as receitas decorrentes de atividades contraprestacionais – como as mensalidades escolares –, em face da previsão contida na IN/SRF nº 247/02.

Outro fato contábil que também merece destaque é o caso dos convênios firmados entre entidades sociais, portadoras ou não do certificado de filantropia (Ceas), cuja dotação recebida não deve ser tratada como receita e, sim, alocada em conta patrimonial, por recomendação da recente resolução do CNAS, nº 49/07, que alterou a redação primitiva da resolução nº 188/06, com fundamento na NBC T 3, item 3.1.6, do Conselho Federal de Contabilidade. Neste caso, apenas a sobra da dotação após o projeto realizado é que deve ser, ao final, recepcionada como receita para todos os fins meramente fiscais.

Concluimos, então, que cabe ao grupo diretivo da instituição priorizar, com paridade de tratamento, o contido envolvimento com questões contábeis. A contabilidade constrói segurança jurídica e patrimonial, porém, se desdenhada pela direção da instituição, será o alçoz da destruição da obra do bem. 

<sup>1</sup> DERIVADA DA LIMITAÇÃO DO PODER DE TRIBUTAR IMPUTADA PELO LEGISLADOR CONSTITUCIONAL AO FISCO.

**Marcos Biasioli.** Advogado em São Paulo, mestrado em Direito – PUC/SP, pós-graduado em Direito Empresarial – The European University, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie, professor do curso de pós-graduação de gestão do Terceiro Setor na Universidade Federal do Espírito Santo, membro do conselho científico da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP e do conselho editorial da Revista Filantropia.

S  
U  
T  
I  
D  
O  
S  
A



SAÚDE



EDUCAÇÃO



RELIGIOSOS



ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Auditus Consultores e Auditores Independentes é uma empresa com larga experiência no atendimento às Entidades do Terceiro Setor, em especial Filantrópicas (CEAS), de todo o Brasil

Uma empresa do grupo:



**AUDISA**  
AUDITORIA PARA O TERCEIRO SETOR

(11) 3661-9933

WWW.AUDITUS.COM.BR

# Rápidas legais e contábeis

## Tempo de serviço

Decisão da 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu o pagamento de indenização referente a tempo de serviço prestado no exterior por um ex-empregado da indústria tabagista. O Tribunal Regional da 1ª Região (Rio de Janeiro) havia decidido ser cabível computar o tempo de serviço prestado pelo reclamante na Venezuela, pelo fato de que o contrato com a empresa, embora tenha sido firmado em outro país, teve sua extinção no Brasil. O empregador, porém, entrou com recurso junto ao TST, questionando esse e outros itens da indenização.

**i** [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br)



## Pagamento de Fies com serviço social

A Câmara analisa o projeto de lei nº 7701/06, do Senado Federal, que autoriza a prestação de serviço social como forma de amortização de empréstimos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), do Ministério da Educação. A proposta destina 30% dos recursos do Fies para empréstimos que poderão ser pagos – em até 50% de seu valor – com prestação de serviço. Antes de ser votado no Plenário, o projeto passará pelas comissões de Educação e Cultura; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

**i** [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

## Alteração na Previdência

O Ministério da Previdência baixou a portaria nº 98/07, que altera a portaria nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a compensação previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social. A decisão foi tomada em função da necessidade de implementar o encontro de contas entre as compensações previdenciárias e os débitos pelo não recolhimento de contribuições sociais.

**i** [www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br)

## Criança e Adolescente

Aguarda apreciação, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o requerimento RDH 05/07, do senador Flávio Arns (PT-PR), que solicita a criação da Subcomissão Permanente da Criança, Adolescente e Juventude, no âmbito da CDH, com sete titulares e sete suplentes, para tratar da proteção à infância e à juventude, da fiscalização, do acompanhamento, da avaliação e do controle das políticas governamentais relativas a este assunto.

**i** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)



## Estatuto do Idoso

O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) baixou cinco resoluções no dia 9 de fevereiro. Resolução nº 1: Aborda a composição de grupo de trabalho para regulamentação dos artigos do Estatuto do Idoso relativos às instituições de longa permanência (Ilpi), casas-lares e demais modalidades que integram a rede socioassistencial. Resolução nº 2: Solicita à Casa Civil, aos ministérios da Previdência Social, da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a realização de estudos para a verificação de viabilidade de reativação do Conselho Nacional de Seguridade Social. Resolução nº 3: Delibera que o Ministério da Saúde, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome definam um plano de trabalho conjunto. Resolução nº 4: Trata da realização de estudos para implementação de Programa Nacional de Preparação para Aposentadoria. Resolução nº 5: Integra ministérios para incentivar a inclusão do trabalhador informal no sistema previdenciário, com o fim de regular maiores direitos aos idosos, população que a cada ano cresce, sem as condições necessárias para uma vida digna.

**i** [www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)

## PE: termo de parceria com Oscips 1

A prefeitura de Recife (PE) baixou o decreto nº 22.661/07, no dia 22 de fevereiro, regulamentando a lei nº 17.140/05, que institui o termo de parceria com organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips). Agora, as entidades sem fins lucrativos interessadas em fazer parte do cadastro municipal de Oscips, para futuras parcerias, devem se habilitar por meio do preenchimento de alguns documentos.

## PE: termo de parceria com Oscips 2

Fazem parte da papelada obrigatória um requerimento (anexo do decreto) e as cópias autenticadas dos seguintes documentos: estatuto registrado em cartório; ata de eleição de sua atual diretoria; balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício; declaração de isenção do imposto de renda; e inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Depois desse trâmite, a entidade ainda passará por uma verificação para se saber sua finalidade, qualificação, estatuto, ata de eleição, balanço patrimonial, declaração de isenção do IR e CNPJ.

**i** [www.recife.pe.gov.br](http://www.recife.pe.gov.br)

## Códigos fora de uso

A Receita Federal baixou o Ato Declaratório Corat, com o objetivo de tornar fora de uso códigos de receitas que deixaram de ser arrecadadas por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) e passaram a ser arrecadadas por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU). Estão fora de uso os códigos de Receita: 7202 – Cauções e Garantias Diversas; 7405 – Depósitos Abandonados; e 7501 – Depósitos para Quem de Direito.

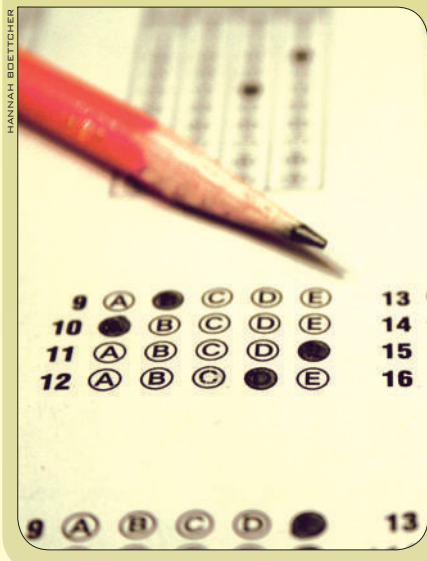
**i** [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)



## Enem 2007

O MEC, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), baixou a portaria nº 8, de 6 de fevereiro de 2007, estabelecendo a sistemática para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no exercício de 2007, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da educação básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.

**i** [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)



## ONGs: isenção tributária

Para gozar de isenção tributária, uma ONG precisa dos seguintes requisitos: não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados; aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais; manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão; conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, como também a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; apresentar anualmente a Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.

**i** [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

## Devedor pode continuar a emitir notas fiscais

A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, em decisão unânime, que se trata de coação ilegal não permitir que a empresa emita seu talão de notas fiscais para obrigar que ela pague seus débitos com a Fazenda Pública. No caso analisado pelo STJ, a Fazenda do Rio Grande do Sul havia proibido que uma empresa emitisse notas fiscais por ela ser devedora do Fisco. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ/RS) negou, por maioria, mandado de segurança contra empresa, afirmando que a autorização de impressão de documentos fiscais é meio válido de fiscalização.

**i** [www.stj.gov.br](http://www.stj.gov.br)

## Deficientes auditivos

O plano de metas para a universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) em instituições de assistência às pessoas com deficiência auditiva foi aprovado pelo decreto nº 6.039, de 7 de fevereiro de 2007. O objetivo do plano é garantir o fornecimento de acessos individuais ao STFC, o pagamento mensal da assinatura básica e o fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos de interface que permitam a comunicação entre pessoas com deficiência auditiva, nas dependências de instituições de assistência a essas pessoas, independentemente da sua localização geográfica. Os recursos complementares destinados a cobrir a parcela do custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das metas deste plano são oriundos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

**i** [www.anatel.gov.br](http://www.anatel.gov.br)



## Guia para doações

Já está disponível em versão impressa e on-line o *Guia Serasa de Orientação ao Cidadão – Saiba como fazer doações para projetos sociais*, publicação distribuída gratuitamente no Serviço Serasa Gratuito de Orientação ao Cidadão. O manual dá dicas sobre como fazer doações para projetos sociais destinados à proteção de crianças e adolescentes e deduzir do Imposto de Renda. Segundo a Receita Federal, apenas 0,09% do que hoje é deduzido nas declarações tem esse destino.

**i** (11) 3373-7272  
[www.serasa.com.br/guadoacoes](http://www.serasa.com.br/guadoacoes)



## Incentivos fiscais

Foi aprovada a consolidação do Regulamento dos Incentivos Fiscais Administrados pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), conforme a resolução nº 26-A/06. A competência para reconhecer o direito da redução do Imposto de Renda será da unidade da Secretaria da Receita Federal que estiver jurisdicionada à pessoa jurídica, devendo o pedido estar instruído com o Laudo Constitutivo expedido pela Adene. Para efeito desta resolução, considera-se área de atuação da extinta Sudene, abrangendo os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, bem como os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

## FGTS terá rendimento menor

O Conselho Monetário Nacional mudou o cálculo da Taxa Referencial, o que provocará queda no rendimento das cadernetas de poupança e das contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Sempre que a taxa básica de juros (a Selic) ficar abaixo de 12% ao ano, o redutor aplicado sobre a TR será maior.

**i** [www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br)

**Produção:** Luciano Guimarães (jornalista).

**Fonte:** Marcos Biasoli e Tatiana Magosso Evangelista – Escritório M.Biasoli Advogados Associados.

# Calendário Contábil 2007

## Calendário contábil 2007

MAIO

DIA	OBRIGAÇÃO	FATO GERADOR
4	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) - 1ª via	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em abril/07
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de abril/07
7	DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em março/07
10	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência abril/07, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	Previdência Social - INSS	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência abril/07 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa e também contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em abril/07
15	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30/4/07
18	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em abril/07
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em abril/07
31	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/5/07
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em março/07
	PJ Simplificadas	Entrega da DIPJ, relativa ao ano-calendário 2006, pelas pessoas jurídicas optantes pelo Simples
	Contribuição Sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em abril/07. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	IRPF - 2ª quota	Pagamento da 2ª quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste relativa ao ano-calendário de 2006, acrescida de juro de 1%

JUNHO

DIA	OBRIGAÇÃO	FATO GERADOR
6	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência maio/07, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em maio/07
	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged) - 1ª via	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em maio/07
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de maio/07
	DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela Internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em abril/07
11	Previdência Social - INSS	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência maio/07 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa e também contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
15	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30/5/07
	Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência maio/07, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
20	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em maio/07
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em maio/07
29	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/5/07
	DES	Entrega da "Declaração Eletrônica de Serviços (Município de São Paulo)", correspondente aos fatos geradores ocorridos em Abril/2007.
	Contribuição Sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em maio/07. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	DIPJ	Entrega da DIPJ, relativa ao ano-calendário 2006, pelas pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda com base no lucro real, presumido ou arbitrado e também as imunes e isentas.
	IRPF - 3ª quota	Pagamento da 3ª quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste relativa ao ano-calendário de 2006, acrescida de juro de 1%

### TABELAS PRÁTICAS

#### CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (INSS)

1 - Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso			
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF
de	até		
-	R\$ 840,55	7,65%	8%
R\$ 840,56	R\$ 1.050,01	8,65%	9%
R\$ 1.050,01	R\$ 1.400,91	9%	9%
R\$ 1.400,92	R\$ 2.801,82	11%	11%

2 - Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)				
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
de	até	empregado	empregador	total
-	R\$ 840,55	7,65%	12%	19,65%
R\$ 840,56	R\$ 1.050,01	8,65%	12%	20,65%
R\$ 1.050,01	R\$ 1.400,91	9%	12%	21%
R\$ 1.400,92	R\$ 2.801,82	11%	12%	23%

3 - Segurado: contribuinte individual e facultativo  
A partir da competência abril/03, para os segurados contribuinte (individual e facultativo) o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição

4 - Salário Mínimo		Valor
Período		
abril/02 a março/03		R\$ 200
abril/03 a abril/04		R\$ 240
maio/04 a abril/05		R\$ 260
maio/05 a março/06		R\$ 300
a partir de abril/06		R\$ 350

5 - Salário Família		Valor
Remuneração		
até R\$ 435,56		R\$ 22,34
de R\$ 435,56 até R\$ 654,67		R\$ 15,74

IR - Fonte e Carnê Leão (2006)		
Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir isento
até R\$ 1.313,69		
acima de R\$ 1.313,70 até R\$ 2.625,12	15%	R\$ 197,05
acima de R\$ 2.625,12	27,50%	R\$ 525,19

\* Tabelas sujeitas a alterações.

#### Deduções admitidas:

- Por dependente, o valor de R\$ 132,05 por mês.
- Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.313,69 por mês, a partir do mês que o contribuinte completou 65 anos de idade.
- As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais.
- As contribuições para a Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

#### Cálculo do imposto:

- Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas.
- Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.



# A gestão contábil de sua organização levada a sério

## SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas  
de tradição, inovação,  
informação e agilidade



# Renovando energias para o futuro

Iniciativas em prol do meio ambiente  
buscam aumentar a capacidade  
de sustentabilidade do planeta

---

Por Thaís Mendes



Enchentes, secas, furacões, terremotos, tsunamis. Nos últimos tempos, notícias sobre desastres ambientais como estes, que afetam as vidas de milhares de pessoas, estão ficando mais frequentes. Mudanças no clima, o efeito estufa e o aquecimento global são as principais causas para a desestruturação do planeta.

A conscientização global sobre o problema começa a aparecer com o surgimento de tratados e acordos entre países, que pretendem diminuir a emissão de gases na atmosfera. Porém, foi a ação do próprio homem que deu início a tais mudanças ambientais. De acordo com a teoria do geólogo marinho William Ruddiman, da Universidade de Virgínia, há cerca de 10.000 anos, com o início da agricultura, já houve um aumento nas concentrações de gás carbônico ( $\text{CO}_2$ ). Depois, o desmatamento para cultivo e habitação e o nascimento da máquina a vapor e da indústria também fizeram com que mais gás carbônico fosse lançado. Para o estudioso, sem a atuação humana, a esta altura, o planeta estaria voltando à era glacial.

Porém, os excessos levaram a dados alarmantes: após analisar uma coluna de gelo de 2.000 metros na Antártida, onde ficaram amostras do ar ao longo da história, verificou-se que nunca houve mais gás carbônico na atmosfera que nos últimos 650 mil anos; o nível de  $\text{CO}_2$  hoje é 27% maior que o pico registrado há dezenas de milhares de anos, e a quantidade de metano aumentou 130%. De acordo com dados do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, até o final deste século, a temperatura do planeta deve aumentar 2,6%, e o nível dos oceanos subirá entre 15 cm e 1 m.

“A maior parte da população ainda não tem consciência do que está acontecendo com o planeta e a vida presente na biosfera, afetada pelas mudanças climáticas”, diz Augustin Woelz, responsável pela tecnologia e administração da ONG Sociedade do Sol, que busca diminuir o consumo de energia com a produção de aquecedores solares de baixo custo.

### Solução nos biocombustíveis?

“O Brasil pode criar novas tecnologias que ficarão disponíveis para outros países”, disse o presidente George W. Bush em visita ao Brasil, no início de março deste ano. As novas tecnologias citadas por ele são os biocombustíveis ou, mais especificamente, o etanol. Bush e Lula assinaram um acordo com o objetivo de investir no etanol e diminuir a utilização e dependência do petróleo. De 2005 para 2006 as exportações de etanol do Brasil para os Estados Unidos passaram de US\$ 765 milhões para US\$ 1,6 bilhão, e, junto com a China, África do Sul, Índia e União Européia, foi criado o Fórum Internacional sobre Biocombustíveis.

Para o jornalista André Trigueiro, professor, criador do curso de Jornalismo Ambiental da PUC/RJ e autor do livro *Mundo Sustentável – Abrindo Espaço na Mídia para um Planeta em transformação*, abriu-se uma perspectiva de o Brasil vir a ser um parceiro estratégico dos Estados Unidos no fornecimento de álcool e tecnologia. “Para mim, o grande mérito dessa visita foi discutirmos amplamente as vantagens e os problemas inerentes à expansão dos canaviais em um país onde os bóias-frias ainda são explorados, os impactos ambientais dessa atividade ainda existem e os usineiros acumulam poder sem uma regulação eficiente do Estado, sendo chamados





ANDRÉA MARQUES

Para André Trigueiro, o Brasil tem a oportunidade de ajudar o mundo a usar em escala um combustível mais limpo, mas é preciso realizar esse movimento com atenção e cuidado

## Cidade submersa?

As previsões para o futuro da Baixada Santista não são animadores, segundo pesquisas realizadas pelo Laboratório de Hidráulica da USP, a pedido do Ministério do Meio Ambiente. Pesquisas foram feitas com um modelo físico de 750 m<sup>2</sup>, com base em um cenário de elevação do mar de 1,5 m até o fim do século. O valor aproximado a que chegaram é o máximo de 58 cm de elevação no nível do mar, o que pode acabar com as praias, destruir os mangues e aumentar as ressacas nas áreas urbanas da região.



de “heróis nacionais” pelo presidente da República. Em resumo: temos uma oportunidade interessante de ajudar o mundo a usar em escala um combustível mais limpo, mas precisamos realizar esse movimento com atenção e cuidado”, explica.

O Brasil é o maior produtor do mundo – possui 5,6 milhões de hectares para o cultivo de cana-de-açúcar, que produzem 18 bilhões de litros de etanol ao ano. De acordo com um estudo feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o país tem capacidade para substituir 10% da gasolina do mundo, se multiplicasse sua produção anual de etanol por sete. Até 2010, a meta é aumentar a produção em 8 bilhões de litros, e, a produção de cana de açúcar, que hoje atinge 425 milhões de toneladas, deve chegar a 685 milhões em 2012.

Porém, tanto aumento na produção já gera críticas, porque a plantação de cana-de-açúcar no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ocupa 7,4 milhões de hectares – cresceu 125% no último ano. Ricardo Baitelo, coordenador da campanha de energias renováveis do Greenpeace, defende a produção do álcool, mas com limites. “É preciso haver parâmetros de sustentabilidade, como o uso de terras agriculturáveis para o plantio, o respeito da fronteira agrícola de produção de alimentos, o uso racional da água e o não-uso de agrotóxicos e substâncias poluentes nas lavouras. O uso do etanol fora desses parâmetros pode implicar em uma série de malefícios ao ambiente, como desmatamento de vegetação nativa e o aumento de queimadas para a colheita de cana. Entendemos também que a produção do etanol, ainda que traga uma série de vantagens ambientais, não representa por si só a solução para a redução de emissão de gases de efeito estufa”, explica.

Outro biocombustível que é utilizado é o biodiesel (mistura de óleo de origem vegetal com etanol), criado pelo brasileiro Expedito Parente nos anos 70. A previsão é que, em 2007, o Brasil consuma 840 milhões de litros de biodiesel. Para isso, o país já está à procura de espécies alternativas à soja ou ao girassol para produzir o biocombustível, como o pinhão-manso, rícino, óleo de palma e sebo bovino.

“Os biocombustíveis ou a agroenergia podem reduzir drasticamente as emissões globais de CO<sub>2</sub>, mas a produção de etanol e de oleaginosas para o uso disseminado de álcool e biodiesel não podem justificar novos graves impactos sobre o meio ambiente. Uma coisa não justifica a outra. Temos conhecimento e tecnologia para fazer tudo isso de maneira sustentável, reduzindo ao máximo os impactos. O problema é que nem todo mundo está realmente preocupado com isso”, comenta André Trigueiro.

## Iniciativas responsáveis

Um exemplo da mudança no uso dos combustíveis é a parceria entre a Ericsson, a GSM Association e a Idea Cellular, que aplicam o biodiesel como fonte alternativa de energia em redes sem fio nas áreas rurais da Índia. A primeira fase do projeto testou a utilização de sementes de plantas não-comestíveis (algodão e jatropha), e, na segunda fase, será produzido o biodiesel, que vai gerar energia suficiente para colocar em funcionamento de cinco a dez estações rádio-base na região de Maharashtra. “Esta parceria tem como principal objetivo reduzir os custos da rede e aumentar a confiabilidade pelo uso de uma fonte combustível mais segura e limpa, assim como tornar a comunicação móvel mais acessível para o usuário final. Além disso, a idéia ajuda as operadoras a solucionarem um problema de longo prazo, que é o fornecimento de energia esgotável (como o petróleo), especialmente para áreas remotas ou com dificuldade de comunicação com redes elétricas”, explica Bert Nordberg, vice-presidente mundial de Vendas e Marketing da Ericsson.

De acordo com a empresa, os benefícios dessa fonte alternativa de energia se dividem em três características:

1. Socioeconômico (microcomunidade)
  - Estimula diretamente a economia local, abrindo novos postos de trabalho;
  - Benefícios / bem-estar indiretos criados pelo efeito que o acesso à comunicação traz para uma comunidade;
  - Extensão da cobertura e da base de assinantes para áreas previamente fora da rede de força.





2. Econômico (custo total de posse reduzido)
  - O biodiesel é um combustível de queima mais limpo, que resulta em: extensão do tempo de vida dos geradores, devido à alta lubrificação do biodiesel; aumento do apoio, uma vez que requer menos visitas de manutenção; logística reduzida pela metade, uma vez que o combustível é produzido próximo à estação base; diminuição da dependência nos preços dos combustíveis fósseis.
3. Ambiental
  - Biocombustíveis são biodegradáveis e não-tóxicos e têm emissões significativamente menores do que os combustíveis à base de petróleo. Por exemplo, emissões de CO<sub>2</sub> são reduzidas em 78% com os combustíveis mais limpos.

Outra iniciativa é o Programa 3S, da Sadia, que tem como objetivo desenvolver projetos com a geração de crédito de carbono por meio dos biodigestores implantados nas granjas. “A principal vantagem é que o uso do biodigestor ajuda a reduzir consideravelmente a emissão do gás metano, que é gerado pelos dejetos dos suínos. Com os biodigestores, os gases poluentes são transformados em gás carbônico, que é 21 vezes mais limpo que o metano. Além disso, possibilita a comercialização do crédito de carbono, e o uso do sistema biodigestor pode incrementar a renda do produtor, oferecendo subprodutos como estoque de biofertilizantes para uso agrícola, biogás para utilização como energia elétrica ou gás de cozinha”, explica Meire Ferreira, diretora executiva do Instituto Sadia.

A suinocultura é considerada pelos órgãos ambientais como de grande potencial poluidor, já que a carga orgânica poluidora dos dejetos suínos é 25 vezes maior que a do esgoto humano. Por isso, o objetivo do Programa 3S é aumentar a sustentabilidade das granjas. “O projeto piloto da Sadia, que foi o motivador do Programa 3S, foi aprovado pelo *Executive Board* da Organização das Nações Unidas que trabalha em benefício das mudanças climáticas do mundo, e teve reconhecimento no Brasil

com o Prêmio Brasil Ambiental, na categoria Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da Câmara Americana de Comércio em 2004”, complementa Meire.

### Mercado e seqüestro do carbono

As emissões do carbono (CO<sub>2</sub>) correspondem a 55% do total de emissões mundiais dos gases do efeito estufa – é o gás que mais contribui para o aquecimento global. Uma vez lançado na atmosfera, permanece lá por 100 anos.

Com o intuito de diminuir essas emissões, países desenvolvidos e indústrias criaram o mercado e o seqüestro do carbono. Dessa maneira, as empresas investem no seqüestro do carbono, que é capturado e mantido pela vegetação em níveis seguros, no solo, dando lugar à comercialização de créditos de carbono. Este conceito foi melhor desenvolvido na Conferência de Kyoto, em 1997.

Foram criados três mecanismos de flexibilização em relação ao mercado do carbono:

- **Comércio de emissões:** Dois países do Anexo 1 (desenvolvidos), sujeitos a metas de redução nas emissões, fazem um acordo – um país pode vender o excesso de suas reduções para outro país que não tenha alcançado sua meta;
- **Implementação conjunta:** Também entre os países do Anexo 1, quando um país implementa projetos para reduzir emissões em outro país, onde os custos sejam mais baixos;
- **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL):** Países do Anexo 1 podem realizar projetos que ajudem a redução das emissões dos países em desenvolvimento. Isso geraria créditos de redução para os países do Anexo 1.

Em São Paulo, uma iniciativa diferenciada deu origem à primeira empresa carbono zero da América Latina. É a agência de publicidade Nova S/B, que conseguiu neutralizar todo o carbono que emite ao plantar árvores para compensação. A empresa calculou a quantidade de gases do efeito estufa que emitia por funcionário e, para compensar, plantou 385 árvores.



A utilização de energia solar é uma alternativa econômica de energia. Além do baixo custo, é uma fonte abundante e permanente, renovável, não poluente nem prejudicial ao ecossistema.

### “Balada” sustentável

Até na hora da diversão é possível ser consciente. Na Holanda, o público de uma casa noturna sustentável gera energia enquanto dança. Enquanto as pessoas pulam na pista, um sistema capta esta energia mecânica e a transforma em eletricidade, utilizada no próprio estabelecimento. Se a pista estiver vazia, funcionam os painéis solares colocados no teto.

Os banheiros também são ecologicamente corretos: a água que os abastece vem da chuva e da condensação do vapor liberado pelo suor das pessoas; as paredes reagem com o calor e mudam de cor. Turbinas de vento são responsáveis pela refrigeração do local.



A maior parte da população não tem consciência do que está acontecendo com o planeta



Sistema de membranas de osmose reversa, utilizado para dessalinizar a água

“O Brasil deve priorizar, no combate ao aquecimento global, formas mais eficientes de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, promovendo o uso de energia limpa, de economia de energia por meio de aparelhos eficientes e de práticas racionais no uso de transportes. Enquanto grande emissor mundial de dióxido de carbono por conta do desmatamento da Amazônia, o país deve priorizar a promoção do reflorestamento e da certificação da madeira e biocombustíveis, além de monitorar todas as ações e práticas sustentáveis sugeridas”, explica Ricardo Baitelo.

### Alternativas

Para André Trigueiro, “o Brasil ainda não resolveu problemas básicos, como a destinação correta do lixo e do esgoto, a exploração sustentável dos recursos naturais da Amazônia, a implantação de mecanismos de controle mais rígidos em relação ao uso da água nas irrigações, mais investimentos em energia renovável, entre outras questões que permanecem pendentes”. Porém, algumas iniciativas já procuram mudar este quadro.

O desperdício de energia elétrica e água também é um fator a ser considerado na questão do meio ambiente. A energia elétrica, que não pode ser armazenada, precisa ser produzida no momento em que será utilizada. De acordo com o Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica (Procel), o crescimento do consumo é constante – entre 3 e 5% ao ano.

A ONG Sociedade do Sol, por exemplo, foi fundada em 2001 com o objetivo de criar um aquecedor solar que pudesse ser instalado em qualquer lar nacional. “Estive em um congresso de energia solar fotovoltaica em Lisboa, Portugal, em 1991, e ficou claro que o mundo considerava que o Brasil tinha a “obrigação” de tomar uma atitude em relação à energia, graças à incrível estrutura disponibilizada pela natureza do país”, conta Augustin Woelz. “Assim, na ECO 92, no Rio

de Janeiro, surgiu a idéia de um aquecedor solar de baixo custo”.

Conhecido como ASBC, o aquecedor traz muitas vantagens. “Primeiro, reduz muito os custos de energia elétrica no lar; aumenta a auto-estima e orgulho da família que conseguiu montar o seu aquecedor, passando a ser um gerador de energia; universaliza o uso do aquecedor solar no Brasil, o que geraria uma redução da demanda nacional de energia em aproximadamente 9%; reduz o pico noturno de consumo de energia; reduz o impacto social do ‘gato’, presente na periferia das grandes cidades”, explica Augustin. Além disso, ajuda a redução da emissão de CO<sub>2</sub> – 3,5 aquecedores solares correspondem à economia da emissão de carbono de um veículo particular.

O fato de a água ser a maior produtora de energia e também uma fonte esgotável nem sempre é lembrado pela população que desperdiça tal bem. Mas o Centro Internacional de Referência em Reuso de Água (Cirra), que trabalha para a conservação e reuso da água, busca conscientizar e diminuir o consumo, especialmente das indústrias. “Elas nos procuram para resolver problemas relativos à água, seja para reduzir seu consumo ou para adequar seu efluente para lançar nos corpos receptores de acordo com as leis de descarte”, explica Maurício Costa Cabral da Silva, engenheiro civil responsável pelos estudos e projetos no Cirra.

“O primeiro passo é analisar o processo produtivo da empresa com o objetivo de identificar usos inadequados da água. Verificamos as possibilidades de reduzir o consumo apenas com medidas de otimização do uso da água, pois muitas empresas são antigas e seus hábitos de consumo nos processos não foram atualizados com o tempo. Assim, há pouca preocupação com o desperdício, e, muitas vezes, existem equipamentos mais modernos que fariam a mesma função, com menor consumo de água”, conta Maurício.

### Crédito de Carbono

O mercado de carbono, em constante crescimento, insere-se no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, previsto no Protocolo de Kyoto. Este instrumento estabelece que os países desenvolvidos que não conseguem ou não desejarem cumprir suas metas de redução de emissão de gases podem comprar dos demais países títulos de crédito de carbono.

Por exemplo, se um país A comprovadamente consegue reduzir a emissão de gases do efeito estufa, gera o conhecido crédito de carbono – isso acontece quando consegue se provar cientificamente que menos toneladas de gás foram lançadas na atmosfera. Assim, se o país B não vai conseguir cumprir sua meta, pode comprar esse crédito do país A, ou seja, é como uma “cota” de poluição.

Para o Brasil, o mercado de carbono é positivo, pois o país não polui muito e tem a chance de negociar créditos com países desenvolvidos.



O Brasil tem capacidade para substituir 10% da gasolina do mundo. Porém, o uso descontrolado do etanol pode implicar em uma série de malefícios ao ambiente



Iniciativas como esta são de extrema importância para o futuro do planeta. Mesmo assim, a falta da água já é um problema muito grave. “Em muitos países da África a disponibilidade por habitante é de 500 m<sup>3</sup>/ano, bem abaixo do valor recomendado pela ONU, que é de 2.000 m<sup>3</sup>/ano. Isso sem considerar que muitas pessoas têm dificuldades de acesso à água e precisam caminhar muito para conseguí-la”, complementa o engenheiro.

A situação tende a se agravar. A previsão é que daqui a 25 anos dois terços da população mundial esteja sem água potável. Ainda assim, Maurício acredita que, com a tecnologia certa e ações de reformulação na maneira de usar a água, há como impedir o avanço da crise. “Se, por exemplo, nas áreas rurais fosse utilizada água de reuso para irrigação, e nas indústrias também, já seria um progresso, pois são locais que concentram muita água. Além disso, há os sistemas de membranas de osmose reversa, que são capazes de dessalinizar a água”.

### Medidas para amenizar o problema

A preocupação com o meio ambiente está na moda atualmente, mas o assunto veio ao conhecimento público a partir da ECO 92, no Rio de Janeiro. Estratégias estabelecidas

neste evento para a redução dos gases do efeito estufa foram modificadas e viabilizadas em 1997, no Protocolo de Kyoto, considerado a primeira tentativa internacional para mudar o quadro do aquecimento global.

O Protocolo foi o resultado da 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que reuniu 166 países para discutir o tema. Os países que assinaram o documento se comprometeram a reduzir a emissão de gases poluentes em 5,2% até 2012 em relação aos níveis de 1990, e devem colocar em prática esses planos entre 2008 e 2012. Os países do Anexo 1, desenvolvidos, são obrigados a reduzir suas emissões, enquanto os países em desenvolvimento, como a China e o Brasil, podem participar, mas não têm obrigações.

A intenção é que essa redução aconteça em várias atividades econômicas, com cooperação entre os países e outras ações, como a reforma dos setores de energia e transportes, uso de energias renováveis, limitação de emissões de metano e proteção de florestas. Estima-se que, se houver sucesso, até 2100 a temperatura global reduzirá entre 1,4 °C e 5,8 °C. Até hoje, os Estados Unidos se recusam a assinar o documento, alegando que isso prejudicaria a economia do país.

### Responsabilidade de cada um

Consciência: “sistema de valores morais que funciona, mais ou menos integradamente, na aprovação ou desaprovação das condutas; conjunto de idéias, atitudes, crenças de um grupo de indivíduos, relativamente ao que têm em comum ou ao mundo que os cerca”. Esta é a definição do dicionário para essa palavra. A questão é: será que a população tem consciência do tamanho do problema ambiental do planeta?

Para Ricardo Baitelo, sim. “Os problemas são cada vez mais visíveis em diferentes regiões do Brasil, em casos de estiagens e secas em zonas agrícolas, inundações em grandes metrópoles, ocorrência de furacões e aumento do nível do mar em zonas costeiras. No entanto, a maneira com que a sociedade pode evitar tais efeitos climáticos ainda carece de disseminação de instrução”, explica.

“Informação ambiental é assunto de todos”, complementa André Trigueiro. “Não há melhor maneira de levar a informação, ela deve circular por todos os poros da sociedade fomentando uma nova atitude em relação à vida e ao modelo de desenvolvimento que seja justo e sustentável. Mas é inegável que os avanços acontecem mais rapidamente onde a educação é eficiente. Não há nada mais poderoso do que um professor bem informado e estimulado em uma escola ou universidade onde os alunos são instigados a construir um novo mundo”.

Diferença das emissões de gases CFC de 1990 a 2004

País	Diferença entre as emissões de CFC (1990-2004)	Objetivo da União Européia para 2012	Obrigaçao do Tratado 2008-2012
Alemanha	- 17%	- 21%	- 8%
Canadá	+ 27%	Não assinado	- 6%
Espanha	+ 49%	+ 15%	- 8%
Estados Unidos	+ 16%	Não assinado	Não assinado
França	- 0,8%	0%	- 8%
Grécia	+ 27%	+ 25%	- 8%
Irlanda	+ 23%	+ 13%	- 8%
Japão	+ 6,5%	Não assinado	- 6%
Reino Unido	- 14%	- 12,5%	- 8%
Portugal	+ 41%	+ 27%	- 8%
Outros 15 países da UE	- 0,8%	Não assinado	- 8%

Fonte: Wikipédia

### Links

- [www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br)
- [www.sadia.com.br/br/instituto](http://www.sadia.com.br/br/instituto)
- [www.sociedadedosol.org.br](http://www.sociedadedosol.org.br)
- [www.usp.br/cirra](http://www.usp.br/cirra)



# Sustentabilidade faz parte do negócio

A sobrevivência dos empreendimentos, da sociedade e do planeta depende de um equilíbrio entre os pilares social, ambiental e econômico

Fernando Credidio  
fcredidio@gmail.com



A consciência em torno da importância da responsabilidade socioambiental vem crescendo no mundo todo, particularmente no Brasil. Nunca se falou tanto em desenvolvimento sustentável/sustentabilidade, aquecimento global e outros temas fundamentais para a perenidade do planeta e das futuras gerações.

O grande desafio do desenvolvimento sustentável está em permitir a expansão econômica sem descuidar, no entanto, da conservação do meio ambiente e das questões sociais. Portanto, o conceito de sustentabilidade inclui a utilização de recursos com caráter de perpetuação, abrangendo o econômico, o social e o ecológico, tripé que os ingleses denominam *The Triple Bottom Line*, expressão utilizada para refletir todo um conjunto de valores, objetivos e processos que uma empresa deve focar, com o objetivo de criar valor econômico, social e ambiental, e, por meio desse conjunto, minimizar qualquer dano resultante de sua atuação.

Assim como boa parte da literatura de sustentabilidade, este é um termo ainda em construção, não só no Brasil como no mundo. Por ser uma expressão idiomática, não existe ainda tradução adequada para *The Triple Bottom Line*. Na maioria das vezes, o conceito ainda é utilizado em inglês ou abordado como “tripolaridade”, segundo Fernando Almeida, autor do livro *O Bom Negócio da Sustentabilidade*.

Há cerca de 20 anos, nascia no mundo o conceito de sustentabilidade. E, há dez, ele ganhou uma base concreta no Brasil, com a criação do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), que representa grupos empresariais expressivos


no país e lideram um processo de mudança do atual modelo econômico e da maneira de fazer negócios.

## Definições

Conceitualmente, sustentabilidade pode ser entendida como a propriedade de um processo que, além de continuar existindo no tempo, revela-se capaz de: manter padrão positivo de qualidade; apresentar, no menor espaço de tempo possível, autonomia de manutenção; pertencer, simbioticamente, a uma rede de coadjuvantes também sustentáveis; e, por fim, promover a dissipação de estratégias e resultados, em detrimento de qualquer tipo de concentração e/ou centralidade, tendo em vista a harmonia das relações sociais.

A definição mais difundida, contudo, é a da Organização das Nações Unidas (ONU), segundo a qual sustentabilidade é “o atendimento das necessidades das gerações atuais, sem comprometer a possibilidade de satisfação das necessidades das gerações futuras”<sup>1</sup>.

Independente de definições, o fato é que o caminho da responsabilidade socioambiental aponta para um cenário no qual os resultados e benefícios obtidos são compartilhados pelas empresas, pelo conjunto de parceiros envolvidos em seus negócios, pelas comunidades onde atuam e pela sociedade em que estão inseridas, pois já foi o tempo em que a economia, o lucro e os negócios eram colocados acima de qualquer outro interesse e à custa de prejuízo para a natureza ou para a sociedade. Hoje, há consenso que, para a sobrevivência dos empreendimentos, da sociedade e do planeta, é preciso haver um equilíbrio entre os pilares social, ambiental e econômico.

**Se a empresa não  
tiver lucro com essa  
iniciativa, não adianta  
fazer, uma vez  
que o pressuposto  
básico é que para  
uma organização se  
sustentar é preciso que  
ela dê resultado**



## Sucesso empresarial

A preservação da qualidade de sistemas ecológicos, a necessidade de crescimento econômico para atender as necessidades sociais e a possibilidade de todos compartilharem as conquistas são aspectos fundamentais para a construção de políticas de desenvolvimento sustentável.

Entretanto, é importante frisar que o desenvolvimento social e sustentável só pode ser alcançado quando for economicamente viável, do contrário, não será sustentável. É impossível pensar em conservação do ambiente sem viabilidade econômica e inclusão social. Não se pode ir a uma comunidade para realizar um trabalho social sem ter soluções econômicas. Educação, saúde, sustentabilidade e empregabilidade devem ser trabalhadas juntas, e não de forma desagregada.

Atualmente, muitas empresas têm dificuldades para aliar desenvolvimento sustentável com a manutenção do lucro, permitindo que um afete o desempenho do outro. Ganhar dinheiro sem sustentabilidade não é negócio. Portanto, sustentabilidade não é um movimento assistencialista nem uma ação de cunho social. Se a empresa não tiver lucro com essa iniciativa,

não adianta fazer, uma vez que o pressuposto básico é que para uma organização se sustentar é preciso que ela dê resultado.

## Ecoeficiência


Para ser sustentável, uma empresa deve perseguir em suas decisões, de modo contínuo, a chamada ecoeficiência que, de acordo com a definição do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD, na sigla em inglês), é uma estratégia de gerenciamento que cria maior valor com menos impacto, menor poluição e com menor utilização de recursos ambientais. Em outras palavras, a possibilidade de produzir mais e melhor seus bens e serviços, com menos poluição e menos uso de recursos naturais.

A ecoeficiência é, portanto, uma espécie de responsabilidade ambiental corporativa. Dessa forma, toda empresa que pretenda abraçar e traduzir esse conceito em ações deve também intensificar a reciclagem de materiais e prolongar a durabilidade de seus produtos, buscando a excelência ambiental.

Um dos principais focos da sustentabilidade é o uso de energia renovável. Alternativas não faltam, como, por exemplo, a adoção de

gás natural, a instalação de pequenas centrais hidrelétricas que causam menos impacto ao meio ambiente e o uso de biomassa como o bagaço de cana de açúcar.

A redução no consumo de energia é outra prioridade para um programa de sustentabilidade. A iluminação natural é um aspecto que está sendo priorizado, cada vez mais, nas novas construções, pois é capaz de proporcionar uma economia razoável no consumo de energia. Outra preocupação das empresas é o uso de um novo tipo de ar-condicionado que não contenha gás à base de clorofluorcarbono (CFC), que prejudica a camada de ozônio.

Deve valer-se, igualmente, das técnicas avançadas para conhecer bem seu público consumidor e as suas necessidades. Assim, poderá produzir na medida certa, reduzindo desperdícios. Mas é fundamental que a alta direção da empresa esteja à frente desse movimento e, com isso, seja capaz de conscientizar não apenas os colaboradores, mas também seus fornecedores e clientes. 

ONU, BRUNDTLAND COMMISSION, NA PUBLICAÇÃO "OUR COMMON FUTURE", OXFORD UNIVERSITY PRESS, 1987, P. 43

**Fernando Credidio.** Palestrante, articulista, gestor e consultor organizacional em Terceiro Setor, sustentabilidade e responsabilidade social empresarial.

**6ª Mostra de Ação Voluntária - Cidadania e Responsabilidade Social.**  
De 04 a 07 de julho de 2007.  
Curitiba/PR



**Comunicação: a responsabilidade de construir um mundo melhor.**



**LOCAL**  
Piso Poty do Estação Embratel Convention Center  
Avenida 07 de setembro, 2775 . Curitiba . PR

**INFORMAÇÕES**  
41 3322 8076 :: [acao@acaovoluntaria.org.br](mailto:acao@acaovoluntaria.org.br)

[www.acaovoluntaria.org.br](http://www.acaovoluntaria.org.br)

zero comunicações

6/07/07 Elis Dias

# O mito do balanço social

O ganho que um balanço social traz é muito maior em relação à melhoria da gestão da empresa que em termos de imagem

Marcelo Linguitte  
marcelo.linguitte@ig.com.br



As empresas no Brasil têm se envolvido bastante com a responsabilidade social. É claro que o grau de envolvimento varia de empresa para empresa, mas, com certeza, quando se fala hoje desse tema não se tem a sensação de que se está falando sozinho. Esse crescimento deve-se muito, entre outros aspectos, ao avanço do espírito crítico dos consumidores, à pressão cada vez maior que a sociedade organizada exerce sobre as empresas e ao entendimento de investidores sobre os riscos de operação de empresas que não atuam de forma responsável.

Hoje a sociedade está mais interessada em como as empresas contribuem (ou não!) para o desenvolvimento do mundo, ainda mais em épocas de aquecimento global. Esse interesse fez com que fossem desenvolvidos vários mecanismos de responsabilização e de prestação pública de contas por parte das empresas.

Um desses mecanismos é o balanço social, talvez uma das ferramentas mais importantes da gestão da responsabilidade social. Balanço social – ou relatório social, ou, ainda, relatório de sustentabilidade, como tem sido ultimamente denominado – é o nome dado à publicação de um conjunto de informações e de indicadores de desempenho empresarial nas áreas econômico-financeira, social e ambiental.

Com a exigência de publicação de balanços sociais, além dos tradicionais balanços anuais, por parte de analistas de mercado, tem crescido também a necessidade de se ter uma padronização para esses balanços, de tal forma que seja possível comparar informações de diversas empresas. Entre os padrões que surgiram, destaca-se a Global Reporting Initiative (GRI), hoje já em sua terceira versão, e que se consolidou como o mais importante modelo global de relatórios de sustentabilidade.


## Etapas de criação

O balanço social tem duas características importantes. É uma ferramenta de gestão empresarial, pois permite uma melhor mensuração de seu desempenho sob a perspectiva da sustentabilidade, na medida em que avalia indicadores concretos e permite ações de correção e de planejamento. Também é um instrumento de comunicação que fortalece a relação da empresa com a sociedade, ao conferir transparência e publicidade às práticas empresariais.

Desses dois aspectos, o que tem sido mais valorizado pela maioria das empresas é o lado da comunicação. Existe uma percepção de que, pelo simples fato de uma empresa publicar um balanço social, ela consegue posicionar-se como uma empresa socialmente responsável. A idéia é que os diferentes atores sociais (investidores, consumidores, clientes, parceiros etc.) irão ler seu balanço, conhecer o que de bom em termos de responsabilidade social ela faz e, finalmente, irão considerá-la uma empresa responsável. Nada mais enganoso!

Ao valorizar exageradamente o poder de posicionamento da marca pelo balanço social, a empresa se esquece de valorizar o mais importante: o processo de criação do balanço, que normalmente varia de quatro a seis meses, dependendo da complexidade da empresa. Esse processo ajuda a empresa a fazer um extenso levantamento de suas práticas em responsabilidade social, a conhecer melhor suas próprias ações e a planejar suas estratégias futuras. No sentido de melhoria da gestão da empresa, o ganho que um balanço social traz é muito grande e, seguramente, bem maior que o ganho em termos de imagem que ele pode proporcionar.

Para a parte de comunicação do balanço, a empresa começa com o fechamento do seu design. Depois, passa pelas diversas versões

 Algumas empresas gastam tanto com opulentos balanços que geram uma sensação de: “Pôxa, a empresa poderia investir mais em projetos sociais com o dinheiro que gastou nesta publicação!”



e revisões do texto, aprova o boneco final e traduz o texto para outros idiomas – quando for o caso. Daí, a empresa – por meio de sua agência de comunicação – cria uma versão para a sua página web e realiza a impressão e distribuição do material.

## Opulência

Todo esse processo irá consumir, além de tempo e enorme dedicação dos responsáveis pelo balanço dentro da empresa, um volume de recursos muito grande, pois a produção gráfica e, conseqüentemente, a agência de comunicação contratada, custam muito dinheiro. Mas, no final, pensam os gestores das empresas, o esforço valeu a pena: o balanço social ficou primoroso, com muitas páginas, números, fotos e gravuras. Tudo isso, claro, em papel reciclado, já que balanço social em papel comum não combina com o objetivo da publicação. Tudo bem que nem os cartões de visita dos funcionários da empresa são de papel reciclado e ela nunca pensou em utilizá-lo em seu dia-a-dia.

Mas, o que vale aqui é que o balanço social ficou muito bonito e as pessoas ficarão encantadas com a responsabilidade social demonstrada pela empresa ao lê-lo. Certo? Errado. A começar pelo fato de que pouca gente (para dizer o mínimo) lê um balanço social. Até especialistas e interessados no tema confessam que, no máximo, dão uma passada de olhos rápida e colocam a publicação no armário, ao lado de um sem número de outros balanços de outras, igualmente responsáveis, empresas. Se, de fato, isso acontece, não se pode esperar que a pessoa que recebeu o material se lembre do nome da empresa que fez este ou aquele balanço.

O que ocorre é que as pessoas acabam se lembrando apenas daqueles balanços que mais chamaram a sua atenção, seja

pela beleza e criatividade, seja pela extravagância e exagero da publicação. Assim, muitas vezes, o efeito que se consegue é exatamente o contrário do que se queria: algumas empresas gastam tanto com opulentos balanços que geram uma sensação de: “Pôxa, a empresa poderia investir mais em projetos sociais com o dinheiro que gastou nesta publicação!”. Não acredita? Faça você mesmo o exercício: quais as características do último balanço social que você leu? Qual o nome da empresa? Que ações que ela fez? Garanto que não conseguirá responder a essas perguntas.

## Direcionamento

Para evitar esse problema, as áreas de comunicação das empresas devem fazer um exercício de reflexão sobre a melhor forma de se utilizar o conteúdo produzido para o balanço social. Será que todo o conteúdo produzido interessa a todo mundo, ou seria mais inteligente selecionar o conteúdo e a mídia segundo o público que queremos atingir. Para empresas que têm milhares de clientes, por exemplo, certamente o melhor não seria enviar a cada um deles uma cópia do balanço.

Será que analistas de mercado precisam também de uma cópia da publicação ou seria suficiente um resumo com os principais dados, a ser enviado por e-mail? Essa análise precisa ser feita, caso contrário, os objetivos de se comunicar com públicos estratégicos e posicionar a empresa não ocorrerão. A saída mais fácil – e normalmente a mais indicada pelas agências de comunicação – seria a publicação do balanço e seu envio a uma parte do *mailing list* da empresa, mas, certamente, não seria essa a melhor solução do ponto de vista de comunicação.

Com orçamentos mais enxutos do que aquele consumido na produção gráfica de um balanço social, uma empresa consegue,

seguramente, desenvolver formas mais eficazes de comunicar sua responsabilidade social a seu público-alvo. Basta um pouco de criatividade e inovação. E essa sugestão vale também para as agências de comunicação, que, em sua maioria, não estão preparadas para atender à demanda de seus clientes de comunicar idéias e valores relacionados a temáticas como sustentabilidade, cidadania, diversidade etc.

Nesse sentido, alguns bancos, por exemplo, têm informado a seus clientes sobre projetos sociais que desenvolvem por meio do *internet banking* ou dos extratos que enviam. Empresas do comércio varejista têm colocado informações sobre organizações que elas apóiam em cartazes em suas lojas. Enfim, já que o ponto aqui é fortalecer a marca da empresa pela responsabilidade social, o balanço social não pode ser visto como a única ação possível, nem a mais eficaz, nem a mais importante. Ele deve fazer sentido dentro de um contexto mais amplo na comunicação empresarial.

Finalmente, não se trata, em absoluto, de desvalorizar essa importante ferramenta de gestão da responsabilidade social. Trata-se, isso sim, de perceber que tem havido uma sobrevalorização da contribuição do Balanço Social como ferramenta de comunicação, e que devemos dar maior ênfase ao processo de produção do balanço e do aprendizado que se obtém para a empresa, encarando-o principalmente como uma ferramenta de gestão. Depois, com o conteúdo em mãos, aí sim, vamos avaliar, de forma mais estratégica, como comunicar as informações aos diversos públicos. ☺

**Marcelo Linguette**, Diretor-gerente da Terra Mater Empreendimentos Sustentáveis.

 **ARA-ATUALIZA**

**Grupo Arilton Portella**

- ▶ Contabilidade entidades do 3º setor
- ▶ Assessoria no Setor de Recursos Humanos inclusive na elaboração de folhas de pagamentos
- ▶ Assessoria e Consultoria Jurídica para entidades do 3º Setor

Rua Izidoro Chanoski, 157 - Vista Alegre  
Curitiba - Paraná - CEP 80820-580  
Tel. (41) 3335-3437  
Fax. (41) 3336-2814

[www.ara-atualiza.com](http://www.ara-atualiza.com)

# Não cometa os mesmos erros

## Insucessos na implantação de programas de responsabilidadesocial empresarial

Fábio Rocha  
fabio@damicos.com.br



**Esta ansiedade frenética leva as empresas e seus gestores a cometerem alguns erros ou deslizos na implantação de programas de responsabilidade social empresarial. O mais interessante é que os erros são geralmente os mesmos, variando em intensidade, dimensão e conseqüência**

Entendida, em termos mais gerais, como uma nova postura de gestão das empresas que procuram responder às demandas da sociedade sobre seu negócio, compatibilizando-as com a busca do lucro, a responsabilidade social empresarial (RSE) tornou-se praticamente uma demanda das instituições que buscam sobreviver, crescer e perpetuar-se em um mercado globalizado.

Assim, a RSE é cada vez mais vista como uma prática que está obrigando as empresas a repensarem seu papel e a forma de conduzir seus negócios, envolvendo uma atitude socialmente responsável e ética em todas as relações, sejam com a comunidade, os trabalhadores, fornecedores, clientes, governo e meio ambiente.

Se no Brasil a principal entidade de promoção da responsabilidade social, que é o Instituto Ethos, orgulha-se de que seus 1.200 associados representem 35% do PIB brasileiro, segundo o próprio Ethos; nos Estados Unidos, cerca de US\$ 11 bilhões são destinados a causas que nada têm a ver com os negócios das corporações, postura que, à primeira vista, não vai agregar um centavo sequer aos lucros das empresas, mas, na verdade, responde à nova orientação perseguida pelas empresas<sup>1</sup>.

Assim, acredita-se atualmente que serviços e produtos de qualidade, preços em níveis internacionais e marketing inteligente deixaram de ser diferenciais competitivos mais decisivos para o sucesso das empresas. É necessário que possuam todas essas características e que ainda tenham uma boa relação com os *stakeholders*, que façam com que os consumidores identifiquem-se com sua marca e que os empregados tenham satisfação em trabalhar no seu negócio.

### Credibilidade

Conforme dados do Business for Social Responsibility (BSR) e do Corporate Social

Responsibility (CSR-Europe) – espécie de Instituto Ethos americano e europeu, respectivamente –, de um lado, cerca de 50% dos consumidores nos Estados Unidos e na Europa pagariam mais por produtos de indústrias socialmente responsáveis, e 70% não comprariam, mesmo com descontos, produtos que fossem fabricados por empresas não-preocupadas com as questões éticas. De outra parte, profissionais mais qualificados preferem trabalhar em organizações que respeitam os direitos, a segurança e a qualidade de vida dos funcionários, segundo pesquisas sobre os Estados Unidos.

A responsabilidade social, portanto, “veio para ficar”, inclusive no Brasil, onde praticamente 6 em cada 10 empresas envolvem-se voluntariamente em ações sociais, segundo pesquisas recentes do Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada (Ipea). Em tese, a gestão da responsabilidade seria algo simples, na qual as empresas buscariam apoiar ou identificar a sua atuação com compromissos sociais e ambientais de relevância para o seu contexto de atuação, destacando-se como uma empresa cidadã.

A busca desesperada das empresas pelo “selo” de empresa cidadã tem as levado a equívocos tão significativos que a própria não-adoção de práticas de responsabilidade social empresarial. Quando estas empresas fazem parte de setores de altíssima competitividade, isto se agrava, pois seus concorrentes já realizam ações sociais e, assim, elas não podem esperar muito tempo para atingir o título de uma empresa socialmente responsável.

### Insistindo nos erros

Esta ansiedade frenética leva as empresas e seus gestores a cometerem alguns erros ou deslizos na implantação de programas de responsabilidade social empresarial. O mais interessante é que os erros são geral-



mente os mesmos, variando em intensidade, dimensão e conseqüência.

Segue abaixo, então, alguns dos erros mais comumente encontrados, de uma maneira geral, em empresas de todo o Brasil. São eles:


- Iniciar o programa sem ter clareza dos conceitos de responsabilidade social empresarial, como também dos conceitos existentes na empresa;
- Estabelecer uma única pessoa e/ou área como responsável pela implantação do programa de RSE;
- Não realizar uma ação de sensibilização e/ou capacitação da diretoria e principais gestores, antes de se definir pela implantação ou não do programa;
- Realizar a concepção do plano de ação para implantação do programa de responsabilidade social de maneira pouco participativa ou envolvendo uma única área;
- Não formalizar um grupo de trabalho e/ou comissão responsável pelo tema

e/ou programa, inclusive descentralizando estes grupos para todas as regiões de atuação, cidades e/ou unidades de negócios;

- Não realizar uma ação de conhecimento e análise dos trabalhos já realizados por concorrentes e/ou empresas semelhantes, como também do poder público e organizações não-governamentais nas ações de caráter externo;
- Dar um peso muito significativo ou até exclusivo a apenas um dos temas da agenda de responsabilidade social empresarial (valores/transparência, público interno, fornecedores, meio ambiente, consumidores/cliente, comunidade, e governo/sociedade), geralmente o tema comunidade;
- Realizar ações extremamente contraditórias e que geram total falta de credibilidade no programa. Como, por exemplo, apoiar projetos ambientais e não ter nenhum tipo de sistema de

monitoramento do impacto de suas atividades no meio ambiente;

- Não realizar nenhum tipo de diagnóstico (a partir de indicadores) da situação da empresa em relação à responsabilidade social empresarial, como também estabelecer metas para implantação do programa.

Outros erros têm sido cometidos com frequência, mas o que mais preocupa são as seqüelas destes erros para a imagem da empresa, como também para o movimento de responsabilidade social empresarial. A saída é conhecer estes erros, para pelo menos cometer outros e não aqueles já conhecidos pelos especialistas em responsabilidade social empresarial. 

<sup>1</sup> INSTITUTO ETHOS, 2006.

**Fábio Rocha.** Sócio-diretor da Damicos Consultoria e Negócios.

## Você quer conhecer ainda mais sobre as entidades beneficentes de assistência social?

### Então leia o novo livro do Prof. Sergio Roberto Monello

O presente livro tem por objetivo levar advogados, contadores, administradores e pessoas dedicadas ao trabalho nas entidades beneficentes de assistência social a refletirem sobre a assistência social, gratuidades e imunidade de contribuições sociais para a seguridade social e ainda, quanto ao “Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEAS/CEBAS)” concedido pelo “Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)” em decorrência do reconhecimento do “Direito Adquirido” a essa imunidade e à manutenção desse Certificado, levando-se em consideração às decisões do Egrégio Superior Tribunal de Justiça (STJ)

#### Pedidos:

com Srta. Adriana  
Avenida General Olímpio da Silveira, 655 – Perdizes  
CEP: 01150-001 – São Paulo/SP  
Telefone: (11) 3872-1195  
[www.sergiomonello.com.br](http://www.sergiomonello.com.br)



SERGIO ROBERTO MONELLO

ENTIDADES BENEFICENTES

ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
IMUNIDADE E  
DIREITO ADQUIRIDO

# Empresas que fazem

## Henkel é considerada uma das líderes globais em sustentabilidade

A Henkel, fabricante de produtos de limpeza, adesivos e outros produtos para uso profissional e de consumo, é a segunda empresa no Ranking 2007 de "Boas Empresas", conduzido por uma revista de negócios alemã, junto à consultoria alemã Deloitte & Touche. O júri reconheceu a empresa por sua política ecológica interna bem sucedida e seu engajamento em questões socioambientais que refletem positivamente em sua conduta de governança corporativa e rentabilidade. Em janeiro, a Henkel também foi eleita uma das 100 empresas mais sustentáveis do mundo pelo Global 100: Most Sustainable Corporations in the World, ranking apresentado pelos consultores financeiros da Innovest Value Advisors, do Canadá.

**i** [www.henkel.com.br](http://www.henkel.com.br)



Friedrich Stara, vice-presidente da unidade de negócios de limpeza e cuidados domésticos da Henkel recebe o prêmio da revista Manager. À esquerda, o Wolfgang Grewe, da Deloitte e, à direita, Henrik Müller, editor da publicação

## GOL firma parceria com Ashoka para incentivar transformação social

A GOL Linhas Aéreas Inteligentes fechou parceria com a Ashoka Empreendedores Sociais para o fornecimento gratuito de passagens aéreas. A atuação conjunta prevê que empreendedores sociais da Ashoka do Paraguai e Argentina tenham cerca de 100 bilhetes aéreos durante o contrato anual, que teve início em outubro passado. A parceria foi motivada pela compatibilidade dos princípios da companhia aérea com os da entidade. As primeiras passagens oferecidas permitiram que empreendedores do Brasil participassem da cerimônia de entrega do Prêmio Empreendedor Social Ashoka McKinsey, realizada simultaneamente em seis países da América do Sul (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai), em 5 de dezembro.

**i** [www.ashoka.org.br](http://www.ashoka.org.br)  
[www.voegol.com.br](http://www.voegol.com.br)

## IBM expande parceria com Projeto Social Oficina do Futuro

A IBM amplia sua parceria com o projeto Oficina do Futuro, criado para capacitar profissionais e estudantes da região de Campinas (SP) na área de Tecnologia da Informação. Este ano, a empresa estenderá a formação dos profissionais que procuram o projeto. Além do preparo em *mainframes* que é oferecido desde 2005, também fornecerá formação em Unix e Windows. Hoje, cerca de 30% dos 700 profissionais que já concluíram o curso avançado foram admitidos na IBM, e muitos estão em empresas do setor. Em 2007, a IBM facilitará ainda mais a admissão. A companhia pretende contratar profissionais que concluírem a segunda fase do curso, seja como estagiário ou como trainee. O projeto pretende tornar estudantes e profissionais aptos a disputar o mercado mundial, trabalhando com operação e suporte de sistemas distribuídos e centralizados. Com as plataformas centralizadas mais acessíveis, existe uma demanda por este tipo de profissional. Além disso, países emergentes como Brasil, Índia, China e Rússia são vistos como potenciais provedores de serviços na área de TI, ampliando de forma significativa este mercado.

**i** [www.ibm.com/br](http://www.ibm.com/br)  
[www.oficinadofuturo.org.br](http://www.oficinadofuturo.org.br)

## Pólo Petroquímico do Grande ABC oferece serviços gratuitos

Tirar dúvidas jurídicas, cortar o cabelo, preparar o currículo, consultar o dentista e o cardiologista e obter o diagnóstico de doenças nos olhos foram alguns dos mais de 20 serviços que a Associação das Indústrias do Pólo Petroquímico do Grande ABC (Apolo) ofereceu gratuitamente em 10 de março para a população, como parte do projeto social *Pólo dá Vida*. A ação, que está no 5º ano e já realizou 55 mil atendimentos, começou em Santo André e prosseguiu em Mauá, São Paulo e Rio Grande da Serra.

**i** [www.poloabc.com.br](http://www.poloabc.com.br)



Mulher é atendida em ambulatório montado especialmente para o projeto Pólo dá Vida

## Programa de capacitação de mão-de-obra de TI para jovens carentes

A BRQ, fornecedora de serviços de TI, e o Instituto HSBC Solidariedade lançaram em 14 de março o Curso de Capacitação em Programação para Internet. O projeto preparará 1.000 estudantes carentes em todo país para atuar na área de programação de software. Os selecionados serão recrutados com o auxílio de organizações sem fins lucrativos das próprias comunidades e serão divididos em turmas de 50 alunos. O treinamento terá duração de seis meses e será ministrado por e-learning nos próprios centros comunitários, que disponibilizarão a infra-estrutura necessária. A estratégia de fazer com que a iniciativa privada contribua para a capacitação de profissionais de TI deve ajudar positivamente o setor, já que a busca por profissionais é constante nesse segmento.

**i** [www.brq.com](http://www.brq.com)  
[www.porumundomaisfeliz.org.br](http://www.porumundomaisfeliz.org.br)



Participantes do curso de capacitação promovido pela BRQ e Instituto HSBC

## Couromoda fecha com balanço socioambiental positivo

A 34ª Feira Internacional de Calçados, Artigos Esportivos e Artefatos de Couro (Couromoda) fechou seu balanço socioambiental de forma positiva. O evento, que ocorreu em janeiro, em São Paulo, contou com participação de 1.200 empresas expositoras e, pela primeira vez, promoveu a gestão ambiental dos resíduos oriundos do processo de montagem e desmontagem dos estandes e da realização do evento em si, que recebeu em quatro dias 70 mil visitantes. O relatório final reuniu mais de 20 indicadores e mostra números significativos, como 62,4 toneladas de resíduos encaminhadas para reciclagem e 99,3 toneladas enviadas para aterro, além da plantação de 1.000 árvores para neutralizar a emissão de Carbono. O trabalho de adequação da feira ao processo de gestão socioambiental foi realizado pela Ambiente Global, em parceria com a ONG Pueras e Cooperativa VivaBem.

**i** [www.ambienteglobal.com.br](http://www.ambienteglobal.com.br)  
[www.couromoda.com](http://www.couromoda.com)



## Projeto Escola busca humanização no trânsito

A OHL Brasil, segunda maior empresa do setor de concessões de rodovias do país, realizou entre os dias 18 e 21 de março, na cidade de Leme (SP), o Projeto Escola, ação de responsabilidade socioempresarial que busca educar para humanizar no trânsito. Respeito à sinalização, atenção ao limite de velocidade e consumo moderado de bebidas alcoólicas pelos motoristas foram algumas das orientações dadas durante o curso. Nos últimos seis anos, cerca de 2.500 educadores participaram do projeto, contribuindo para a educação de 190 mil alunos em mais de 260 escolas. Os profissionais que participaram do evento receberam um kit do professor que pode ser usado em várias disciplinas como Matemática, História, Geografia e Ciências. O material incluía livro de atividades, mapas, jogo de tabuleiro, revistas em quadrinhos e quadros ilustrativos.

**i** [www.ohlbrasil.com.br](http://www.ohlbrasil.com.br)

## Brasil Telecom renova patrocínio ao Instituto Dunga e ACM/RS

O presidente da Brasil Telecom (BT), Ricardo Knoepfelmacher, assinou no início de abril, em Porto Alegre, a renovação pelo período de mais cinco anos do contrato de patrocínio ao projeto socioeducacional Esporte Clube Cidadão, desenvolvido pelo Instituto Dunga de Desenvolvimento do Cidadão e Associação Cristã de Moços – ACM/RS. O objetivo do projeto Esporte Clube Cidadão é proporcionar a inclusão social de jovens e crianças em situação de vulnerabilidade social, por meio do esporte educacional e participativo. Ingressam na instituição aos 7 anos de idade e saem aos 16. O primeiro patrocínio da BT ao Clube Cidadão foi assinado em 2002. De lá para cá, a entidade atendeu 1.771 jovens e crianças. O atendimento passageiro atingiu 580.104.

**i** [www.acm-rs.com.br](http://www.acm-rs.com.br)  
[www.brasilelcom.com.br](http://www.brasilelcom.com.br)  
[www.capitaodunga.com.br](http://www.capitaodunga.com.br)



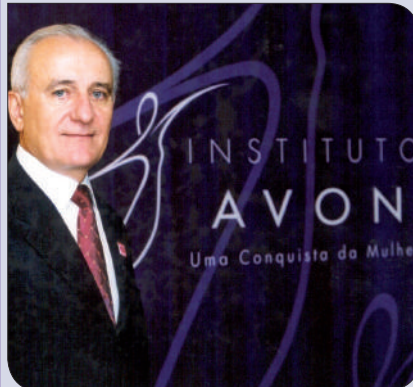
Membros da Brasil Telecom, Instituto Dunga de Desenvolvimento do Cidadão e ACM/RS reúnem-se em Porto Alegre para renovação de patrocínio

## Instituto Avon arrecada R\$ 3,3 milhões na campanha Um Beijo Pela Vida 2006

Responsável pelo investimento social da Avon no país, o Instituto Avon comemora os resultados da campanha Um Beijo Pela Vida 2006, que arrecadou R\$ 3,3 milhões. A quantia será revertida a 12 organizações e instituições públicas que atuam na detecção precoce do câncer de mama de sete estados. Cerca de 350 mil mulheres serão beneficiadas e mais de 9 mil profissionais, entre médicos, enfermeiros e agentes comunitários, receberão treinamento e capacitação. Com o total arrecado em 2006, o Instituto Avon chega à marca de R\$ 10,2 milhões em investimentos ao longo de seus quatro anos de existência, tendo apoiado diretamente 55 projetos de organizações que são referência na detecção e tratamento do câncer de mama.

**i** [www.institutoavon.org.br](http://www.institutoavon.org.br)

AGÊNCIA ARGOS FOTO



Lírio Cipriani, diretor executivo do Instituto Avon

## Coca-Cola Brasil lança Semana Cada Gota Vale a Pena

A Coca-Cola Brasil lançou, em 6 de março, a Semana Cada Gota Vale a Pena. Trata-se de uma iniciativa pioneira na indústria de bebidas e tem o objetivo de arrecadar recursos adicionais para os projetos sociais do Instituto Coca-Cola Brasil. Uma das empresas com maior capilaridade do mercado, chegando a cerca de 1 milhão de pontos de venda no país, a Coca-Cola Brasil está colocando todo o potencial da força de vendas nessa mobilização social. Na semana de 18 a 24 de março, cada embalagem de todo portfólio da empresa vendida no Brasil reverteu 2,2 centavos (R\$ 0,022) para o instituto, somando-se aos R\$ 37 milhões que o Sistema Coca-Cola Brasil já investe anualmente em iniciativas sociais e ambientais.

**i** [www.cadagotavaleapena.com.br](http://www.cadagotavaleapena.com.br)  
[www.cocacolabrazil.com.br](http://www.cocacolabrazil.com.br)  
[www.institutococacola.org.br](http://www.institutococacola.org.br)

## HP Brasil anuncia resultados da campanha Fórmula do Bem

A HP Brasil anunciou em março os resultados da segunda edição da campanha "Fórmula do Bem HP", ocorrida em dezembro de 2006. Além de descontos especiais para cada produto vendido, parte do valor foi doada ao Instituto Ayrton Senna, que desenvolve projetos que garantem educação de qualidade para crianças e jovens em todo o Brasil. Nesta edição, a campanha arrecadou R\$ 923.610, que serão destinados a projetos educacionais do Instituto, que acontecem dentro e fora da escola, em larga escala, e que, apenas em 2006, atingiram 1,5 milhões de meninos e meninas.

**i** [www.hp.com.br](http://www.hp.com.br)  
<http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/>

## DPaschoal doa mais de R\$ 170 mil ao Instituto Ayrton Senna

Na primeira quinzena de março, representantes da DPaschoal e do Instituto Ayrton Senna (IAS) se reuniram para o encerramento oficial da campanha Educar Numa Boa. O encontro ocorreu em São Paulo e marcou a doação de R\$ 172.161, referente à venda dos kits desenvolvidos para esta campanha. O resultado foi alcançado com a participação de mais de 17 mil clientes da rede DPaschoal. A ação Educar Numa Boa, lançada no final de 2006, foi inspirada no Compromisso Todos pela Educação, do qual a empresa é uma das signatárias.

**i** <http://senna.globo.com>  
[www.dpaschoal.com.br](http://www.dpaschoal.com.br)

## Ecoviver reinicia suas atividades

A Ecovias e o Grupo EcoRodovias reiniciaram em março as atividades do projeto Ecoviver, já em sua segunda edição. O objetivo é chamar a atenção de crianças e educadores para os problemas causados pela geração e acúmulo de lixo. A edição 2007 conta com novidades no sentido de adaptar o programa à realidade das cidades atendidas. Um dos primeiros passos nessa direção é a integração da coordenação do projeto com as secretarias de Cultura, Educação e, principalmente, de saúde das cidades atendidas: Diadema, Guarujá, Santos e Praia Grande (SP), Antonina e Pontal do Paraná (PR), e Pelotas e Rio Grande (RS).

**i** [www.ecorodovias.com.br](http://www.ecorodovias.com.br)  
<http://ecovias.terra.com.br>

# Boa noite, congruência...

Felipe Mello

programa@cantocidadeo.com.br



*Hora de dormir. Passou da hora de dormir. Criança sempre dá um jeito de conquistar alguns minutos adicionais para estender a brincadeira que está proporcionando diversão. É hora de dormir. Já passou da hora em que passou da hora de dormir. O sono chegou. A criança boceja sinceramente e decide ceder. O pai suspira aliviado. Resiste em invadir como um tirano aquele universo colorido da infância. O pai beija os olhos semicerrados da criança, que denunciam o apagar das luzes. Boa noite, congruência.*

Congruência: uma palavra latina que pode ser utilizada para apresentar uma relação harmônica e coerente das partes de um todo. Pensando o todo como a sociedade brasileira, a congruência inexistente. As partes não se encaixam. Longe disso. As relações são hostis. A harmonia é evidente apenas na música popular brasileira, a MPB. Na vida popular brasileira, a VPB, existe uma outra definição para a sigla MPB: medo popular brasileiro.

Em tempos de siglas abundantes – PAC, PNE, PIC, Saeb, Enem e muitas outras – a que realmente vem estourando (!) de audiência é a MPB do medo, embalada pelo zumbido das balas perdidas e pelos insistentes surdos e desafinados coros dos representantes públicos. São tantas as partes do mesmo todo que precisam ser observadas e avaliadas que o autor sente a nítida impressão de estar oferecendo ao leitor amostras grátis de reflexões. Para amenizar o sentimento de superficialidade, o todo será reduzido a duas de suas partes viscerais: educação e saúde.

*O sono da criança, cada vez mais profundo, pintava o quarto de congruência pura.*

## Professores à beira de um ataque de nervos

Tenho um pesadelo recorrente nos últimos anos: um grupo de professores do ensino público decide se inspirar no filme “Um dia de fúria” (1993), dirigido por Joel Schumacher e protagonizado por Mi-

chael Douglas, para extravasar sua tensão. No filme, um indivíduo de classe média explode (!) em função do estresse causado pela insegurança na carreira profissional, dificuldades financeiras, trânsito e relações familiares problemáticas.

Em se tratando de estresse, tenho para mim que o indivíduo vitimado, quando não enxerga perspectiva, explode ou implode. E já dizia o filósofo alemão Nietzsche que “quem tem por que viver agüenta qualquer coisa”. Os professores brasileiros ainda se motivam pela sua missão e vislumbram perspectivas de melhoria?

Trabalhos acadêmicos recentes desenvolvidos pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade de Brasília (UnB) apontam que quase 50% dos professores brasileiros apresentam sintomas de estresse ou depressão, e os mais jovens são os que têm mais dificuldade para lidar com os problemas da profissão. Muitos optam por abandonar o ofício. E aqueles que ficam? Como lidam com a responsabilidade de construir o Brasil que dará certo?

Certamente o ministro da educação, o professor Fernando Haddad, conhece muito bem os desafios da profissão, e compreende que o Plano Nacional de Educação (PNE) só dará certo se houver amplo investimento para cuidar de quem cuida. O ser humano não pode dar o que não tem, pelo menos por muito tempo, com qualidade.

O sofrimento da alma da escola, ou seja, o professor, está diretamente relacionado com a péssima avaliação que os alunos das escolas públicas tiveram recentemente quando participaram dos sistemas de avaliação (Enem e Saeb). A média nacional do ensino público foi algo por volta da nota quatro.

Outra decorrência da fragilidade educacional pública foi apontada pelo Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, apresentado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH). O número de internações de adolescentes em

Professores estressados, desmotivados, despreparados e desprovidos de recursos continuarão formando alunos nota quatro ou deixando de cumprir um papel essencial na vida de muitos que acabam tirando zero em comportamento, só que em vez de ir para a diretoria vão para locais que estão longe de resgatar o cidadão





unidades de privação de liberdade cresceu 28% entre 2002 e 2006, passando de 9.555 para 15.426 internos. Como resultados, mantêm-se o quadro de superlotação dos 366 estabelecimentos existentes e um déficit de 3.396 vagas.

Professores estressados, desmotivados, despreparados e desprovidos de recursos continuarão formando alunos nota quatro ou deixando de cumprir um papel essencial na vida de muitos que acabam tirando zero em comportamento, só que em vez de ir para a diretoria vão para locais que estão longe de resgatar o cidadão.

Estes resultados definitivamente são incongruentes com o plano de construir uma nação de verdade, por mais que diariamente rufem os tambores da equipe econômica prevendo céu azul iminente. Criticar é mais fácil que fazer. Fácil também é negociar o inegociável, quando se trata de atender a favores e demandas político-partidárias.

*A criança sorria enquanto dormia. Quantos sonhos bons. Quanta certeza de um dia ensolarado invadindo a janela ao despertar.*

### Caso de polícia na saúde

Ainda buscando fugir da sensação de distribuidor de amostra grátis – o que


difícilmente conseguirei – contribuo aqui para divulgar um caso de polícia na saúde pública brasileira.

No ano 2000 entrou em vigor a emenda constitucional nº 29, que trata da obrigatoriedade de investimento de 12% das receitas dos estados em saúde. Como o serviço foi feito pela metade, ou seja, a lei ainda não foi devidamente regulamentada, interpretações diversas podem ser dadas ao tema. Isso faz com que os estados digam que gastaram os 12%, incluindo no pacote itens que o próprio Ministério da Saúde diz que não podem ser contados. Entretanto, a incompletude da lei faz pairar dúvidas e questionamentos, permitindo o avanço do maior esporte nacional, que é a prática de empurrar assuntos fundamentais com a barriga.

Relatório do Ministério da Saúde aponta Minas Gerais e Rio Grande do Sul como os estados que menos investiram em saúde no ano de 2005. Os dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops), fechados em fevereiro deste ano, apontam que o Rio Grande do Sul investiu 4,99% do orçamento em saúde, e Minas Gerais, 6,87%. Outros 18 estados integram a relação com percen-

tual de recursos destinados à saúde abaixo do estabelecido na emenda constitucional. Entre eles estão São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Bahia. Em valores absolutos, foram R\$ 3,45 bilhões que deixaram de ser aplicados na saúde pelos 20 estados em 2005. Vaias para os principais estados do país.

Especialistas afirmam que somente a regulamentação da lei pode corrigir esta incongruência. Eu ousou afirmar que a regulamentação da lei só acontecerá com forte pressão popular, mas forte mesmo, do tipo daquelas que arrebanham 30 milhões de telefonemas para decidir quem vai ganhar o Big Brother Brasil.

*A relação pai e filho é a demonstração pura da harmonia da natureza. O beijo de boa noite é o convite para um novo dia. Durma bem, minha criança. Que a congruência esteja com você até o amanhã.* 

**Felipe Mello.** Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.



# **8º Congresso Brasileiro de Direito e Contabilidade do Terceiro Setor**

**Outubro de 2007 em São Paulo**

**Inscrições abertas**

**Mais informações**

**[congresso@economica.com.br](mailto:congresso@economica.com.br)**

**[www.economica.com.br](http://www.economica.com.br)**

**11 3161-5286**





# Reconhecimento e exercício de direitos da cidadania

É preciso aliar o benefício dos programas sociais com um processo educativo que facilite ao indivíduo o reconhecimento de sua cidadania

Vera Lucia Freire  
praxisassessoria@terra.com.br



Muito se tem escrito sobre a política pública de assistência social, sobre suas interfaces com as demais políticas de cunho social e sobre o necessário diálogo e articulação entre os vários órgãos que as discutem, planejam e operacionalizam. Tudo para que haja uma maior efetividade nos resultados dos programas e projetos sociais desenvolvidos pelo Estado e por organizações da sociedade civil com as quais estabelece parceria.

São indiscutíveis os avanços obtidos nos últimos anos no que se refere à melhoria da qualidade de vida e do acesso a bens e serviços para a população de baixa renda, até então totalmente excluída, não só do acesso a tais garantias constitucionais, mas da informação, necessária e suficiente, de como e onde a elas recorrer.

Estamos nos reportando aqui a todos os programas sociais que oferecem benefícios concretos à população, entre os quais se colocam os Programas de Transferência Direta de Renda, também conhecidos como Programas de Garantia de Renda Mínima (PGRM), como é o caso do Bolsa Família, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que têm possibilitado o acesso de milhões de famílias brasileiras a um patamar de mínimos sociais mais digno.

Apesar das críticas que estes programas vêm sofrendo, são indiscutíveis os benefícios que acabam trazendo para as famílias de baixa renda. Estudos recentes apontam que onde os programas foram implantados houve uma diminuição dos índices de violência<sup>1</sup>, do trabalho infantil e o aumento significativo de crianças matriculadas e cursando o ensino fundamental<sup>2</sup>. Questionamos, então, se são estes os únicos objetivos que se quer atingir com os vários programas de garantia de renda mínima.


Acreditamos que tais programas deveriam ir mais além: eles representam, sem sombra de dúvida, a porta de entrada para a inclusão

social dessas famílias, mas necessariamente não significam a porta de saída delas rumo à autonomia, à auto-sustentação e à real inclusão social. Para tanto, na nossa opinião, é preciso que nesse processo se procure aliar o recebimento do benefício com um processo educativo que facilite aos indivíduos e famílias atendidas o reconhecimento de que são detentores de direitos e não somente de deveres.

Concordamos com o brasileiro Dominique Vidal<sup>3</sup>, quando, ao se reportar às pesquisas de campo que realizou em 2002 nas zonas periféricas das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, apontou que o maior problema da população brasileira é a falta de respeito e de reconhecimento por parte da sociedade e do poder público para com as populações excluídas. As pessoas apresentaram como queixa mais freqüente o fato de serem “tratadas como cidadãos de segunda classe, desdenhadas, mal-atendidas nos serviços públicos, maltratadas pela polícia e de não terem acesso aos direitos elementares e às políticas de habitação, saúde e educação”.

Se a queixa mais freqüente da população é a não-cidadania ou uma cidadania de segunda classe, nos parece claro que as famílias que compõem esta população, principalmente aquelas inseridas em programas de transferência direta de renda, precisam ser trabalhadas para serem reconhecidas como cidadãs e para lutarem por seus direitos. Para isso, é preciso que conheçam tais direitos e tenham as informações necessárias para poder exercê-los.

A herança do paternalismo, do coronelismo e do clientelismo, das relações sociais calcadas nas benesses e no favor, ainda permeia a cultura brasileira, principalmente no que se refere às populações excluídas, há muito familiarizadas em personalizar e nomear qualquer benefício que recebam e por não entenderem esta pessoa ou entidade que as beneficia, direta ou indiretamente, como meros



Poucos avançarão em direção à autonomia e, conseqüentemente, à porta de saída deste tipo de programa, mais preparados, mais conscientes, melhor informados e sendo capazes de visualizar um novo caminho

mediadores ou executores de uma política ou de um programa social.

Assim, os programas de transferência direta de renda, entendidos como uma das formas de prover os mínimos de cidadania necessários a todo ser humano, não deveriam se limitar ao mero repasse financeiro aos beneficiários, pois a grande maioria deles desconhece que tem direitos constitucionais a serem exercidos e cobrados dos Estados, em âmbito federal, estadual e municipal, e dos respectivos órgãos públicos competentes. Portanto, poucos avançarão em direção à autonomia e, conseqüentemente, à porta de saída deste tipo de programa, mais preparados, mais conscientes, melhor informados e sendo capazes de visualizar um novo caminho e trilhá-lo com mais segurança e confiança.

Dominique Vidal<sup>3</sup> deve ser mencionado mais uma vez, pois chama a atenção sobre a importância em se combinar benefícios concretos (transferência monetária, cesta básica etc.) com medidas que possam reduzir “o sentimento de injustiça comum nas camadas populares que reclamam, antes de tudo, o exercício dos direitos de cidadania” e clamam por oportunidades e não por benesses. Entendemos que o exercício da cidadania, portanto, é permeado não só pela oportunidade e facilitação de acesso a bens e serviços, mas também pela apropriação de informações que permitam este acesso e coloquem possibilidades de escolha para os beneficiários.

A experiência que tivemos na PUC de São Paulo, na operacionalização do Programa Fortalecendo a Família/Renda Cidadã, que atendeu 13.280 famílias na extrema periferia da cidade de São Paulo entre agosto de 2002 e janeiro de 2004, nos permite afirmar que a grande maioria desconhecia seus direitos. Outras tantas, embora os reconhecendo, desconheciam os mecanismos e estratégias


disponíveis para acessá-los. Outras não conheciam os bens e serviços disponíveis no território onde viviam e na região em seu entorno, o que dificultava a busca por uma creche, pelo atendimento médico na unidade de saúde da região e assim por diante.

Outras ainda achavam que não tinham direito a tudo, como é o caso, da cultura, do divertimento e do lazer<sup>4</sup>, que também foram utilizados experimentalmente como uma das formas de trabalhar a cidadania e a inclusão social. Isso denota a concepção, ao nosso ver, errônea de que os pobres devem ter cobertas somente as suas necessidades mais básicas, sem qualquer direito ao entretenimento, ao lazer ou, ainda, a conhecerem o que de belo a sociedade já foi capaz de produzir.

A experiência realizada pela PUC de São Paulo demonstrou a importância do trabalho socioeducativo no que se refere ao reconhecimento e à incorporação pelas famílias inseridas no programa dos direitos de cidadania e de como iniciar um processo de aprendizagem para acessar os serviços que os garantem, para prosseguirem lutando por eles durante e após o seu desligamento do programa.

Os passos deste processo de inclusão social, que se inicia com a transferência monetária ou com o recebimento de um benefício concreto, deveriam estar vinculados, portanto, a uma ação pedagógica pontual, pertinente e adequada às diferentes necessidades que se apresentam para estas famílias no seu cotidiano. Nesta ação se constrói passo a passo, e por estratégias diversas, uma teia de relações pessoais, interpessoais e comunitárias que vão gradativamente conduzindo-as à incorporação de direitos e ao resgate da cidadania e, finalmente, ao seu exercício. Estamos, portanto, nos referindo à dimensão socioeducativa que todos os programas sociais deveriam, necessariamente, incorporar.

Infelizmente, apesar de todos os avanços conseguidos, o que se percebe é que tais programas e projetos continuam a ser vistos pela população como benesses ou favores concedidos por políticos ou pessoas influentes e não como direitos expressos na Constituição Federal, prevalecendo, apesar de todos os avanços obtidos, a cultura do paternalismo e do clientelismo e da política do favor. Se a população encara os benefícios que obteve como favores, que indiscutivelmente nas eleições serão transformados em votos, podemos inferir que esta mesma população desconhece os seus direitos de cidadania. E sem o reconhecimento desta cidadania, pouco se poderá avançar no que se refere ao seu exercício e, conseqüentemente, à porta de saída dos programas que objetivam a inclusão social e, em última instância, à autonomia desta população.

Portanto, nos parece pertinente afirmar que, sem o trabalho socioeducativo, pouco se avançará rumo à cidadania. Estaremos melhorando um pouco e temporariamente (cerca de dois anos) a qualidade de vida da população beneficiária de tais programas, mas não estaremos contribuindo para que esta população reconheça seus direitos e passe a levar uma vida cidadã, isto é, não só tendo acesso a alguns bens e serviços, mas tornando-se capaz e capacitada a lutar por eles. 

COLABOROU: GISELE MARTINS CANTON

<sup>1</sup> “HOMICÍDIO CAI MAIS EM DISTRITO COM PROGRAMA SOCIAL”. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 20/2/2003.

<sup>2</sup> REVISTA VEJA.

<sup>3</sup> “SO FOME ZERO NÃO BASTA”. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 4/5/2003.

<sup>4</sup> TEMA QUE VEM SENDO TRABALHADO POR GISELE MARTINS, DOUTORANDA DO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS DA PUC-SP, APÓS O TRABALHO QUE FOI DESENVOLVIDO POR ELA NO PFF/PUC/SAS.

**Vera Lucia Alvarenga Freire.** Assistente social, doutora em Serviço Social pela PUC/SP e sócia-diretora da Práxis Consultoria e Assessoria em Políticas Públicas.

CANTO  
CIDADÃO

## Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou [www.cantocidadao.org.br](http://www.cantocidadao.org.br)







## Muito além de uma renda mensal

Floriano Pesaro  
floriano@prefeitura.sp.gov.br

É notória a urgência de o Brasil avançar na formulação de políticas públicas na área social e dar um salto de qualidade na direção de um combate efetivo à pobreza.

Para tanto, é preciso ir além dos tradicionais programas de transferência condicionada de renda, os PTCs, que têm no Bolsa Família a sua maior representação. Esses programas, constituindo-se em meramente compensatórios, assistencialistas e clientelistas, não premiam o esforço que as pessoas fazem para superar a sua condição de pobreza, tornando-as reféns do benefício.

Ao contrário disso, é necessário criar políticas públicas que promovam a real emancipação e inclusão social de famílias e comunidades atendidas, de maneira a tornar o benefício dispensável no futuro e oferecer a porta de saída da exclusão social.

Vale refletir a respeito de uma questão simples: Se a renda recebida for retirada, o que resta às famílias? Voltariam elas à condição original de pobreza? O que é preciso oferecer a elas para tornar o benefício dispensável no futuro?

### Os primeiros PTCs

Combater a pobreza tem sido um enorme desafio não só para o Brasil, mas para vários países da América Latina. Desde a década de 1990, a região tem adotando os PTCs como carro-chefe de sua política social.

Diferente das experiências anteriores na América Latina, que privilegiavam a oferta de serviços, os PTCs inovaram ao tomar a família como unidades de intervenção e atrelar a distribuição de dinheiro à cobrança de certas condicionalidades, como a frequência escolar das crianças, adolescentes e jovens, o acompanhamento da saúde dos membros das famílias e a participação em ações de educação alimentar. O objetivo: incentivar os membros das famílias a elevarem a sua capacidade de acumular capital humano.

No Brasil, vale destacar entre os primeiros PTCs o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, da Prefeitura Municipal de Campinas (1995), e o Programa Bolsa Familiar para a Educação, do Distrito Federal (1995), que levaram à criação de programas nacionais como o Renda Mínima (1998) e o Bolsa-Escola (2001).

### Doze anos depois

O Brasil completa mais de uma década de programas de transferência condicionada de renda. O modelo foi superado. Ao examinarmos o Bolsa Família, isso fica claro. O programa não opera melhorias efetivas na qualidade


de vida das famílias beneficiárias, é incapaz de controlar efetivamente o cumprimento das condicionalidades e não apresenta nem metas nem incentivos à melhora da qualidade da oferta de serviços públicos, especialmente educação e saúde. Resumiu-se à transferência direta de dinheiro.

O esforço no momento deve ser feito em direção à elaboração de uma intervenção que ofereça mais do que dinheiro, que transforme efetivamente a qualidade de vida dos beneficiários de um ponto de vista sócio-econômico-ambiental.

Países como o Chile têm apresentado propostas inovadoras na área, como o Programa Puente, a porta de entrada do Sistema de Proteção Social daquele país, o Chile Solidário. Atendendo atualmente 275 mil famílias, o Puente criou ações de acompanhamento psicossocial. Ao aceitar fazer parte do programa, as famílias passam a receber a visita de um profissional de apoio familiar em casa por um período de 24 meses. Durante este tempo, elas se comprometem a trabalhar uma série de 53 condições mínimas, orientadas ao fortalecimento da qualidade de vida nas seguintes dimensões: identificação, saúde, educação, dinâmica familiar, condições de habitabilidade, trabalho e renda.

Se voltarmos a atenção para os municípios brasileiros, também nos deparamos com iniciativas de destaque, como o Ação Família – viver em comunidade, implantado em São Paulo. O programa, que atende hoje 30 mil famílias vulneráveis que vivem nas periferias da cidade, articula o acesso prioritário aos serviços de 12 secretarias e concentra esforços na capacitação e qualificação profissional dos pais, nos cuidados com as crianças – na escola e no pós-escola –, além da saúde. Com sinergia e sincronismo de ações, o programa leva cidadania à casa de cada uma dessas famílias, fortalecendo vínculos afetivos, encorajando a capacidade dos membros de resolver seus problemas pessoais e comunitários.

Mas as ações ainda são poucas e dispersas. O Governo Federal praticamente resumiu a sua política social ao Bolsa Família. Já era hora de considerar as experiências inovadoras e bem-sucedidas na América Latina afora e nos municípios brasileiros, e dotar o país de uma estratégia nacional de intervenção social que vá além da transferência de renda e da cobrança de contrapartidas.

Que seja focalizada nos mais pobres, avaliada e monitorada sistematicamente e ofereça reais oportunidades de emancipação e inclusão social, com oportunidades de acesso prioritário aos serviços universais de saúde e educação e políticas de habitação, trabalho, cultura e esporte. Uma estratégia que garanta direitos básicos, como, por exemplo, documentos. Que transforme os beneficiários em cidadãos ativos e responsáveis, não em dependentes eternos de programas assistenciais. 

# Pró-Saúde

## Entidade completa 40 anos em 2007 e busca atingir a excelência na gestão hospitalar

Por Aline Alves

Fundada em 1967, a Pró-Saúde – Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar vem atuando em uma das áreas mais desafiadoras do Brasil. Nestas quatro décadas, a entidade tornou-se a maior instituição de gestão de serviços de saúde e administração hospitalar do país. A associação está presente em hospitais privados, filantrópicos, santas casas, unidades de saúde públicas estaduais e municipais, onde boa parte do atendimento é gratuito à população carente. Em paralelo, a entidade também implantou algumas ações sociais de destaque nas regiões onde realiza seus trabalhos.

“Temos consciência de que do nosso futuro depende o futuro de muitas outras pessoas. Não só os que são atendidos, mas também os cerca de 3.500 funcionários que fazem parte de nosso quadro funcional, o maior contingente de administradores hospitalares do país”, afirma Paulo Roberto Mergulhão, presidente da associação há cinco anos.

### Atividades

A gama de serviços prestados pela Pró-Saúde é bastante ampla e inclui auditoria, programas de qualidade, planejamento estratégico, programas de capacitação profissional,



Alunos atendidos pelo CEI, um dos projetos do Pró-Saúde

custos hospitalares e diagnóstico de saúde pública. “Acredito que o principal desafio a ser superado na gestão hospitalar do Brasil é conseguir potencializar os recursos financeiros, que invariavelmente são insuficientes para prover as necessidades da população. Em boa parte, essa carência se deve à política de saúde pouco privilegiada no país”, afirma Mergulhão.

Neste cenário, a missão da entidade é implantar modelos e padrões de qualidade e excelência na gestão de hospitais, nas parcerias com governos municipais e estaduais, e na modernização administrativa de hospitais filantrópicos e santas casas. Nos locais em que a associação presta seus serviços, cerca de 70% do atendimento é gratuito, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Anualmente, a Pró-Saúde recebe em seus hospitais uma média de 700 mil pacientes, são realizadas 10 mil cirurgias e 90% dos 5.500 partos são feitos pelo SUS.

### Educação e saúde

A Pró-Saúde conta com projetos de ação social, que visam melhorar a qualidade de vida das comunidades onde atua. Na cidade de São Paulo, a entidade administra dois Centros de Educação Infantil (CEIs), em parceria com a prefeitura, nos bairros Jardim Eliane e Jardim São Jorge, onde são atendidas cerca de 340 crianças. “O mais importante é que eles estão localizados em bairros carentes da periferia, o que significa um trabalho de inclusão social por meio da educação”, afirma Paulo Roberto Mergulhão.

O terceiro CEI fica em São Luís (MA), mantido em um convênio com o governo estadual. Ainda no Maranhão, a Pró-Saúde realiza outros dois programas: a Casa da Gestante, anexa ao Hospital Marly Sarney, na capital, para que grávidas carentes de outras cidades permaneçam próximas aos recém-nascidos internados; e o Projeto Canguru, no Hospital Regional Materno Infantil de Imperatriz, que procura reduzir a mortalidade, as infecções graves dos recém-nascidos e estimular o aleitamento materno.

Além dessas ações, em todos os hospitais administrados pela Pró-Saúde é realizado o programa Pastoral da Saúde, que busca a humanização do atendimento.

Na cidade de Fernando Prestes (SP), foi criado o Centro de Convivência da Criança e do Adolescente (Cecca). Mantido integralmente pela entidade, o centro tem como principal objetivo estimular o desenvolvimento por meio do esporte. Mas também são realizados cursos de informática e trabalhos manuais voltados para cerca de 500 adolescentes e adultos. O Cecca ainda oferece uma creche para 90 crianças, em sua maioria filhos de trabalhadores rurais da região.

Em 1999, quando assumiu a gestão do Hospital Porto de Trombetas, no Pará, a Pró-Saúde implantou um programa de combate à malária na comunidade local, em conjunto com a mineradora Rio do Norte, proprietária da casa de saúde. Em apenas quatro anos, houve uma queda de 96% nos casos da doença. Em 2003, em reconhecimento ao programa, a entidade recebeu o prêmio Billiton Health, Safety, Environment and Community Awards, concedido pela mineradora australiana BHP Billiton, uma das maiores do mundo no setor.

Além de realizar parcerias públicas e privadas, a entidade mantém seus programas sociais por conta própria. Como explica o presidente, Paulo Roberto Mergulhão, “obtemos recursos unicamente de nosso trabalho profissional. Por isso, não dependemos de doações para a realização de nossas ações sociais. Tudo o que auferimos é reinvestido nesse trabalho”.

### Pró-Saúde

Rua Diogo Cabrera, 94b  
Imirim – São Paulo/SP  
CEP 02467-060  
www.prosaude.org.br  
prosaude@prosaude.org.br  
(11) 6238-5566



# Rápidas voluntárias

## Rápidas voluntárias

### Curitiba tem serviço de coleta de óleo

A população de Curitiba tem à sua disposição o serviço da prefeitura que coleta óleo usado nas cozinhas domésticas. Este tipo de material pode ser entregue nos terminais de ônibus da cidade, desde que embalados em garrafas pet de 2 litros. Assim como pilhas, baterias, tintas, embalagens de inseticidas, remédios vencidos e lâmpadas fluorescentes, o óleo de cozinha é considerado lixo tóxico domiciliar e deve ser separado quando jogado fora. Veja no site da prefeitura os horários de coleta do lixo tóxico domiciliar em cada terminal.

[www.curitiba.pr.gov.br](http://www.curitiba.pr.gov.br)



### Bazar de Usados da Socorro aos Necessitados

Está funcionando, às segundas e quintas-feiras, das 13h às 16h, em Curitiba, o Bazar de Usados da Socorro aos Necessitados. Esta associação civil de caráter filantrópico é mantenedora da Creche Meu Pequeno Reino e do Lar dos Idosos Recanto do Tarumã. No bazar são comercializados roupas, sapatos, móveis e utensílios domésticos, entre vários outros itens. As pessoas interessadas em visitar o bazar podem ajudar a instituição comprando ou doando produtos.

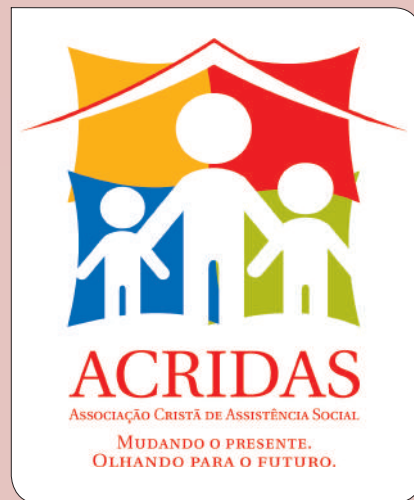
[www.socorroaosnecessitados.org.br](http://www.socorroaosnecessitados.org.br)



### Associação Cristã de Assistência Social (Acridas)

A Acridas é uma organização não-governamental que há 23 anos trabalha para transformar a realidade de crianças e adolescentes em situação de risco em Curitiba e Região Metropolitana. Para isso, a Acridas criou uma rede de solidariedade, que envolve voluntárias e voluntários, empresas, ONGs e outras entidades ligadas à causa da infância e da adolescência, proporcionando à 117 crianças em situação de risco social, encaminhadas pela Vara da Infância e Juventude e outros órgãos competentes, uma convivência familiar. Isso significa melhoria na qualidade de vida, acesso à educação e à constante proteção de seus direitos.

[www.acridas.org.br](http://www.acridas.org.br)



### Expedição quer divulgar conservação ambiental no Brasil

Com o objetivo de incentivar a conservação ambiental, o projeto Expedição Villas-Bôas pretende viajar por todos os estados brasileiros realizando palestras e cursos, além de promover a apresentação de filmes e exposições de fotos nas cidades e povoados visitados. No momento, os organizadores da Expedição Villas-Bôas procuram parceiros para executar o projeto e profissionais interessados em participar. Para conhecer o roteiro da expedição ou obter mais informações visite o site do projeto.

[www.expedicaovillasboas.com.br](http://www.expedicaovillasboas.com.br)

### Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia

Fundada há 45 anos na Vila Hauer, em Curitiba, a AASRC é uma entidade filantrópica que resgata a criança e sua qualidade de vida por meio da promoção social, cultural e psicológica. Faz isso promovendo atividades pedagógicas e de apoio socioeducativo para as 130 crianças de 0 a 12 anos, além de orientar as famílias e atender outras necessidades da comunidade onde está inserida. Atualmente, a associação busca aprimorar suas atividades e articulações com novos parceiros, indo ao encontro daquilo que a entidade acredita: "oferecer um futuro mais digno e melhor para as crianças que por ela passam".

[assabelhinhas@gmail.com](mailto:assabelhinhas@gmail.com)



# Inscrições abertas para o Selo Escola Solidária 2007



Em 2007, acontece a 3ª edição do Selo Escola Solidária, que este ano pretende criar uma rede de escolas solidárias na internet, para que instituições educacionais de todo o país possam trocar experiências e, desta forma, enriquecer seus projetos e transformar suas realidades. Escolas de educação básica brasileiras podem se inscrever até dia 31 de maio pelo site do Faça Parte.

O Selo Escola Solidária é uma iniciativa de reconhecimento às experiências de voluntariado educativo nas instituições de ensino brasileiras. Com o Selo, o Instituto Faça Parte estabelece contato com milhares de escolas e constata a realidade das práticas socioeducativas realizadas nas mesmas.

Desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação (MEC), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Selo Escola Solidária é o principal indicador de resultados, permitindo análise tanto quantitativa como qualitativa.

## Balanco de cinco anos

Em suas duas edições anteriores, o Selo Escola Solidária já certificou mais de 20 mil escolas, sendo 12.870 na segunda edição, em 2005, e 8.766 na primeira edição, em 2003. Foram certificadas escolas de ensino infantil, fundamental, médio e técnico, públicas e particulares, rurais ou urbanas, de todos os estados brasileiros.

Pelo Selo, pudemos conhecer os projetos desenvolvidos pelas escolas e perceber que os temas mais ocorrentes são os de inclusão social e digital; monitoria e reforço escolar; prevenção de doenças e gravidez precoce; meio ambiente; campanhas pela paz e de assistência social, que articulam escola, família e comunidade.

## Divulgação e reconhecimento

Tão importante quanto identificar e reconhecer as escolas é divulgar os projetos que elas desenvolvem, como incentivo para que cada vez mais escolas e organizações se sintam estimuladas a iniciar os seus projetos, beneficiando os alunos,

suas famílias e a comunidade no entorno escolar. Por isso, o Faça Parte se preocupa em também divulgar os projetos entre as escolas solidárias.

Para tanto, em 2006 o Instituto Faça Parte distribuiu para mais de 21 mil escolas solidárias de todos estados brasileiros duas publicações: *Casos e Contos – Viagens por um Brasil Solidário* (volumes I e II), uma compilação com alguns dos mais significativos relatos inscritos no Selo e *Voluntariado Educativo: uma Tecnologia Social*, que apresenta a metodologia de projeto de voluntariado educativo e compartilha experiências exitosas vivenciadas por escolas solidárias. Além de promover a troca de experiências, estas publicações serviram de material de apoio aos projetos do Selo Escola Solidária 2007.

### Links

[www.facaparte.org.br](http://www.facaparte.org.br)  
[www.voluntariado.org.br](http://www.voluntariado.org.br)

## De volta ao segundo lar

A implantação de um laboratório multidisciplinar de física, química e biologia na Escola Estadual Mario Barbosa, de Belém (PA), atraiu a atenção da comunidade estudantil e dos professores de ciências. Um desses docentes sentiu a necessidade de contar com a ajuda de monitores para auxiliar os estudantes nas aulas práticas das disciplinas. Então, surgiu a idéia de convocar ex-alunos para retornar à escola, que, em vez de sentarem novamente nos bancos acadêmicos, assumiram a monitoria do laboratório.

Desde então, o papel desses monitores tem sido relevante para o processo de ensino-aprendizagem em ciências e para a efetiva inserção do laboratório no contexto escolar. A atividade



Voluntária da entidade com criança atendida pelo projeto

também motivou a criação da Associação dos Ex-Alunos do Mário Barbosa, atualmente responsável pela manutenção do grupo de trabalho nas ações de caráter voluntariado e social.

Segundo a direção da escola, os resultados do projeto Ex-alunos monitores de ciências

são visíveis entre os dois grupos: alunos e monitores. Os primeiros passaram a demonstrar mais interesse pelas aulas práticas e percebem a importância da teoria vista em sala de aula. Já os monitores manifestam interesse em contribuir com a melhoria do aprendizado de alunos com dificuldades. Eles estão satisfeitos por colaborar com a escola de onde saíram e têm a certeza de que estão dando retorno à instituição, construindo, assim, uma nova relação com a comunidade escolar.

**Escola Estadual Mario Barbosa**  
(91) 3274-1510



## Associação Helena Piccardi de Andrade Silva (Ahpas)

A Ahpas (pronuncia-se “A Paz”) é uma organização da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos, fundada em 1999 com o objetivo central de oferecer transporte gratuito, especializado, confortável e regular a jovens pacientes carentes com câncer durante o período de tratamento médico na cidade de São Paulo. A missão da Ahpas é melhorar a qualidade de vida desses jovens em um período muito difícil de suas vidas, tornando as idas ao hospital menos desgastantes e a perspectiva de enfrentar o tratamento menos dolorosa.

A Ahpas também procura, por meio da oferta de transporte, minimizar as chances de desistência do tratamento por dificuldades de locomoção em uma cidade de tráfego difícil como São Paulo, em que as populações pobres moram cada vez mais afastadas do centro da cidade, onde estão os hospitais especializados. A Ahpas atende primordialmente casos de pacientes amputados, casos de jovens com tumores cerebrais que não podem mais se movimentar e pacientes terminais.


A idéia da Ahpas surgiu da necessidade de um casal de pais procurarem renovar o sentido da vida após a morte da filha Helena,

de cinco anos, com câncer. A rotina da doença mostrou a esses pais a carência de transporte especializado e gratuito e fê-los ver como um serviço do gênero poderia ajudar as famílias que precisam levar seus filhos para o tratamento regular, durante vários meses, e não possuem recursos para transporte adequado. Os hospitais especializados de São Paulo dispõem hoje de tratamentos de ponta que atendem pelo SUS, porém, o paciente pobre não tem acesso fácil a eles.

A prática do trabalho da Ahpas acontece nos trajetos que realiza com os jovens, sempre com um motorista treinado e um voluntário devidamente sensibilizado, com o objetivo de tornar o trajeto mais acolhedor. Algumas vezes, infelizmente, a criança ou adolescente não resiste. Falece deixando imensa saudade e uma dor que a família jamais esquecerá. Nessa fase eles também podem contar com a Ahpas, que organizou um núcleo de apoio a pais enlutados, com o único objetivo de servir de espaço de expressão para esses pais.

Assim, após o falecimento, a família, se quiser, recebe visita de voluntário da Ahpas. Depois, a cada dois meses, os pais podem frequentar reuniões em que

os participantes conversam, contam suas histórias, falam de seus filhos que se foram e participam de atividades propostas pelo próprio grupo.

De gesto em gesto de amor e dedicação, os resultados do trabalho têm sido muito bons. Responsáveis nos hospitais atendidos apontam para uma melhora na disposição geral das crianças e adolescentes da Ahpas, o que significa mais ânimo para o tratamento e maior vontade de ir ao hospital com a regularidade devida. As famílias se sentem mais seguras e tranquilas, pois sabem que não terão de arcar com o custo altíssimo do transporte privado, e que seus filhos não enfrentarão as agruras do transporte público. Os jovens ficam felizes, pois se vêem tratados com respeito, carinho e amizade. Mães e pais enlutados, por sua vez, têm garantido seu espaço de expressão durante o luto. Família e paciente se sentem acolhidos, aceitos e poupados física e economicamente. 

 Ahpas

[www.ahpas.org.br](http://www.ahpas.org.br)

(11) 5535-2726



Alunos no laboratório multidisciplinar



# Saiba tudo sobre Terceiro Setor e Responsabilidade Social



Uma revista voltada a todos que militam em prol do Terceiro Setor, estreitando a relação entre entidades beneficentes, voluntários, doadores, governo e pessoas carentes

## Mobilização de recursos

Dicas de como mobilizar recursos para sua entidade. Como e onde conseguir verbas privadas e públicas, técnicas de controle e relacionamento com doadores.

## Leis, tributos e gratuidades

Tudo sobre legislação aplicada ao Terceiro Setor. Leis específicas e suas alterações comentadas por especialistas, controle de gratuidades, imunidade fiscal e tributária, incentivos fiscais e um canal direto com o MPAS e CNAS.

## Gestão do Terceiro Setor

Contabilidade, administração e metodologias aplicadas à gestão de entidades sem fins lucrativos. Controles financeiros, certificações públicas e recursos humanos.

## Projetos sociais

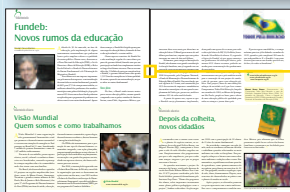
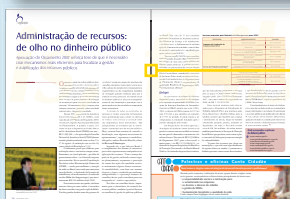
Modelos de gestão que deram certo. Do Oiapoque ao Chuí, exemplos de entidades sociais e ambientais, com históricos, números e conselhos úteis de seus dirigentes.

## Responsabilidade social

O papel exercido pelas empresas na composição do cenário social brasileiro. Responsabilidade corporativa e projetos sociais de diversas empresas.

## Voluntariado

Dicas, direitos e deveres para um bom voluntariado. Onde, como e porque atuar voluntariamente em algum projeto social ou entidade não-governamental.



Assinaturas:  
(11) 6824-3005  
assinaturas@revistafilantropia.com.br  
Redação / Publicidade:  
(11) 6978-6686  
filantropia@revistafilantropia.com.br



### Leia e assine!

Assinatura anual (6 edições): R\$ 49,00  
Exemplares avulsos e anteriores: R\$ 8,90

Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito. Aprimore-se lendo a Revista Filantropia.



## Centro Universitário Senac recebe a exposição "A célula ao alcance da mão"

Cerca de 70 peças representando o corpo humano foram expostas no Centro Universitário Senac (campus Santo Amaro) durante o mês de abril. A mostra "A célula ao alcance da mão", do Museu de Ciências Morfológicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apresentou modelos em gesso, tridimensionais e em relevo, de células, organelas, tecidos, órgãos, embriões e fetos humanos. As primeiras peças foram feitas em 1989 para permitir que um aluno deficiente visual, do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, pudesse acompanhar as aulas práticas de citologia e histologia geral. Inicialmente foram desenvolvidos desenhos em alto relevo e modelos em cortiça. Em 2004, a universidade inaugurou a exposição em gesso. Destinada para deficientes visuais conhecerem a estrutura do corpo humano por meio do tato, a mostra tem atraído também o interesse de estudantes com visão normal. Além de São Paulo e Minas Gerais, a exposição já passou por Brasília e Rio de Janeiro, sendo vista por mais de 70 mil pessoas. Em seguida, as peças seguiram para México, Costa Rica e França.

**i** [www.sp.senac.br](http://www.sp.senac.br)



Exposição apresenta modelos em gesso de células, tecidos, órgãos e sistemas orgânicos

## Laramara inaugura espaço Mara Gabrilli

A Laramara, associação de assistência aos deficientes visuais, inaugurou em 12 de março o Centro de Tecnologia Adaptada "Mara Gabrilli". Elaborado por Mara Siauly, presidente da entidade, o projeto tem o objetivo de criar móveis e recursos adaptados para crianças com deficiência visual ou portadoras de transtornos neuromotores. Em vez de madeira e couro, as cadeiras e objetos adaptados criados no CTA são produzidos com materiais recicláveis de baixo custo, como papelão e isopor. A nova metodologia barateia o custo final, facilita a confecção pelas famílias carentes e possibilita maior funcionalidade das crianças deficientes em seus ambientes naturais – casa, escola, parque etc. A intenção é expandir o método por todo o Brasil.

**i** [www.laramara.org.br](http://www.laramara.org.br)

## Lei torna teste da orelhinha obrigatório nos hospitais

Com a promulgação da Lei nº 12.522, de 2 de janeiro de 2007, tornou-se obrigatória a realização do "teste da orelhinha" em todos os bebês nascidos em hospitais e maternidades de São Paulo. O exame diagnóstico é realizado por um fonoaudiólogo para detectar problemas de audição o mais rápido possível. A perda auditiva é um dos graves problemas que podem ser detectados já dentro da maternidade. De acordo com o último censo realizado pelo IBGE, 5,7 milhões de brasileiros possuem algum grau de deficiência auditiva. Os números para os pequenos também são preocupantes. Cerca de 6% das crianças com idade de até 4 anos sofrem de perda auditiva ocorrida nos primeiros três anos de vida. Seis em cada mil crianças brasileiras apresentam perda de audição no nascimento.

## Rio de Janeiro terá primeira frota de táxis especiais para cadeirantes

O prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, baixou recentemente um decreto que criou a Cooperativa de Táxis Especiais para transportar pessoas com deficiência e idosos que utilizam cadeiras de rodas. O serviço terá a mesma tarifa dos táxis convencionais e poderá ser acionado por telefone. O veículo escolhido para ser adaptado foi o Fiat Doblò. O prefeito afirmou também que poderão ser abertos convênios e subsídios para pessoas de baixa renda utilizarem este tipo de serviço. A transformação feita nesses automóveis pela Technobras. A previsão de funcionamento do serviço dos táxis especiais está prevista para o mês de março e os primeiros veículos já foram enviados à Cooperativa de Táxis Especiais do Rio de Janeiro.

**i** [www.technobras.com.br](http://www.technobras.com.br)



Veículo Fiat Doblò adaptado para passageiros cadeirantes já está em atividade no Rio de Janeiro

## Lar Escola São Francisco participa do Movimento do Bem Possível

Empregabilidade da pessoa com deficiência foi o tema da palestra com três profissionais do Lar Escola São Francisco (LESF) ministraram em 30 de março e 1º de abril, durante o Movimento do Bem Possível, que reuniu mais de 60 organizações não governamentais de diversos segmentos. A psicóloga Maria Cristina Masiero, a terapeuta ocupacional Fabiana Yumi e a assistente social Maria Aparecida Villaça, da LESF, abordaram temas como o Banco de Empregos para profissionais portadores de deficiências, o mercado de trabalho para este contingente e informações sobre a Lei de Cotas.

**i** [www.lesf.org.br](http://www.lesf.org.br)



O Banco de Empregos do LESF é referência de empresas que buscam profissionais especiais



O coordenador geral Marcio Petrone na abertura do evento que prestou justa homenagem

## Re[ha]bilita Rio promove 8º prêmio

O Movimento Re[ha]bilita Rio, iniciativa que visa prestar atendimento gratuito a crianças e adolescentes de baixa renda com até 18 anos, promoveu o 8º Prêmio Re[ha]bilita Rio, em 22 de março. O prêmio foi dividido em 16 categorias e homenageou empresas públicas e privadas de médio e grande porte, além de personalidades que se destacaram com projetos e ações de responsabilidade social, relacionados às instituições, em 2006. Os premiados foram Família Mocarzel, Moacyr Alves Barbosa de Oliveira, Iguatemi Shopping, Oficina de Renovando, Toulon Comércio de Modas, Alessandra Volpato, Lions Clube, Vai e Volta, Ademir Muniz, vereador Luiz Carlos Ramos, Aprendendo com a Capoeira, Petrobras – PAE, Rosa Maria Ferreira de Freitas, Marisa Preza Gonzalez, Marli Chaves e Comercial Gerdau RJ.

**i** [www.mrr.org.br](http://www.mrr.org.br)

# Mais fontes de educação e cultura

Novas publicações e mídias alternativas proporcionam diferentes opções culturais às pessoas com deficiência

por Rigeria Salado

A versatilidade e a variedade da produção cultural brasileira são dois pontos muito observados pelo público nacional. Hoje, por meio de lojas físicas ou virtuais, é possível encontrar CDs, livros, jornais, revistas, DVDs para todos os gostos e quase todas as necessidades. Quase, porque o mercado de publicações e mídias alternativas para a população com deficiência física, sensorial ou locomotora ainda é um pouco tímido no país.

Não existem pesquisas concretas sobre o tema, mas pode-se perceber que, apesar da ampla gama de opções culturais, nem todas estão acessíveis a esse público específico. Para mudar esse conceito, estão sendo desenvolvidos cada vez mais projetos nesta área, tanto por parte de empresas ligadas ao mercado educacional e cultural quanto por entidades sociais que oferecem diversos serviços a essas pessoas e aos seus familiares.

## O mercado editorial

Independentemente do tipo de limitação, todos têm o direito de ler. Pensando por este viés, a Fundação Dorina Nowill para Cegos, com sede em São Paulo, oferece livros falados e em braille para pessoas com deficiência visual em todo o país. Por meio da doação destas publicações, são beneficiadas mais de 1.650 organizações sociais e, por consequência, mais de 40 mil deficientes têm acesso às obras.

Pelo processo de impressão em braille, todos os 1.200 títulos do acervo da entidade são produzidos no próprio parque gráfico da fundação. “Nossa produção é praticamente 60% para livros didáticos e 40% entre literatura, *best sellers*, auto-ajuda e música”, diz Roberto Fernando Gallo, gerente de produção braille da organização.

Mais de 600 livros falados também são oferecidos à população gratuitamente por meio

de doações ou locações, além de algumas revistas de circulação nacional. Semanalmente são produzidos cerca de 2.800 exemplares falados da revista *Veja* e, por mês, o número de edições faladas da revista *Cláudia* chega a 1.600. “Os livros e revistas falados são produzidos nos estúdios da fundação, assim como sua masterização e duplicação. Existe um trabalho voluntário intitulado “leitor domiciliar”, no qual pessoas previamente selecionadas e treinadas fazem a gravação em suas residências de pedidos de livros de cópia única – aqueles que não são produzidos em larga escala, como os livros falados convencionais e as revistas faladas”, explica Gallo.

Para atender aos 14,5% de cidadãos brasileiros que possuem algum tipo de deficiência, segundo o último censo do IBGE, a Sociedade Bíblica Brasileira (SBB) também investiu neste mercado especial de publicações. Com secretarias regionais em oito capitais espalhadas por todas as regiões do país, a entidade oferece a Bíblia nas versões braille e falada. “A Bíblia completa em braille na língua portuguesa foi lançada em novembro de 2002 e é composta por 38 volumes e um guia de leitura”, conta Erní Walter Seibert, secretário de ação e comunicação da entidade.

Temas do livro sagrado também deram origem ao projeto Seleções Bíblicas em Áudio, que foi iniciado em 1998, com o CD Fonte de Esperança. “Para isso, a SBB se associou ao jornalista Cid Moreira, responsável pela direção-geral e locução dos textos. O primeiro volume foi lançado em dezembro de 2004 e, hoje, a coleção está em seu quinto volume, com 30 CDs gravados”, diz. Em 2006, foram doados 12.600 volumes da Bíblia em braille aos deficientes cadastrados no programa Inclusão do Deficiente Visual, devido à produção em grande escala que a gráfica profissional da SBB propicia.

“A maior dificuldade está em atender à demanda gerada pelo programa Inclusão do Deficiente Visual, pois a distribuição é gratuita e o custo da produção da publicação é bastante elevado”

*Erní Walter Seibert, da SBB*





Impressora braille



Gráfica que produz a Bíblia em braille



Bíblia em braille

“Implantamos, em 2001, a Imprensa Braille. Integrada à Gráfica da Bíblia, ela reúne equipamentos de última geração – importados da empresa norueguesa Braillo, especializada em insumos para impressão em braille. Com capacidade de impressão de 1,2 mil páginas/hora, essa tecnologia permite que a Bíblia completa seja impressa em cerca de seis horas, o que possibilita mais agilidade e custos reduzidos”, explica Seibert.

Entretanto, neste processo de publicações especiais, o que preocupa entidades como a Fundação Dorina Nowill e a SBB é a relação entre a oferta e a procura por estes materiais. Segundo Seibert, “a maior dificuldade está em atender à demanda gerada pelo programa Inclusão do Deficiente Visual, pois a distribuição é gratuita e o custo da produção da publicação é bastante elevado”.

Os deficientes auditivos também têm acesso a obras literárias em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Favorecendo a sua inclusão cultural e educacional, já é possível encontrar livros em português e com CD de Libras, além de vídeos com esta linguagem, como é o caso de vários títulos oferecidos pela editora Ulbra e pela LSB Vídeo.

Em breve o mercado nacional deve contar com um novo formato para a Bíblia: “Estamos iniciando um projeto para desenvolvimento de textos bíblicos em Libras, porém, ainda não há

previsão de lançamento”, conta o secretário da SBB. A Fundação Dorina Nowill também está com novos projetos. “Estamos lançando em abril o Livro Digital Acessível (Lida), projeto pioneiro que trará mais um caminho de acessibilidade ao conteúdo hoje disponível na forma impressa. Voltados inicialmente ao público profissional e aos estudantes universitários, os títulos do Lida poderão ser acessados pelo computador, sendo que o usuário terá acesso tanto à versão falada (áudio) como em tipologia ampliada (voltada ao público deficiente com baixa visão), explica Roberto Gallo.


### Mídias alternativas

Além das publicações impressas e faladas, as pessoas com deficiência também podem buscar informações e adquirir novos conhecimentos em ferramenta como softwares, vídeos, filmes e outros meios. No mercado há alguns anos, o software Text Voice Speak é apenas um dos programas que convertem arquivos de texto gravados no computador em arquivos de áudio.


O sistema permite que o deficiente visual tenha mais independência ao utilizar a máquina, já que, dessa maneira, pode criar uma biblioteca falada particular, entre outras ações. Desenvolvido no exterior, o programa foi adaptado para o português pela Itália Nova Editora em parceria com as ONGs Laramara e Dorina Nowill, ambas de assistência a deficientes visuais.

Para o público infantil faltam opções em desenhos animados que apresentem a Libras. Em 2004, o Cine Gibi da Turma da Mônica, desenvolvido pelos estúdios Maurício de Sousa, foi o primeiro nestes moldes no país. No entanto, algo bem curioso acontece com o mercado de publicações cinematográficas.

Muitos não os conhecem ainda, mas os filmes para os deficientes auditivos e visuais estão sendo bem aceitos pelo público nacional. No Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro (RJ), por exemplo, há o projeto Cinema Brasileiro Legendado, que exhibe filmes com legenda oculta, o chamado *close caption*.

Com a narração, quem não pode ver as imagens pode imaginá-las e, dessa maneira, ter condições de assistir filmes de todos os gêneros, como acontece no projeto Ponto de Cultura Cinema em Palavras, que teve início em 2005 no Centro Cultural Louis Braille, em Campinas (SP). 

### Links

-  [www.audiolivros.com.br](http://www.audiolivros.com.br)
- [www.bb.com.br/cultura](http://www.bb.com.br/cultura)
- [www.bn.br](http://www.bn.br)
- [www.editoradaulbra.com.br](http://www.editoradaulbra.com.br)
- [www.fundacaodorinanowill.org.br](http://www.fundacaodorinanowill.org.br)
- [www.laramara.org.br](http://www.laramara.org.br)
- [www.lsbvideo.com.br](http://www.lsbvideo.com.br)
- [www.sbb.org.br](http://www.sbb.org.br)

# I Seminário Florianópolis Gestão Contábil e Jurídica no Terceiro Setor

Maio de 2007 - Florianópolis/SC

LOCAL: Centro Educacional Menino Jesus - Rua Esteves Júnior, 696 - Centro - Florianópolis/SC - Data a confirmar.

PALESTRANTES: Professor Silvio Iung (Pres. do CNAS), Nilton Tiellet Borges, Ricardo Monello, Dr. Sérgio Monello, Dra. Marli Soares Borges, entre outros.

MAIORES INFORMAÇÕES: (51) 3325.2080 - [glinei.schmitt@audisa.net](mailto:glinei.schmitt@audisa.net) - [www.audisa.net](http://www.audisa.net)

# Direito das Pessoas com Deficiência

A Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência é o primeiro tratado internacional de direitos humanos do século 21, elaborado com intensa participação da sociedade civil, e que chega ao Brasil para ratificação após cerimônia de assinatura realizada na ONU

Laís Vanessa C. de Figueirêdo Lopes  
lais@figueiredolopes.com.br



MAIRA EDARES

Ter uma convenção específica para pessoas com deficiência é reconhecer esse coletivo em seu contexto peculiar, que requer proteção específica para ter acesso ao pleno usufruto dos seus direitos genéricos, não providos pela descrição dos direitos contidos nos demais tratados existentes

Durante muitos anos, as pessoas com deficiência foram consideradas inferiores, inválidas, incapazes e inaptas. No entanto, essa discriminação vem sendo combatida nos diferentes espaços de convivência e participação social. Para avançar nessa luta, o arcabouço legal, tanto dos direitos humanos quanto o relativo ao segmento, consolidou importantes normas que em si não resolvem todas as questões, mas ofertam poderosas ferramentas para a defesa e garantia do exercício de direitos.

Como resultado da mobilização das organizações da sociedade civil “de” e “para” as pessoas com deficiência, ativistas de direitos humanos, agências internacionais, além de Estados que encampam a causa, nasceu a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e seu respectivo Protocolo Facultativo. É um tratado de direitos humanos específico para as pessoas com deficiência, criado dentro do sistema global de proteção das Nações Unidas, e que define direitos e obrigações de todos os seres humanos.

## Por que uma convenção específica?

Outros tratados de direitos humanos não-específicos para pessoas com deficiência são aplicáveis para a defesa de seus direitos, como, por exemplo, a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966) e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). Na ONU, os órgãos de vigilância dos instrumentos internacionais de direitos humanos recebem orientações para levar em conta os direitos das pessoas com deficiência. Por que, então, ter uma convenção específica?

Ter uma convenção específica para pessoas com deficiência é reconhecer esse coletivo em seu contexto peculiar, que requer proteção específica para ter acesso ao pleno usufruto dos seus direitos genéricos, não providos pela descrição dos direitos contidos nos demais tratados existentes. Esta convenção, como mecanismo de proteção de direitos humanos, faz parte de projeto estratégico de visibilidade do público-beneficiário. Por ser temática, aprofunda conhecimentos teóricos e práticos sobre os direitos humanos de pessoas com deficiência e atende as suas demandas, podendo servir de referência positiva para os demais órgãos de monitoramento.

## O processo de elaboração e a participação brasileira

Desde a 1ª Reunião do Comitê ad hoc, criado na ONU para elaboração da Convenção, as organizações não-governamentais presentes instituíram uma aliança internacional em rede denominada International Disability Caucus (IDC), que demonstrou surpreendente articulação e possibilitou muitos avanços na negociação. As delegações dos países e as ONGs se posicionaram nas discussões de forma extremamente objetiva, com intervenções conceituais focadas na essência das propostas do texto.

A presença do Brasil foi mais forte e visível nos três últimos anos do processo, devido ao comparecimento de técnicos especialistas do governo, participação de representantes da sociedade civil, além da diplomacia brasileira na ONU, que já apresentava conhecimento acumulado na área de direitos humanos, tendo se apropriado cada vez mais das políticas, leis e práticas inclusivas do Brasil<sup>1</sup>.



Esses ingredientes geraram uma posição ímpar de cooperação estreita entre os diversos atores participantes do comitê. Chamada a apoiar várias propostas, a delegação brasileira teve o mérito adicional de ter trabalhado o texto previamente e com profundidade na origem, sugerindo redação aprimorada para alguns artigos propostos.

O processo durou cinco anos e a negociação foi concluída na oitava e última sessão do comitê, realizada de 14 a 25 de agosto de 2006, quando foram discutidos os artigos remanescentes mais polêmicos. Entre os temas mais difíceis de se resolver, destacam-se a definição de pessoa com deficiência, a capacidade legal e os mecanismos de monitoramento.

O texto passou, então, por um Comitê de Redação, para garantir a uniformidade da terminologia utilizada, harmonizando as versões nas seis línguas oficiais da ONU: inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo. A Convenção e o Protocolo foram adotados na 61ª Assembleia Geral da ONU, em 13 de dezembro de 2006, em Nova Iorque. No último dia 30 de março deste ano, 82 países assinaram o texto, tornando-se signatários do tratado, devendo agora completar o processo de ratificação em seus respectivos sistemas jurídicos locais.

## E para que serve essa Convenção?

Tratados dessa natureza têm também função educativa e podem auxiliar as organizações que trabalham junto às pessoas com deficiência a provocar as mudanças necessárias na legislação, influenciar as políticas públicas e práticas locais, atuando ainda na formação de opinião pública. Possibilitam também a incorporação das pessoas com deficiência na pauta internacional de direitos humanos e na agenda socioeconômica de desenvolvimento.

Instrumentos de força jurídica coercitiva tendem a fortalecer a luta pela conquista de direitos e o movimento de reivindicações junto aos Estados, na cobrança de suas responsabilidades

na promoção de políticas públicas inclusivas. A Convenção vem, pois, clarificar as obrigações dos Estados-Parte e os direitos das pessoas com deficiência, com regras de monitoramento visando à eficácia da sua aplicação.


Há quem diga que a adoção de uma convenção específica perpetua o estereótipo e o preconceito em relação à deficiência. Se isto não aconteceu na adoção de convenções específicas sobre raça, mulher e criança, porque haveria de ser com as pessoas com deficiência? No último dia 30 de março deste ano, 82 países assinaram o texto, tornando-se signatários do tratado, devendo agora completar o processo de ratificação em seus respectivos sistemas jurídicos locais. A Jamaica foi o único dos países que, autorizado pelo seu sistema jurídico, pôde ratificar ao assinar o texto. Vale lembrar que do Protocolo Facultativo que trata de outros mecanismos de monitoramento além dos dispostos na Convenção, apenas 42 subscreveram o texto.

## Novo paradigma: modelo social de direitos humanos<sup>2</sup>

A base conceitual da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência é a mudança de paradigma da perspectiva médica e assistencial para a visão social dos direitos humanos. Segundo o modelo médico, a deficiência é um problema do indivíduo e que deve ser curado. Para o modelo social, a deficiência é parte da diversidade humana, que em si não limita a pessoa. O que “descapacita” é o meio em que o indivíduo está inserido.

O ambiente em que vivemos não diz respeito somente às questões individuais, mas, sobretudo às coletivas. Uma mesma pessoa, dentro do seu ciclo de vida, pode enfrentar diferentes situações “descapacitantes”, e isso não tem a ver com deficiência, depende do estágio ou lugar da vida em que se encontram. O desenho universal e inclusivo permite-nos pensar em um ambiente que viabilize o acesso a bens e serviços para todas as pessoas.

Instrumentos e argumentos como os que aqui apresentamos potencializam a inclusão social dos cidadãos com deficiência e de todos os outros segmentos vulneráveis, na medida em que, com base no respeito à diversidade, a equiparação de oportunidades e a busca da autonomia pessoal e coletiva levem à conquista do direito à vida no sentido pleno.

O segmento das pessoas com deficiência está, também de modo geral, inserido na condição de exclusão social a que estão submetidos muitos outros. Em termos efetivos, uma sociedade mais justa e igualitária depende da conscientização e da ação, ou seja, do respeito às diferenças e da busca pela igualdade entre os seres humanos. 

<sup>1</sup> DO BRASIL ESTIVERAM PRESENTES: NA 5ª SESSÃO DO COMITÊ AD HOC: CAROLINA SANCHEZ (CORDE). NA 6ª SESSÃO: LAÍS LOPES E LUIZA RUSSO (INSTITUTO PARADIGMA). NA 7ª SESSÃO: IZABEL MAIOR (CORDE); JOELSON DIAS (OAB/CONADE) E REGINA ATALLA (CVI-BRASIL/CONADE); FÁVIA VITAL (CVI ARACI NALIN); LAÍS LOPES E LUIZA RUSSO (INSTITUTO PARADIGMA). NA 8ª SESSÃO: IZABEL MAIOR (CORDE); FÁVIA CINTRA (INSTITUTO PARADIGMA); RICARDO TADEU FONSECA (MPT/PR); BÁRBARA KIRCHNER (3IN – INCLUSÃO, INTEGRIDADE E INDEPENDÊNCIA); LAÍS LOPES (OAB/CONADE); REGINA ATALLA (CVI-BRASIL/CONADE); FÁVIA VITAL (CVI ARACI NALIN); PATRÍCIA MOREIRA (ESCOLA DE GENTE); E MARA GABRIELI, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (SEPED/SP).  
<sup>2</sup> REFERÊNCIAS BASEADAS NO TEXTO “A DEFICIÊNCIA COMO PARTE DO CICLO DE VIDA E O DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO”, DE ROSANGELA BERMAN BEIER, DA EQUIPE DE DEFICIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO, REGIÃO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE, BANCO MUNDIAL.

## A ratificação da Convenção na legislação brasileira e a EC nº 45/04


A divergência de interpretação sobre a hierarquia dos tratados de direitos humanos em relação à legislação nacional brasileira não terá lugar no caso da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, caso esta for aprovada no Congresso Nacional com o *quorum* qualificado de 3/5, conforme o que estabelece a Emenda Constitucional nº 45/04. Pelo mesmo processo deve ser ratificado o Protocolo Facultativo, que trata de alguns mecanismos de monitoramento da Convenção.

A Convenção definiu que são necessários 20 depósitos legais na ONU de ratificações de Estados-Partes para o início da vigência do texto. Ou seja, após o devido processo legal de aceite e internalização do documento no ordenamento jurídico nacional de 20 países, com o depósito legal dos respectivos instrumentos junto à ONU, a Convenção entrará em vigor.

A possibilidade de que o texto da Convenção seja formalmente incorporado à Constituição Federal pauta o tema da inclusão das pessoas com deficiência na agenda política da sociedade brasileira. O documento deve ser levado em consideração na elaboração de novas leis e políticas públicas, em especial, o texto final do projeto de lei que instituirá o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em trâmite no Congresso Nacional.

**Laís Vanessa C. de Figueirêdo Lopes.** Advogada e sócia de Figueirêdo Lopes e Golfieri Advogados Associados. Mestranda em Direito na PUC/SP, professora de pós-graduação da Unisantos, Cogea-PUC/SP e Senac/SP. Integrante da International Society for Third Sector Research (ISTR); do Neats-PUC/SP; das Comissões de Direito do Terceiro Setor e dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB/SP; e do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Conade) pela OAB Federal.

## Links

-  [www.onu-brasil.org.br](http://www.onu-brasil.org.br)
- [www.mj.gov.br/sedh](http://www.mj.gov.br/sedh)
- [www.3in.org.br](http://www.3in.org.br)
- [www.md.org.br](http://www.md.org.br)



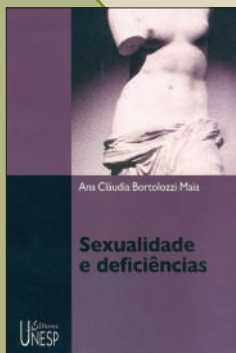
Sede da ONU, em Nova Iorque

## Livros

### UNESP lança livro sobre sexualidade e deficiência

Para discutir idéias equivocadas sobre supostas limitações da sexualidade atribuídas à deficiência, a Editora UNESP lança *Sexualidade e deficiências*, de Ana Cláudia Bortolozzi Maia (292 págs., R\$ 38). Dividida em seis capítulos, a publicação aborda temas como o conceito de deficiência, a sexualidade da pessoa com deficiência, seja mental, física ou sensorial (visual e auditiva) e oferece orientação sexual. A autora faz ainda uma reflexão crítica sobre o assunto, possibilitando a familiares, educadores e profissionais na área da educação e da psicologia reavaliar e transformar pontos de vista sobre a sexualidade e a educação sexual de alunos deficientes.

**i** [www.editoraunesp.com.br](http://www.editoraunesp.com.br)  
(11) 3242-7171



### O direito de viver com sua família e crescer sem violência

O livro *Acolhendo Crianças e Adolescentes – Impasses, desafios e caminhos na garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes no Brasil* (152 págs., R\$ 19), de Irene Rizzini, Irma Rizzini, Luciene Alves Miguez Naif, Rachel Baptista e Claudia Cabral, demonstra, com base em experiências em curso no Brasil, que muito se pode fazer para evitar que crianças deixem de viver em ambiente familiar e acabem institucionalizadas ou pelas ruas. O material é o resultado de uma pesquisa baseada em cerca de 100 profissionais entrevistados, que atuam em 28 iniciativas, em 15 municípios de sete estados.

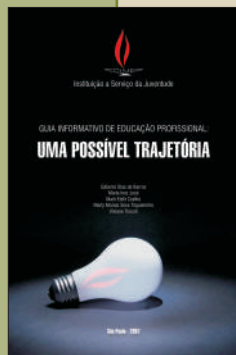
**i** [www.cortezeditora.com.br](http://www.cortezeditora.com.br)  
(11) 3611-9616



### Orientação profissional aos jovens

A Colméia, instituição a serviço da juventude, lançou o *Guia Informativo de Educação Profissional: Uma possível trajetória* (formato CD, R\$ 10). O objetivo do material é orientar tanto educadores quanto jovens sobre as opções de qualificação profissional oferecidas pelo Sistema Educacional Brasileiro. Com a publicação, os estudantes terão acesso a todas as oportunidades disponíveis para que possam iniciar a construção de uma carreira sólida e, os professores poderão indicar os cursos disponíveis, estimulando o interesse e a curiosidade dos alunos.

**i** [www.colmeia.org.br](http://www.colmeia.org.br)  
(11) 3062-2258



### Universitários podem ser voluntários da Junior Achievement

A parceria firmada entre a Associação Junior Achievement e universidades gaúchas é uma oportunidade para aproximar os estudantes do trabalho voluntário. Atualmente, a associação mantém convênio com oito instituições de ensino do Rio Grande do Sul, incluindo PUC-RS, UCS e Unisinos. O trabalho realizado pelos universitários colabora com a auto-estima do estudante, que desenvolve uma atividade socialmente responsável, e também pode valer como horas complementares ou estágio obrigatório.

**i** [www.ajars.org.br](http://www.ajars.org.br)  
[ajars@ajars.org.br](mailto:ajars@ajars.org.br)



Alunos de Gestão e Liderança da Unisinos são alguns dos jovens voluntários

### Inscrições abertas para prêmio de responsabilidade social para empresas privadas

Estão abertas até 9 de maio as inscrições para o 6º Prêmio Liberdade, Igualdade e Fraternidade (LIF), criado pela Câmara de Comércio França-Brasil (CCFB). Para participar, as empresas devem solicitar regulamento, ficha de inscrição e demais informações pelo e-mail da instituição. A premiação destina-se aos melhores projetos sociais realizados ou apoiados por empresas nas áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente e entidades de pequeno porte.

**i** [www.ccfb.com.br/eventos/premioslif/lif2007.html](http://www.ccfb.com.br/eventos/premioslif/lif2007.html)  
[lif@ccfb.com.br](mailto:lif@ccfb.com.br)

### Abertas inscrições para o Prêmio Empreendedor Social 2007

Estão abertas até 31 de maio as inscrições para o prêmio Empreendedor Social 2007, organizado pela Folha de S. Paulo e Fundação Schwab. O concurso identifica líderes de organizações que alcançaram mudanças sociais de maneira inovadora e sistêmica. Inovação, sustentabilidade e impacto social direto são os principais critérios valorizados para a escolha dos empreendedores que serão selecionados. As inscrições para a edição 2007 do prêmio podem ser feitas no site da Folha.

**i** [www.folha.com.br/empreendedor2007](http://www.folha.com.br/empreendedor2007)  
[www.schwabfound.org/brazil](http://www.schwabfound.org/brazil)



## Top Social ADVB 2007 abre inscrições

As organizações e empresas dos mais diversos segmentos já podem inscrever suas ações para o Top Social ADVB 2007, promovido pelo Instituto ADVB de Responsabilidade Social. As inscrições vão até 5 de maio e o prêmio contempla projetos que se destacaram na prática de ações socialmente responsáveis. Pode concorrer qualquer organização legalmente constituída no Brasil.

**i** [www.advbfm.org.br](http://www.advbfm.org.br)  
[eventos@advbfm.org.br](mailto:eventos@advbfm.org.br)

## Hofstra aceita indicações para o Prêmio de Diálogo Inter-religioso Guru Nanak

A Universidade de Hofstra, em Nova York (EUA), está aceitando indicações para o Prêmio de Diálogo Inter-religioso Guru Nanak. O prêmio é de US\$ 50 mil para a pessoa ou organização que tenha contribuído para a promoção do diálogo construtivo entre comunidades religiosas e será concedido a cada dois anos, com início em 2008. O objetivo da premiação é ressaltar a importância do diálogo religioso na busca pela paz. O prazo para o prêmio de 2008 é 1º de julho de 2007.

**i** [www.hofstra.edu/gurunanak](http://www.hofstra.edu/gurunanak)

## Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social 2007

A edição 2007 do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social premiará com R\$ 400 mil as tecnologias sociais capazes de resolver questões relativas à energia, meio ambiente, alimentação, educação, água, habitação, renda e saúde. As inscrições podem ser realizadas até 15 de junho e estão abertas às empresas públicas, governos municipais e estaduais, instituições de educação, institutos e organizações não governamentais.

**i** [www.fbb.org.br](http://www.fbb.org.br)  
[www.tecnologiasocial.org.br](http://www.tecnologiasocial.org.br)

## Turismo consciente na Ilha de Marajó

A comunidade marajoara de Vila do Pesqueiro, no Pará, está lançando um esforço para desenvolver o turismo consciente na Ilha do Marajó. Chamado de Projeto VEM – Viagem Encontrando Marajó, a proposta é levar pequenos grupos de até dez pessoas para conhecer a vila, onde terão a oportunidade de entrar em contato com a cultura local. Cada viagem tem duração de nove dias e custo médio de R\$ 2.500, com transporte (aéreo, terrestre e fluvial), alimentação e hospedagem inclusos. A intenção do VEM é gerar renda, emprego e qualidade de vida por meio da atividade turística, valorizando a cultura local e resgatando as tradições.

**i** [www.turismoconsciente.com.br](http://www.turismoconsciente.com.br)  
[vem@turismoconsciente.com.br](mailto:vem@turismoconsciente.com.br)  
 (11) 3813-7593



DIVULGAÇÃO

## De olho nas contas

O Portal Orçamento Brasil, lançado pela Câmara, permite a qualquer cidadão obter detalhes a respeito da elaboração e da execução do Orçamento da União. A intenção é conferir mais transparência ao processo e garantir uma fiscalização mais ampla da aplicação dos recursos.

**i** [www2.camara.gov.br/orcamentobrasil](http://www2.camara.gov.br/orcamentobrasil)



## Ética na Internet

O Mercado Ético (versão brasileira do Ethical Markets, plataforma multimídia, voltada para a sustentabilidade, que atinge 150 milhões de pessoas nos EUA) foi lançado na semana passada e tem como objetivo oferecer informações a empresas, governos e entidades civis por meio do seu site na internet.

**i** [www.mercadoetico.com.br](http://www.mercadoetico.com.br)



## Por dentro da cidadania

O site Em dia com a cidadania traz à tona a discussão do direito à diversidade e o dever do Estado em tratar igualmente seus cidadãos "diferentes" – no mínimo, por não se importar com qualquer diferença na hora de cobrar os impostos. Nele, podem ser encontrados artigos assinados por especialistas, textos produzidos por pessoas que vivem sob discriminação, dados sobre a evolução da inclusão destes segmentos no mundo, ONGs, além de links nacionais e internacionais sobre o tema Cidadania. Para o mês de agosto está previsto o lançamento de um serviço de orientação jurídica para os interessados/necessitados.

**i** [www.emdiacomcidadania.com.br](http://www.emdiacomcidadania.com.br)



## IDIS lança Portal do Investimento Social

Com o objetivo de promover a reflexão sobre o Investimento Social Privado no país, o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) lançou o Portal do Investimento Social. Trata-se de um ambiente de referência na temática que, além de trazer a público o conhecimento acumulado pelo próprio IDIS em seus sete anos de atuação, apresenta notícias, artigos, publicações e outros materiais nacionais e internacionais, relevantes para o investidor social, organizações da sociedade civil e pessoas em geral. Parte do conteúdo do portal será disponibilizado em inglês e espanhol.

**i** [www.idis.org.br](http://www.idis.org.br)



# Perguntas do Terceiro Setor

## Uma entidade sem fins econômicos que presta serviços educacionais está isenta da emissão de nota fiscal de serviços? E o que é nota fiscal eletrônica?

A emissão da nota fiscal é necessária quando há a prestação de algum serviço. Assim, a entidade de promoção de serviços educacionais, em regra, também está obrigada a emitir nota fiscal. Entretanto, diante da grande quantidade de notas que deveriam ser emitidas por uma escola, muitas instituições optam pelo regime especial de emissão de nota fiscal, autorizado pela Secretaria Municipal, no caso do Imposto Sobre Serviços (ISS). Na cidade de São Paulo foi implementada a nota fiscal eletrônica (NF-e), que visa reduzir a carga tributária individual e simplificar o cumprimento de obrigações acessórias pelas empresas. É um documento digital, gerado e armazenado nos computadores da prefeitura de São Paulo, sendo que há a garantia de autoria, integridade e irrefutabilidade. Há algumas vantagens para os prestadores de serviços, não só educacionais, como a redução dos custos de confecção de talonário de notas fiscais e/ou de sua impressão; redução de custos de aquisição de papel; redução de custos de armazenagem de documentos fiscais; simplificação de obrigações acessórias – como a eliminação da Autorização de Impressão de Documentos Fiscais (AIDF) e da Declaração Eletrônica de Serviços (DES –); maiores recursos para o gerenciamento das notas fiscais emitidas e recebidas; e eliminação dos erros de cálculo e do preenchimento de documentos de arrecadação, bem como no registro do seu pagamento. O sistema ainda permite que o prestador insira sua logomarca na NF-e, sendo que somente aqueles prestadores de serviços regularmente cadastrados na prefeitura podem emití-la.

## Uma entidade filantrópica, que pretende obter o reconhecimento da imunidade das contribuições sociais, pode ter em seu estatuto social a figura de sócios cotistas ao lado de outros sócios não-cotistas?

Em primeiro lugar, deve ser esclarecido que as entidades sem fins econômicos são compostas por associados ou membros, quando se tratar de uma associação ou fundação, respectivamente. Não é correto o uso do termo sócio, o que ocorre quando a pessoa jurídica possui finalidade econômica. Em relação às figuras de associados que contribuem e associados que não contribuem para a entidade, esclarecemos que no estatuto social da entidade é possível a distinção entre os associados, que podem ser doadores ou não, uma vez que podem contribuir com recursos e/ou com trabalho, de formas distintas; e a distinção entre o direito a voto ou não.

## É possível que uma entidade, como Oscip, contrate uma empresa do mesmo ramo de sua atuação, que é de educação?

Seja a entidade sem fins econômicos uma Oscip ou não, será possível realizar um convênio com uma empresa que atue na área educacional, documentando toda a atividade que será prestada, seus termos, as partes. Entretanto, a entidade social necessariamente deverá ter como finalidade o previsto em seu estatuto social. No caso de uma organização que promova a educação, por exemplo, a mesma poderá firmar um convênio com uma empresa que também promova a educação, sendo que todos seus recursos deverão ser revertidos à sua finalidade social. Deve ser ainda esclarecido que o título de Oscip não muda a situação. Também é possível que entidades firmem convênios entre si para a obtenção de sua finalidade, o que deverá ser devidamente regularizado.

## Uma Oscip pode ser gestora de outra Oscip?

Para que uma entidade receba o título de Oscip, diversos requisitos devem ser observados, como a finalidade descrita em estatuto, conforme dispõe a lei nº 9.790/99, art. 3º. Assim, uma entidade não pode ser criada apenas para gerir outra entidade, no caso Oscip, pois não será certificada como tal, já que não preenche os requisitos legais, e essa finalidade gestora não está no rol das finalidades admitidas para as Oscips. A gestão de uma entidade sem fins econômicos pode ser feita por outra entidade, desde que não possua finalidade econômica.

## Uma entidade que promove a educação, com a concessão de bolsas de estudo, pode contabilizar como gratuidade os seus gastos administrativos?

A gratuidade a ser comprovada pelas entidades que promovem a educação, de acordo com o decreto nº 2.536/98, art. 3º, VI, deve ser de pelo menos 20% da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não-integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuições sociais usufruída. Ainda, o decreto nº 3.048/99, em seu art. 207, prevê que a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que exerce atividade educacional nos termos da lei nº 9.394/96, mas não pratica de forma exclusiva e gratuita atendimento a pessoas carentes, gozará da isenção das contribuições de que tratam os arts. 201, 202 e 204, na proporção do valor das vagas cedidas, integral e gratuitamente, a carentes. Além disso, o parágrafo 1º prevê que o valor da isenção a ser usufruída corresponde ao percentual resultante da relação existente entre o valor efetivo total das vagas cedidas, integral e gratuitamente, e a receita bruta mensal proveniente da venda de serviços e de bens não-integrantes do ativo imobilizado, acrescida da receita decorrente de doações particulares, a ser aplicado sobre o total das contribuições sociais devidas.

## Uma organização social que pretende firmar convênio com a prefeitura, assumindo o lugar de outra entidade prestadora de serviços e que possuía pendências trabalhistas, corre risco de assumir essas antigas pendências?

Para prestar serviços para uma prefeitura, é necessário que a entidade firme um convênio, geralmente por prazo determinado, que regula as relações existentes entre as partes. Assim, toda a responsabilidade pela contratação de empregados deve ser regulada no convênio, sendo que, em regra, compete à entidade contratar os empregados que atuarão para a finalidade proposta. Ainda em regra, os empregados são contratados por prazo determinado, pelo mesmo período do convênio a ser firmado. Partindo de tais premissas, pode ser concluído que a responsabilidade por pendências trabalhistas será da entidade que firmou o convênio com a prefeitura, não havendo responsabilidade da nova organização. Resta esclarecer que, apesar de haver divergências sobre o tema, é possível que o ente público responda subsidiariamente pela pendência trabalhista.



# Agenda 2007

Maio

## Dia 4 - Elaboração de Projetos Sociais e sua Captação de Recursos

Realização: Diálogo Social • Local: Cenesp • Rua 13 de Maio, 717 • São Paulo/SP • [www.dialogosocial.com.br](http://www.dialogosocial.com.br)  
• [dialogo@dialogosocial.com.br](mailto:dialogo@dialogosocial.com.br) • (11) 6281-9643 / (11) 7186-9906

## Dia 5 a 6 - Curso Norma Obrigatória para Balanço Social e Ambiental

Realização: SIAI / Mundo Social • Local: Cenesp • Rua 13 de Maio, 717 • São Paulo/SP  
• [treinamento@mundosocial.org.br](mailto:treinamento@mundosocial.org.br) • (11) 5583-3775 / (11) 5589-0148

## Dia 5/5 a 6/6 - Curso Elaboração de Projetos Sociais - 17ª Edição

Realização: Perspectiva Social • Local: Santos/SP • [www.perspectivasocial.com.br](http://www.perspectivasocial.com.br)  
• [perspectivasocial@uol.com.br](mailto:perspectivasocial@uol.com.br) • (11) 6283-5838

## Dia 7/5 a 6/6 - Elaboração de Projetos Sociais - 18ª Edição

Realização: Perspectiva Social • Local: São Paulo/SP • [www.perspectivasocial.com.br](http://www.perspectivasocial.com.br) • [perspectivasocial@uol.com.br](mailto:perspectivasocial@uol.com.br) • (11) 6283-5838

## Dia 8/5 - Trabalho Voluntário: Repasse de Metodologias

Realização: Centro Cultural Cândido Mendes-Praça XV / Rio de Janeiro • Local: Rua da Assembléia, 10, sala 616 – Centro  
• Rio de Janeiro/RJ • [www.ucam.edu.br/cursoxv](http://www.ucam.edu.br/cursoxv) • [cursoxv@candidomendes.edu.br](mailto:cursoxv@candidomendes.edu.br) • (21) 2531-2000

## Dia 7 a 9 - Seminário: Sustentabilidade em Iniciativas Sociais

Realização: Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social • Local: São Paulo/SP  
• [www.fonte.org.br/participe.htm](http://www.fonte.org.br/participe.htm) • [rita@fonte.org.br](mailto:rita@fonte.org.br) • (11) 3032-1108 / 3032-8373

## Dia 11 - Direito do Trabalho - Vínculo Empregatício no Terceiro Setor

Realização: Diálogo Social • Local: Fundação Educacional Itaqui - Núcleo de Projetos  
Centro de Integração do Idoso São Vicente de Paulo • Rua Barão dos Campos Gerais, 970  
• Juvevê – Curitiba/PR • [www.dialogosocial.com.br](http://www.dialogosocial.com.br) • [dialogo@dialogosocial.com.br](mailto:dialogo@dialogosocial.com.br)  
• (11) 6281-9643 / (11) 7186-9906

## Dia 22 a 25 - Elaboração de Projetos Sociais

Realização: MCV – Movimento Capixaba de Voluntários • Local: Auditório da Time Now • Av. Rio Branco, 1383, 2º andar  
• Praia do Canto Vitória/ES • [mcvolun@terra.com.br](mailto:mcvolun@terra.com.br) • (27) 3324-3936

## I Seminário Florianópolis Gestão Contábil e Jurídica no Terceiro Setor

Realização: AUDISA • Local: Centro Educacional Menino Jesus • Rua Esteves Júnior, 696 • Centro – Florianópolis/SC  
• [www.audisa.net](http://www.audisa.net) • [gilnei.schmitt@audisa.net](mailto:gilnei.schmitt@audisa.net) • (51) 3325-2080

Junho

## Dia 12 a 15 - Conferência Internacional: O compromisso das empresas para uma sociedade sustentável e justa

Realização: Instituto Ethos • Local: Hotel Transamérica São Paulo • Av. das Nações Unidas, 18.591  
• São Paulo/SP • [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br) • [conferencia@ethos.org.br](mailto:conferencia@ethos.org.br) • (11) 3371-2730

## Dia 17 a 21 - V Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação

Realização: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza • Local: Foz do Iguaçu/PR  
• [www.fundacaoboticario.org.br/cbuc](http://www.fundacaoboticario.org.br/cbuc) • [congressouc@fundacaoboticario.org.br](mailto:congressouc@fundacaoboticario.org.br)

## Dia 26 a 27 - VI Encontro Internacional do Terceiro Setor - Economia Social

Realização: Governo do Estado/RS, Prefeitura de Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do RS, Ministério Público/RS - Procuradoria  
de Fundações e Fundação Irmão José Otão • Local: Centro de Eventos da PUC-RS • Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 41  
• Porto Alegre/RS • [www.fijo.org.br](http://www.fijo.org.br) • [fundacao@fijo.com.br](mailto:fundacao@fijo.com.br) • (51) 3339-1692

Julho

## 2 a 30 - Elaboração de Projetos Sociais

Realização: Perspectiva Social • Local: Projeto Pinderê • Rua Professor Antonio de Franco, 22  
• Jardim São Luiz • São Paulo/SP • [perspectivasocial@uol.com.br](mailto:perspectivasocial@uol.com.br) • (11) 6283-5838

## 4 a 7 - 6ª Mostra de Ação Voluntária - Cidadania e Responsabilidade Social

Realização: CAV - Centro de Ação Voluntária de Curitiba • Local: Piso Poty do Estação Embratel Convention Center  
• Avenida 7 de setembro, 2775 • Curitiba/PR • [comunicacao@acaovoluntaria.org.br](mailto:comunicacao@acaovoluntaria.org.br) • (41) 3322-8076

Para ver a agenda completa ou cadastrar o seu evento, acesse: [www.revistafilantropia.com.br](http://www.revistafilantropia.com.br)



Adquira o seu Cartão Solidarietà Católica.  
Uma maneira simples de ajudar quem precisa.

Peça já o seu cartão.\*  
0800 888 87 87



\* Sujeito a análise de crédito.

### Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais (Avape)

A Avape atua há 25 anos no atendimento a pessoas com deficiência, promovendo suas competências por meio de atendimento especializado, visando a sua autonomia, segurança e dignidade.  
CNPJ: 43.337.682/0001-35

**i** Avenida Lino Jardim, 934  
Santo André/SP  
CEP 09041-031  
www.avape.org.br  
avape@avape.org.br  
(11) 4433-5000



#### Camiseta baby look

Com frase "Eu tenho a Avape no coração".  
P / M / G / GG

R\$ 15

#### Floreira

Jardineira em mosaico, com sabonetes em diversos modelos e essências e escalda pés

R\$ 25



#### Canecas

Com logo Avape.  
Cores: Vermelho e branco

R\$ 12

R\$ 9



R\$ 15

#### Cesta

Cesta de vime pequena com sabonetes em formato de coração e de rosa

### Casa Hope – Apoio à Criança com Câncer

A Casa Hope é uma entidade sem fins lucrativos, voltada ao apoio à criança com câncer, em qualquer estágio do tratamento.  
CNPJ: 02.072.483/0001-65

**i** Rua Joaquim Távora, 1428  
São Paulo/SP  
CEP 04015-014  
www.hope.org.br  
hope@hope.org.br  
(11) 5083-1039 / (11) 5087-7999



R\$ 49

#### Urso Panda

Em pelúcia.  
Funciona com pilhas.  
19 cm comprimento  
x 12 cm altura

#### Pônei

Em pelúcia.  
Funciona com pilhas.  
25 cm comprimento  
x 18 cm altura

R\$ 49



R\$ 49



#### Porquinho

Em pelúcia.  
Funciona com pilhas.  
15 cm comprimento x  
11 cm altura

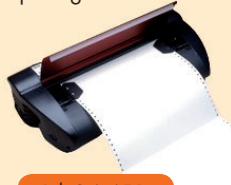
### Laramara Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual

A Laramara nasceu em 1991 para dar oportunidade de educação para crianças e jovens e compartilhar com as famílias e profissionais as experiências adquiridas sobre deficiência visual.  
CNPJ: 67.640.441/0001-29

**i** Rua Conselheiro Brotero, 353  
São Paulo/SP  
CEP 01154-110  
www.laramara.org.br  
laramara@laramara.org.br  
(11) 3660-6412

#### Impressora em Braille

Index, destinada para grande escala



R\$ 24.451

Tiger, ideal para impressão em gráficos



R\$ 12.220

#### Serviço de impressão em Braille

Pequena escala – cardápios, cartões de visita, folhetos e pequenos manuais

#### Livro Brincar para todos

Sugestões para a confecção e brincadeiras com 109 brinquedos especiais



R\$ 40

#### Software de voz – JAWS

Tecnologia de voz sintetizada em ambiente Windows para acessar software, aplicativos e recursos na internet



R\$ 2.940

### Viva e Deixe Viver

Associação prepara voluntários para contarem histórias a crianças e adolescentes hospitalizados, com o objetivo de promover a humanização desses ambientes.  
CNPJ: 02.926.858/0001-07

**i** Avenida Rebouças, 1.206 – Conj.06  
São Paulo/SP  
CEP 05402-000  
www.vivaedeixeviver.org.br  
11 3081-6343

#### Bonecos de pano

Abertura no tórax revela os principais órgãos do corpo humano.  
Modelos: Lena e Beto  
44 cm de altura  
Compras pelo site  
www.bichosdepano.com.br



R\$ 80,90



# diálogo social

## AGENDA DE CURSOS E WORKSHOPS

### TERCEIRO SETOR

**São Paulo**, 4 de maio

Elaboração de Projetos Sociais e sua Captação de Recursos - *Ricardo Falcão*

**Curitiba**, 11 de maio

Direito do Trabalho - Vínculo Empregatício no Terceiro Setor - *Dr. Rogério Martir*

**Porto Alegre**, 25 de maio

Gestão e Incentivo do Voluntariado de Organizações e Empresas - *Felipe Mello e Roberto Ravagnani*

**São Paulo**, 29 de maio a 1 de junho (4 dias de imersão)

Oficina de Elaboração de Projetos Sociais - *Ricardo Falcão*

**Campinas**, 14 de junho

Como Gerenciar os Recursos Financeiros de Organizações do Terceiro Setor - *João Benício*

**São Paulo**, 21 de junho

Sustentabilidade do Certificado de Entidade Beneficente e das benesses fiscais - *Dr. Marcos Biasioli*

Informações e inscrições:

[www.dialogosocial.com.br](http://www.dialogosocial.com.br)

Consulte outros temas abordados:

- Elaboração de Projetos Sociais
- Administração Financeira de ONGs
- Gestão e Motivação de Voluntariado
- Captação de Recursos e Planejamento de Eventos
- Incentivos Fiscais
- Elaboração de Projetos Culturais
- Voluntariado Empresarial

**OUTRAS INFORMAÇÕES**

[dialogo@dialogosocial.com.br](mailto:dialogo@dialogosocial.com.br)

(11) 6281-9643

(11) 7186-9906

Parceira oficial:

**filantropia**  
Responsabilidade Social | Terceiro Setor

Consulte-nos sobre consultoria e cursos *In Company*



# *O caminho das pedras*



Apostar em um futuro melhor é mais que um ideal. Desde 1975 que a Audicoplan acredita nos valores de nossos clientes e parceiros, apostando em soluções eficientes de gestão para o terceiro setor. Estratégias que transformam ideais em idéias e idéias em ações.

Melhorando o desenvolvimento organizacional de nossos clientes, cuidando da aproximação com os outros setores, firmando parcerias, aperfeiçoando processos e reduzindo custos.

Para atingir seus objetivos com segurança é necessário ter um planejamento estratégico sólido e eficaz, que atue em compasso com os novos caminhos do mundo.

*Apontar novas direções faz parte do nosso caminhar, é a nossa contribuição para um mundo melhor.*

Visite o site  
[www.audicoplan.com.br](http://www.audicoplan.com.br)  
e saiba mais sobre os serviços que a Audicoplan oferece ao Terceiro Setor.

Rua Ezequiel Freire, 55, 8º andar  
Santaana | São Paulo | CEP 02034-000  
Tel.: 11 6959-9831



*audicoplan*